

Eugene Rogan

Os árabes

Uma história

Tradução:
Marlene Suano



Introdução

FAYDA HAMDY SOUBE DA QUEDA do presidente autocrático da Tunísia em sua cela na prisão. Era o dia 14 de janeiro de 2011, e Zine al-Abidine Ben Ali* havia governado a Tunísia por mais de 23 anos. Embora não ousasse reconhecer para seus companheiros de cela, o papel desempenhado por Hamdy na derrubada do ditador não foi pequeno. Quando era inspetora do conselho da pequena cidade de Sidi Bouzid, Hamdy foi acusada de humilhar um vendedor de rua cuja autoimolação provocou manifestações em toda a Tunísia, que, em última análise, desencadearam as revoluções populares pelo norte da África e o Oriente Médio conhecidas como a Primavera Árabe.

Quatro semanas antes, em 17 de dezembro de 2010, Fayda Hamdy estava fazendo as rondas do mercado de hortifrutigranjeiros em sua cidade natal. Sidi Bouzid é uma daquelas típicas cidadezinhas de interior negligenciadas tanto pelos turistas quanto pelo governo. Uma mulher na casa dos quarenta anos, vestida com um uniforme azul oficial, tendo sua autoridade reforçada por dragonas e divisas, Hamdy estava acompanhada por dois colegas homens. A maioria dos vendedores ambulantes não licenciados fugiu com a chegada dos inspetores, mas Muhammad Bouazizi, um vendedor de rua de 26 anos, recusou-se a sair de seu lugar. Hamdy o conhecia e já o alertara contra a venda de frutas sem licença nas proximidades do mercado. Em 17 de dezembro, Bouazizi não recuou e acusou os inspetores de assédio e corrupção. A

altercação se transformou em uma gritaria, com Bouazizi defendendo sua carroça e os fiscais confiscando os pertences do jovem.

Não há consenso sobre o que aconteceu com exatidão na fátidica luta entre os inspetores e Muhammad Bouazizi. Os amigos e a família do jovem vendedor insistiram que Fayda Hamdy o insultou e o esbofeteou — “um grave insulto nas sociedades do Oriente Médio” — antes de mandar os colegas confiscarem suas frutas e balanças. Hamdy disse que jamais encostou a mão no vendedor, e que “Bouazizi nos atacou e cortou meu dedo” quando os inspetores foram confiscar seus bens. Os detalhes são importantes, pois a reação de Bouazizi foi tão extrema que tanto amigos quanto desconhecidos ainda encontram dificuldade para explicar o que ele fez em seguida.¹

Muhammad Bouazizi saiu furioso do encontro com os inspetores. Logo após o confronto, buscou justiça primeiro nas repartições municipais de Sidi Bouzid, mas, em vez de uma audiência acolhedora, recebeu a humilhação de mais um espancamento. Ele então foi até o gabinete do governador, que lhe recusou uma audiência. Nesse momento, algo se rompeu. Sua irmã, Basma Bouazizi, explicou:

O que meu irmão experimentou, desde o confisco de sua carroça de frutas até ser insultado e esbofeteado por uma mulher [...], foi o suficiente para fazê-lo perder a cabeça, sobretudo depois que os funcionários municipais se recusaram a recebê-lo e sua reclamação sobre o abuso não foi acolhida.

Era então meio-dia, e as ruas ao redor do gabinete do governador estavam lotadas quando Muhammad Bouazizi encharcou suas roupas com solvente de tinta e ateou fogo em si mesmo. Os espectadores fotografaram a terrível cena, enquanto outros correram para apagar as

chamas que o deixaram com queimaduras cobrindo 90% do corpo. Ele desmaiou e foi levado para o hospital na cidade vizinha de Ben Arous.

O ato desesperado de autoviolência de Bouazizi causou perplexidade entre a população de Sidi Bouzid. As pessoas compartilhavam seu senso de injustiça, de que o governo parecia trabalhar contra a gente simples que lutava para sobreviver. Naquela mesma tarde, um grupo de amigos e familiares de Bouazizi realizou uma manifestação improvisada em frente ao gabinete do governador, onde Muhammad havia se imolado. Jogaram moedas nos portões de metal, gritando: “Aqui está o seu suborno!”. A polícia dispersou a multidão furiosa com cassetetes, mas os manifestantes voltaram em grande número no dia seguinte. Os policiais então usaram gás lacrimogêneo e atiraram contra a turba. Dois homens foram feridos e acabaram morrendo. O estado de Muhammad Bouazizi piorou.

Relatos dos protestos em Sidi Bouzid chegaram a Túnis, a capital do país, onde uma inquieta e jovem população de estudantes universitários, profissionais liberais e recém-formados desempregados espalharam nas mídias sociais a notícia do suplício de Bouazizi. Eles se apropriaram do vendedor como se fosse um deles, afirmando equivocadamente que se tratava de um universitário desempregado (embora nunca tivesse concluído o ensino médio, Bouazizi ajudava a pagar pela educação universitária das irmãs) a quem só restara vender frutas para sobreviver. Foi criado então um grupo no Facebook e a história viralizou, sendo noticiada por um jornalista que trabalhava para a emissora árabe de TV por satélite Al-Jazeera. A imprensa tunisiana, controlada pelo Estado, não informou sobre os tumultos em Sidi Bouzid, mas a Al-Jazeera os divulgou. A história dos desprivilegiados em Sidi Bouzid lutando pelos

seus direitos e contra a corrupção e os abusos começou a aparecer todas as noites na rede, alcançando um público árabe global.

A autoimolação de Muhammad Bouazizi incitou a opinião pública contra tudo o que havia de errado na Tunísia sob a presidência de Zine Abidine Ben Ali: corrupção, abuso de poder, indiferença ao sofrimento dos homens e mulheres comuns e uma economia incapaz de oferecer oportunidades para os jovens. O movimento de protesto no país inflamou os cidadãos familiarizados com esses mesmos problemas em todo o mundo árabe enquanto acompanhavam a história na TV. Depois de 23 anos no poder, Ben Ali não tinha soluções. As manifestações se espalharam de Sidi Bouzid para outras cidades pobres do interior — Kasserine, Thala, Menzel Bouzaiene — antes de chegarem a Túnis.

A escalada das tensões nas cidades tunisianas forçou uma resposta de Ben Ali. Em 28 de dezembro de 2010, onze dias após a autoimolação de Bouazizi, o presidente fez uma visita ao moribundo no hospital. A mídia controlada pelo Estado, que havia minimizado os relatos de manifestações em todo o país, deu cobertura no horário nobre à visita do presidente, enchendo os jornais e a televisão com imagens de um solícito Ben Ali consultando os médicos que cuidavam do inconsciente Bouazizi, seu corpo queimado envolto em gaze. Ben Ali convidou a família de Bouazizi ao palácio presidencial, prometendo fazer todo o possível para salvar seu filho. E ordenou a prisão de Fayda Hamdy, a inspetora municipal acusada do tapa que provocara a autoimolação.

Em 4 de janeiro de 2011, Muhammad Bouazizi morreu em decorrência de seus ferimentos. Os manifestantes tunisianos declararam o vendedor de rua um mártir e a inspetora municipal se tornou o bode expiatório do regime de Ben Ali. Ela foi presa em Gafsa junto com criminosos comuns, e, como o público a incriminou abertamente por

seu papel na morte de Bouazizi, advogados se recusaram a representá-la. Hamdy manteve sua identidade em segredo dos colegas presos, alegando ser uma professora detida “por esbofetear um garotinho”. “Eu tinha medo de dizer a verdade”, ela admitiu mais tarde.²

Nas duas primeiras semanas de janeiro, as manifestações se espalharam por todas as principais cidades da Tunísia. A polícia respondeu com violência, deixando duzentos mortos e centenas de feridos. O exército nacional, no entanto, recusou-se a intervir em nome do regime de Ben Ali. Quando este percebeu que não contava mais com a lealdade do exército e que nenhuma concessão apaziguaria os manifestantes, surpreendeu a nação e todo o mundo árabe ao abdicar e fugir da Tunísia para a Arábia Saudita em 14 de janeiro de 2011. Fayda Hamdy assistiu aos extraordinários eventos na televisão com seus companheiros de cela. O povo tunisiano conseguira algo que parecia impossível: através de protestos, eles haviam derrubado um dos mais profundamente enraizados ditadores do mundo árabe.

O impacto da revolução na Tunísia reverberou em todo o mundo árabe. Presidentes e reis observavam apreensivos enquanto a ação dos cidadãos destituía um de seus pares. Como “presidente vitalício”, Ben Ali não era de maneira alguma único. O ditador da Líbia, Muamar Kadafi, estava no poder desde 1969; o presidente iemenita, Ali Abdullah Saleh, desde 1978; o presidente egípcio, Hosni Mubarak, desde 1981. Cada um deles preparava um filho para sucedê-lo. A Síria, sob o domínio da família Assad desde novembro de 1970, tornou-se a primeira república árabe a completar uma sucessão dinástica, com Bashar al-Assad sendo alçado à presidência após a morte do pai, Hafez al-Assad, em 2000. Se um ditador profundamente estabelecido podia cair na

Tunísia, especularam os analistas em toda a região, isso poderia acontecer em qualquer lugar.³

Os povos que viviam sob regimes autocráticos em todo o mundo árabe compartilhavam a experiência tunisiana de frustração e repressão. O falecido Samir Kassir, um jornalista libanês assassinado em junho de 2005, havia diagnosticado um “mal-estar árabe” anos antes da Primavera Árabe. “Não é agradável ser árabe hoje em dia”, observou ele. “Sentimentos de perseguição por parte de alguns, ódio a si mesmo por parte de outros; uma profunda inquietação permeia o mundo árabe.” O desconforto criou raízes em todas as camadas da sociedade e se espalhou pelo mundo árabe antes de explodir no ano revolucionário de 2011.⁴

Os cidadãos egípcios estavam se mobilizando anos antes do início das revoluções da Primavera Árabe. Em 2004, um grupo de ativistas formou o Movimento Egípcio pela Mudança, mais conhecido como Kifaya (literalmente, “Basta!”), para protestar contra a continuação do governo de Mubarak no Egito e a preparação de seu filho Gamal para sucedê-lo como presidente. Também em 2004, Ayman Nour, um membro independente do Parlamento egípcio, criou o Partido Ghad [Amanhã]. Sua audácia em desafiar Mubarak nas eleições presidenciais de 2005 capturou a imaginação pública, mas Nour pagou um preço alto: foi condenado por acusações duvidosas de fraude eleitoral e preso por mais de três anos. Em 2008, opositores do regime, mais jovens e com formação em informática, criaram o Movimento Jovem 6 de Abril, cuja página no Facebook expressava apoio aos direitos dos trabalhadores. No final do ano, o grupo atingia dezenas de milhares de participantes, muitos dos quais nunca haviam se engajado em atividades políticas.

Qualquer que fosse o seu apelo entre uma geração mais jovem, antes de 2011 os movimentos de base do Egito não eram páreo para o regime

de Mubarak. Nas eleições parlamentares concluídas em dezembro de 2010, o Partido Democrático Nacional, que está no poder, garantiu mais de 80% dos assentos em eleições amplamente condenadas como as mais corruptas da história do país. Grande parte da população supunha que o velho Mubarak estava pavimentando o caminho para a sucessão de seu filho Gamal ao manipular um Parlamento complacente. Desiludida, a maioria dos egípcios optou por boicotar as eleições para negar à nova legislatura qualquer vislumbre de um mandato popular. E, dois meses após as eleições, passaram a pedir ativamente pela queda do regime de Mubarak.

Inspirados pelo exemplo tunisiano, ativistas egípcios organizaram uma manifestação em massa na praça Tahrir, no Cairo, em 25 de janeiro de 2011. Os manifestantes foram para a praça em números sem precedentes, somando centenas de milhares. Ondas de protestos conhecidas como o Movimento 25 de Janeiro varreram outras grandes cidades do Egito — Alexandria, Suez, Ismaília, Mansoura, ao longo do delta do Nilo e do Alto Egito — e levaram o país a um impasse.

Por dezoito dias o mundo inteiro assistiu petrificado enquanto o movimento reformista do Egito desafiou o regime de Mubarak — e venceu. O governo havia recorrido a táticas sujas. Libertou prisioneiros condenados para provocar medo e desordem. Policiais em trajes civis agrediram os manifestantes na praça Tahrir, posando como contramanifestantes pró-Mubarak. Os homens do presidente chegaram a usar expedientes teatrais, armando um ataque a cavalo e camelo contra os manifestantes. Mais de oitocentas pessoas foram mortas e milhares ficaram feridas no decorrer dos protestos. Ainda assim, os manifestantes repeliram com determinação todas as tentativas de intimidação do regime, e seus números só aumentaram. Ao longo de

tudo isso, o exército egípcio se recusou a apoiar o governo e declarou legítimas as exigências dos manifestantes.

Assim como Ben Ali, Mubarak reconheceu que sua posição era insustentável sem o apoio do exército. A reticência dos militares foi ainda mais surpreendente no seu caso, uma vez que Mubarak era um ex-general da Força Aérea. Em 11 de fevereiro de 2011, o presidente egípcio renunciou, provocando júbilo na praça Tahrir e celebrações em todo o país. Depois de quase trinta anos no poder, Hosni Mubarak parecia inatacável. Sua queda confirmou que as revoluções árabes de 2011 se espalhariam da Tunísia e do Egito através do mundo árabe como um todo.

Manifestações irromperam em Benghazi em 15 de fevereiro de 2011, marcando o início da revolução líbia contra a ditadura de 41 anos de Muamar Kadafi. Naquele mesmo mês, manifestantes se reuniram em Saná, Áden e Taiz para pedir a queda do ditador iemenita Ali Abdullah Saleh. Em 14 de fevereiro, protestos tomaram a praça da Pérola, em Manama, levando a Primavera Árabe ao Bahrein. E, em março, manifestações pacíficas na cidade de Dara, no sul da Síria, provocaram uma violenta repressão do brutal regime do presidente Bashar Assad, abrindo o capítulo mais trágico da Primavera Árabe.

Quando Fayda Hamdy saiu da prisão, a Tunísia e o mundo árabe haviam mudado de maneira irreconhecível. Hamdy enfim conseguiu um advogado — uma parente — e foi absolvida de todas as acusações em uma única audiência em 19 de abril de 2011. Sua libertação ocorreu num momento em que a Tunísia começava a superar os trágicos acontecimentos desencadeados pela morte de Muhammad Bouazizi para enfrentar as esperanças e desafios de uma nova era política após a queda do regime de Ben Ali. Fayda Hamdy retornou a Sidi Bouzid para

trabalhar no município, embora não mais na patrulha dos mercados. Em vez do uniforme azul e boné pontudo, ela passou a vestir roupas civis e um lenço islâmico na cabeça. Em seus novos trajes, ela personificava um mundo árabe transformado de autocracia militar em um novo experimento de democracia islâmica.⁵

AS REVOLUÇÕES ÁRABES DE 2011 surpreenderam o mundo. Após décadas de estabilidade sob governos autocráticos, um período aparentemente sem precedentes de mudança rápida e dramática envolveu Estados em toda a região. Era como se as placas tectônicas da política árabe tivessem mudado do tempo geológico para o tempo real. Diante de um futuro incerto, não há melhor guia do que o passado — uma verdade simples, que os analistas políticos muitas vezes são incapazes de ver. Com demasiada frequência no Ocidente, desconsideramos o valor atual da história. Como escreveu o comentarista político George Will: “Quando os americanos falam ‘Isso é história’, eles querem dizer que é irrelevante”.⁶ Nada poderia estar mais longe da verdade. Os estrategistas políticos e intelectuais ocidentais precisam prestar muito mais atenção à história se quiserem compreender as raízes da Primavera Árabe e discutir os terríveis desafios enfrentados pelo mundo árabe depois de 2011.

Os povos árabes nos tempos modernos têm enfrentado grandes desafios, internos e externos. Eles procuraram escapar do domínio das potências estrangeiras e pressionaram por reformas para tornar seus governos menos autocráticos e mais responsáveis perante os cidadãos. Estes são os grandes temas da história árabe moderna, e eles moldaram a escrita deste livro.

Os árabes têm um imenso orgulho da sua história, sobretudo dos primeiros cinco séculos após o surgimento do islamismo, que vão do século VII ao século XII da era cristã. Essa foi a época dos grandes impérios islâmicos baseados em Damasco, Bagdá, Cairo e Córdoba, que dominavam os assuntos mundiais. Seria possível argumentar que os primeiros séculos islâmicos definiram os árabes como um povo que compartilhava uma língua (árabe), origens étnicas entre as tribos da península Arábica e, para a maioria, uma fé comum no islamismo sunita. Todos os árabes veem o início do período islâmico como uma era passada, quando eles eram a potência dominante no mundo; isso reverbera particularmente, no entanto, junto aos islamitas, que argumentam que os árabes eram mais poderosos quando aderiam mais de perto à sua fé muçulmana.

A partir do final do século XI, os invasores estrangeiros devastaram as terras islâmicas. Em 1099, os cruzados tomaram Jerusalém após um cerco sangrento, iniciando dois séculos de domínio estrangeiro. Em 1258, os mongóis saquearam Bagdá, a sede do califado abássida, e o rio Tigre foi tingido de vermelho com o sangue de seus habitantes. Em 1492, a Reconquista católica expulsou o último dos muçulmanos da península Ibérica. No entanto, o Cairo ainda se mantinha como sede do poder islâmico sob o sultanato mameluco (1250-1517), governando a região que compreende hoje Egito, Síria, Líbano, Israel, Palestina, Jordânia e as províncias do mar Vermelho da Arábia Saudita.

Só depois das conquistas otomanas do século XVI os árabes passaram a ser governados por uma capital estrangeira. Desde que Mehmed, o Conquistador, tomou a capital bizantina, Constantinopla, em 1453, os turcos otomanos governavam seu crescente império a partir da cidade que haviam renomeado Istambul. Estendendo-se pelos dois lados do

estreito de Bósforo, Istambul se localiza na Europa e na Ásia, com bairros da cidade em ambos os continentes. Embora fosse a sede de um império muçulmano sunita, a Istambul otomana estava longe de territórios árabes — a 1500 quilômetros de Damasco, 2200 quilômetros de Bagdá e 3800 quilômetros do Cairo. Além disso, a língua administrativa do Império Otomano era o turco, não o árabe. Os árabes começaram a navegar a era moderna pelas regras de outros povos.

Os otomanos governaram os árabes por quatro dos últimos cinco séculos. Durante esse tempo, o império mudou e as regras também. No primeiro século após a conquista, o governo otomano não era nada exigente: os árabes tinham que reconhecer a autoridade do sultão e respeitar tanto as suas leis quanto as leis de Alá (a sharia, ou lei islâmica). Às minorias não muçulmanas era permitido organizar seus próprios assuntos, sob sua própria liderança comunal e leis religiosas, mediante o pagamento de um imposto por cabeça para o Estado. Em suma, a maioria dos árabes parecia ver seu lugar no império mundial dominante da época com equanimidade, como muçulmanos em um grande império muçulmano.

No século XVIII, as regras mudaram significativamente. O Império Otomano havia atingido seu ápice durante o século XVII, mas em 1699 sofreu sua primeira perda territorial — Croácia, Hungria, Transilvânia e Podólia, na Ucrânia — para os rivais europeus. Desprovido de recursos, começou a leiloar cargos estatais e propriedades agrícolas nas províncias como meios de gerar receita. Isso permitiu que homens poderosos em províncias remotas dominassem vastos territórios, acumulando riqueza e poder suficientes para desafiar a autoridade do governo. Na segunda metade do século XVIII, uma corrente desses líderes locais representou

um sério desafio ao domínio otomano no Egito, na Palestina, no Líbano, na Síria, no Iraque e na Arábia.

Por volta do século XIX, os otomanos haviam iniciado um período de grandes reformas destinadas a sufocar os desafios no interior do império e a conter as ameaças de seus vizinhos europeus. Essa era de reformas deu origem a um novo conjunto de regras, refletindo novas ideias de cidadania importadas da Europa. As reformas tentaram estabelecer a plena igualdade de direitos e responsabilidades para todos os súditos otomanos — turcos e árabes igualmente — em áreas como administração, serviço militar e impostos. Elas promoviam uma nova identidade, o *otomanismo*, que buscava transcender as diferentes divisões étnicas e religiosas na sociedade. As reformas não conseguiram proteger os otomanos da intrusão europeia, mas permitiram que o império reforçasse seu domínio sobre as províncias árabes, que assumiram maior importância à medida que o nacionalismo corroía a posição otomana nos Bálcãs.

No entanto, as mesmas ideias que inspiraram as reformas deram origem a novas ideias de nação e comunidade, o que gerou insatisfação entre alguns no mundo árabe em relação à sua posição no Império Otomano. Eles começaram a se incomodar com as regras otomanas, culpando-as cada vez mais pelo relativo atraso dos árabes no começo do século XX. Contrastando a grandeza do passado com a atual subordinação dentro de um império que recuava diante de vizinhos europeus mais fortes, muitos pediram reformas em suas próprias sociedades e almejavam a independência árabe.

A queda do Império Otomano em 1918, no final da Primeira Guerra Mundial, pareceu a muitos o limiar de uma nova era de independência e grandeza nacional do mundo árabe. Eles esperavam ressuscitar um

grande reino das cinzas do Império Otomano e se animaram com o chamado à autodeterminação nacional do presidente americano Woodrow Wilson, estabelecido em seus famosos *Catorze Pontos*. Ficariam amargamente desapontados ao descobrir que a nova ordem mundial se baseava nas regras europeias, e não wilsonianas.⁷

Os britânicos e os franceses usaram a Conferência de Paz de Paris de 1919 para aplicar o sistema estatal moderno ao mundo árabe, com todos os territórios árabes, exceto os da Arábia Central e do Sul, caindo sob alguma forma de domínio colonial. Na Síria e no Líbano, recém-saídos do domínio otomano, os franceses deram às suas colônias uma forma republicana de governo. Os britânicos, por sua vez, dotaram suas possessões no Iraque e na Transjordânia com as armadilhas do modelo de monarquia constitucional de Westminster. A Palestina foi a exceção, pois a promessa de criar um espaço nacional judaico, contra a vontade da população local, minou todos os esforços para formar um governo nacional.

As potências coloniais deram a cada novo Estado árabe uma capital nacional, que servia de sede do governo, e pressionaram os governantes a elaborar Constituições e a criar Parlamentos eleitos pelo povo. Fronteiras, em muitos casos bastante artificiais, foram negociadas entre Estados vizinhos, por vezes com certa acrimônia. Muitos nacionalistas árabes se opuseram a essas medidas, que acreditavam dividir e enfraquecer um povo árabe que só poderia reconquistar seu status legítimo como uma potência mundial respeitada por meio de uma unidade mais ampla. No entanto, de acordo com as regras europeias, apenas os Estados-nação reconhecidos, por mais imperiais que fossem suas origens, eram considerados atores políticos legítimos.

Um legado duradouro do período colonial é a tensão entre o nacionalismo dos Estados-nação (por exemplo, o nacionalismo egípcio ou iraquiano) e as ideologias nacionalistas pan-árabes. Quando os Estados árabes começaram a se tornar independentes do domínio colonial nas décadas de 1940 e 1950, as divisões entre eles já haviam se tornado permanentes. O problema era que a maioria dos cidadãos árabes acreditava que os nacionalismos menores baseados em estruturas coloniais eram fundamentalmente ilegítimos. Para aqueles que aspiravam à grandeza no século XX, só o movimento nacionalista árabe mais amplo oferecia a perspectiva de atingir a massa crítica e a unidade de propósito necessária para restaurar seu devido lugar entre as potências. A experiência colonial transformou os árabes em uma comunidade de nações, e não em uma comunidade nacional, e os cidadãos se decepcionaram com os resultados.

A SEGUNDA GUERRA ABALOU a influência europeia nos assuntos mundiais. Os anos do pós-guerra foram um período de descolonização, em que os Estados da Ásia e da África conseguiram a independência de seus governantes coloniais, muitas vezes pela força das armas. Os Estados Unidos e a União Soviética surgiram como potências dominantes na segunda metade do século XX, e a rivalidade entre os dois, que veio a ser chamada de Guerra Fria, definiu a nova era.

Moscú e Washington entraram em uma intensa competição pelo domínio global. Enquanto os Estados Unidos e a União Soviética tentavam integrar o mundo árabe em suas respectivas esferas de influência, o Oriente Médio se tornou uma das várias arenas de rivalidade das superpotências. Mesmo naquela época de independência

nacional, o mundo árabe viu seu espaço de manobra limitado por regras estrangeiras — as regras da Guerra Fria — por quase meio século (de 1945 a 1990).

As regras da Guerra Fria eram claras: um país poderia ser aliado dos Estados Unidos ou da União Soviética, mas não poderia ter boas relações com ambos. O povo árabe, de maneira geral, não estava interessado nem no anticomunismo americano nem no materialismo dialético soviético. Seus governos tentaram seguir um caminho intermediário por meio do Movimento dos Países Não Alinhados — sem sucesso. Em determinado momento, cada Estado do mundo árabe foi forçado a tomar partido.

Os Estados que entraram na esfera de influência soviética denominavam-se “progressistas”, mas o Ocidente os classificava como “radicais”. Esse grupo incluía todos os países que haviam passado por uma revolução na segunda metade do século xx: Síria, Egito, Iraque, Argélia, Iêmen e Líbia. Os Estados que se aliaram ao Ocidente — as repúblicas liberais da Tunísia e do Líbano e as monarquias conservadoras do Marrocos, da Jordânia, da Arábia Saudita e dos Estados do golfo pérsico — foram chamados de “reacionários” pelos Estados árabes progressistas, mas considerados “moderados” no Ocidente. Isso resultou em uma relação patrono-cliente entre as superpotências e os árabes, pela qual os Estados árabes asseguravam armas e ajuda para o desenvolvimento de suas economias por parte das superpotências que os patrocinavam.

Enquanto houvesse duas superpotências, o sistema contaria com freios e contrapesos. Nem os soviéticos nem os americanos podiam se permitir a tomada de ações unilaterais na região, por medo de provocar uma reação hostil da outra superpotência. Autoridades do governo em

Washington e Moscou receavam uma Terceira Guerra Mundial e trabalhavam dia e noite para evitar que o Oriente Médio desencadeasse tal conflagração. Os líderes árabes também aprenderam a jogar as superpotências uma contra a outra, usando a ameaça de deserção para o outro lado a fim de garantir de seu Estado patrono mais armas e auxílios. Ainda assim, no final da Guerra Fria, os árabes compreenderam que estavam longe de alcançar o grau de independência, desenvolvimento e respeito desejados. Com o colapso da União Soviética, o mundo árabe entrou em uma nova era — em termos ainda menos favoráveis.

A GUERRA FRIA CHEGOU AO FIM pouco depois da queda do Muro de Berlim, em 1989. Para o mundo árabe, a nova era unipolar começou com a invasão iraquiana do Kuwait em 1990. Quando a União Soviética votou a favor de uma resolução do Conselho de Segurança da ONU autorizando uma guerra liderada pelos Estados Unidos contra um antigo aliado do Kremlin, o Iraque, ficou claro que a situação anterior se encerrara. As certezas da era da Guerra Fria haviam dado lugar a uma era de poder americano sem restrições, e muitos na região temeram o pior.

As políticas americanas para o Oriente Médio foram altamente inconsistentes no período que se seguiu à Guerra Fria. Os presidentes dos Estados Unidos adotaram políticas muito diferentes a partir dos anos 1990. Para George H. W. Bush, que ocupava a presidência quando do colapso da União Soviética, o fim da Guerra Fria marcou o início de uma nova ordem mundial. Sob Bill Clinton, o internacionalismo e o engajamento foram as grandes marcas. Com a ascensão dos neoconservadores ao poder após a eleição de George W. Bush, em 2000,

os Estados Unidos se voltaram para o unilateralismo. No rescaldo dos ataques de 11 de setembro de 2001, a política externa do governo Bush teve um impacto devastador sobre a região como um todo, levando a uma guerra contra o terrorismo que se concentrou no mundo muçulmano, tendo os árabes como principais suspeitos. Barack Obama tentou reverter muitas das medidas do governo Bush e reduzir a presença militar dos Estados Unidos na região — diminuindo a influência americana nesse processo.

As regras da era unipolar de dominação americana foram as mais desvantajosas para o mundo árabe nos tempos modernos. Sem poder alternativo para restringir a ação dos Estados Unidos, os governos se viram diante de uma invasão real e da ameaça de mudança de regime. Não seria um exagero descrever os anos posteriores aos ataques do Onze de Setembro como os piores da história árabe, com a Primavera Árabe servindo como um breve hiato, embora trágico. O que Samir Kassir observou em 2004 é cada vez mais verdadeiro: “Não é agradável ser árabe hoje em dia”.

DURANTE A MAIOR PARTE dos últimos dois séculos, os árabes lutaram por sua independência das potências estrangeiras. Ao mesmo tempo, procuraram restringir o poder autocrático de seus governantes. As revoluções da Primavera Árabe representam o último capítulo de uma luta centenária por um governo transparente e pelo Estado de direito.

Até o final do século XVIII, o absolutismo era a norma na Europa e no mundo mediterrâneo. Somente a Grã-Bretanha e a República Holandesa haviam subordinado os poderes do monarca a um governo eleito antes da Revolução Francesa, em 1789. A partir dessa data, as Constituições começaram a proliferar em todo o Ocidente — nos Estados Unidos em

1789, na Polônia e na França em 1791, na Noruega em 1814 e na Bélgica em 1831. Surgia uma nova ordem política em que a lei restringia os poderes dos governantes e os indivíduos alcançaram o mais elevado status legal, o de cidadãos.

Os árabes que visitavam a Europa no primeiro quartel do século XIX voltavam fascinados pelas novas ideias políticas que encontravam em Paris e Londres. O clérigo egípcio Riffa al-Tahtawi traduziu todos os 74 artigos da Constituição francesa de 1814 para o árabe quando retornou de Paris em 1831. Vivendo sob o domínio autocrático do governador egípcio Muhammad Ali, Tahtawi ficou maravilhado com as restrições que a Constituição francesa impunha a seu rei e as proteções que estendia a seus cidadãos. O reformador tunisiano Khayr al-Din, inspirado nos escritos de Tahtawi, defendeu uma Constituição que restringisse o domínio arbitrário dos governantes tunisianos. Talvez não seja coincidência que os dois primeiros Estados árabes a introduzirem Constituições — a Tunísia em 1861 e o Egito em 1882 — tenham sido os primeiros a passar pelas revoluções da Primavera Árabe.

A onda seguinte de reforma constitucional coincidiu com a introdução do domínio colonial europeu logo após a Primeira Guerra Mundial. A Constituição egípcia de 1923, a Constituição iraquiana de 1925, a Constituição libanesa de 1926 e a Constituição síria de 1930 expressavam, cada uma delas, a luta árabe pela independência das potências coloniais europeias com base no governo legítimo e no Estado de direito. Embora essas Constituições dotassem os Estados de legislações multipartidárias eleitas, as autoridades coloniais fizeram o máximo para minar sua soberania. O governo constitucional liberal ficou comprometido como uma extensão do domínio colonial europeu.

A rejeição do liberalismo ocorreu após a derrota na Guerra da Palestina de 1948, quando o exército israelense derrotou os Estados árabes para garantir 78% do Mandato Britânico da Palestina para o novo Estado judeu. A falta de preparo militar afastou os oficiais patrióticos de seus reis e presidentes, e a derrota para as forças armadas do novo Estado de Israel, desconsiderada na propaganda árabe como meros “bandos judaicos”, minou a confiança dos cidadãos nos governos recém-independentes. O mundo árabe entrou em uma nova era revolucionária, com golpes militares na Síria (1949), no Egito (1952), no Iraque (1958), no Iêmen (1962) e na Líbia (1969) que levaram ao poder homens de ação decisivos, à frente de governos tecnocráticos. Intensamente nacionalistas, de um nacionalismo árabe, os regimes militares prometiam uma nova era de justiça social, desenvolvimento econômico, força militar e independência de influência externa. Os novos governantes exigiam em troca apenas a total obediência de seus cidadãos. Era uma espécie de contrato social, e durante mais de meio século os cidadãos árabes suspenderam voluntariamente seus esforços para restringir o sistema autocrático em troca de governos que prometiam suprir suas necessidades.

No início do século XXI, o velho contrato social foi quebrado. Em 2000, todos, exceto os Estados ricos em petróleo, haviam se mostrado incapazes de cumprir suas promessas. Cada vez mais, apenas uma estreita faixa de amigos e familiares dos governantes da região se beneficiava de quaisquer oportunidades econômicas. O nível de desigualdade entre ricos e pobres aumentou de forma alarmante. Em vez de tratar das queixas legítimas dos cidadãos, os Estados reagiram ao crescente descontentamento tornando-se cada vez mais repressivos. Pior ainda, procuraram ativamente preservar o controle de suas famílias

sobre a política com a sucessão dinástica, à medida que os presidentes idosos preparavam seus filhos para sucedê-los nos cargos. Não só o contrato social foi quebrado, mas esses regimes falidos ameaçavam se perpetuar.

Em 2011, os cidadãos árabes se insurgiram em movimentos populares que buscavam voltar a impor restrições a seus governantes. “As pessoas não deveriam temer seu governo”, dizia um cartaz na praça Tahrir, no Cairo. “Os governos deveriam temer seu povo.” Por um breve momento, as revoluções da Primavera Árabe conseguiram fazer com que os governantes temessem seus cidadãos. Infelizmente, o momento não durou, pois a revolução deu lugar à contrarrevolução e os homens fortes voltaram ao poder — exceto na Tunísia, onde o movimento havia surgido com o fatídico confronto entre Fayda Hamdy e Muhammad Bouazizi em dezembro de 2010. É muito cedo para saber se a frágil ordem constitucional que emergiu no país será o prenúncio de uma futura ordem social ou a única história de sucesso da Primavera Árabe.

SERIA ERRADO ENFATIZAR as tensões na história da região em detrimento de tudo o que torna o mundo árabe tão fascinante. Estudo o Oriente Médio há uma vida e fui atraído pela história árabe porque ela é muito rica e diversificada. Após a infância em Beirute e no Cairo, levei meus interesses pelo Oriente Médio para a universidade nos Estados Unidos, onde estudei os idiomas árabe e turco para poder ler as fontes primárias. Examinando registros de tribunal e crônicas, documentos de arquivo e manuscritos, diários e memórias, fiquei igualmente impressionado com o familiar e o exótico da história árabe.

Muito do que o mundo árabe sofreu nos últimos cinco séculos é comum à experiência humana em todo o planeta. Nacionalismo,

imperialismo, revolução, industrialização, migração rural-urbana, a luta pelos direitos das mulheres — todos os grandes temas da história da humanidade na era moderna ocorreram no mundo árabe. No entanto, muito distingue os árabes: a forma de suas cidades, sua música e poesia, sua posição especial como o povo escolhido do islã (o Alcorão enfatiza não menos que dez vezes que Alá fez sua revelação final à humanidade em árabe) e sua noção de uma comunidade nacional que se estende do Marrocos até a Arábia.

Ligados por uma identidade comum baseada na língua e na história, os árabes são ainda mais fascinantes por sua diversidade. Eles são ao mesmo tempo um povo e muitos povos. À medida que o viajante atravessa o norte da África, do Marrocos ao Egito, o dialeto, a caligrafia, a paisagem, a arquitetura e a culinária, assim como as formas de governo e os tipos de atividade econômica, transformam-se como em um caleidoscópio. Se o viajante continua através da península do Sinai rumo ao Crescente Fértil, o mesmo tipo de diferença surge entre a Palestina e a Jordânia, a Síria e o Líbano e o Iraque. Partindo-se do Iraque para o sul, para os Estados do golfo, o mundo árabe exhibe as influências do vizinho Irã. O Omã e o Iêmen refletem as influências da África Oriental e do sul da Ásia. Todos esses povos têm histórias distintas, mas todos se veem ligados por uma história árabe comum.

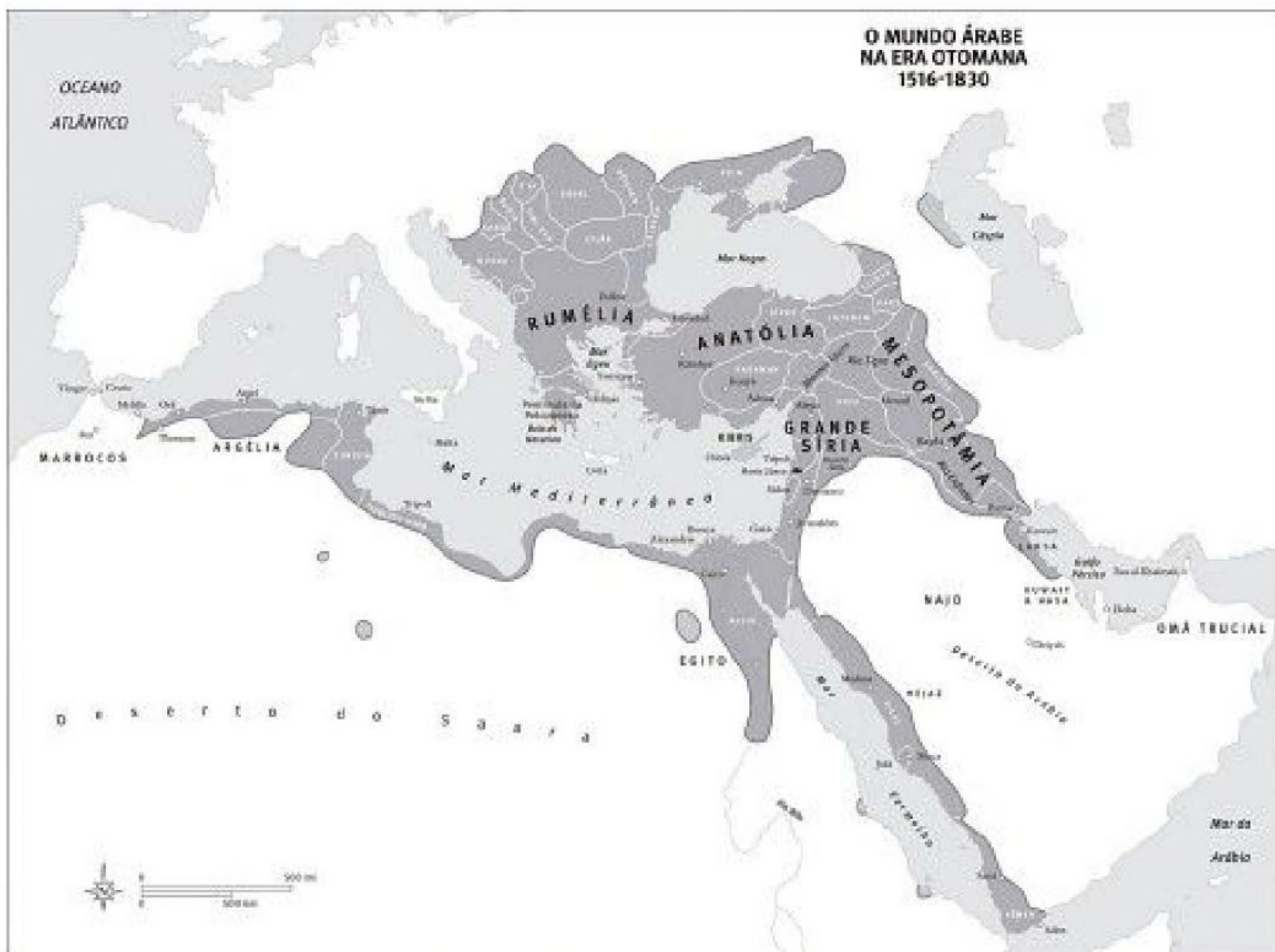
Ao escrever este livro, tentei fazer justiça à diversidade da história árabe, equilibrando as experiências do norte da África, do Egito, do Crescente Fértil e da península Arábica. Ao mesmo tempo, tentei mostrar as ligações entre as histórias dessas regiões — por exemplo, como o domínio francês no Marrocos influenciou o domínio francês na Síria e como a rebelião contra o domínio francês no Marrocos influenciou a rebelião contra o domínio francês na Síria. De maneira

inevitável, alguns países ocupam mais do que a sua justa parte da narrativa, e outros são lamentavelmente negligenciados.

Recorri a um vasto conjunto de fontes árabes, usando relatos em primeira mão daqueles que viveram os tumultuosos anos da história árabe: cronistas nos períodos mais antigos dão lugar a uma ampla gama de intelectuais, jornalistas, políticos, poetas e romancistas, homens e mulheres, famosos e infames. Parece-me natural privilegiar fontes árabes ao escrever uma história dos árabes, assim como se pode privilegiar fontes russas para escrever uma história dos russos. Estrangeiros com autoridade — estadistas, diplomatas, missionários e viajantes — têm observações valiosas para compartilhar sobre a história árabe. Mas acredito que os leitores ocidentais a enxergariam de forma diferente se a vissem através dos olhos de homens e mulheres árabes que descreveram os tempos em que viveram.

* Com relação a nomes de pessoas, adotou-se o critério de manter o prefixo “al-”, que significa “da família”, apenas na primeira ocorrência de cada, omitindo-o nas posteriores. (N. E.)

1. Do Cairo a Istambul



O SOL QUENTE DO VERÃO CASTIGAVA Al-Ashraf Qansuh al-Ghawri, 49^o sultão da dinastia mameluca, enquanto ele passava em revista suas tropas para a batalha. Desde a fundação da dinastia, em 1250, os mamelucos governavam o mais antigo e poderoso Estado islâmico de sua época. O império com sede no Cairo abrangia o Egito, a Síria e a Arábia. Qansuh, um homem na casa dos setenta anos, o havia governado por quinze. Estava agora em Marj Dabiq, um campo nos arredores da cidade síria de Aleppo, nos limites do extremo norte de seu império, para enfrentar o maior perigo que os mamelucos já haviam enfrentado. Ele fracassaria, e seu fracasso acarretaria o desaparecimento

de seu império, abrindo caminho para a conquista dos territórios árabes pelos turcos otomanos. Era 24 de agosto de 1516.

Qansuh usava um turbante leve para proteger a cabeça do sol ardente do deserto. Nos ombros exibia um majestoso manto azul, sobre o qual apoiava um machado de batalha enquanto, montado em seu cavalo, passava em revista suas forças. Quando um sultão mameluco ia à guerra, liderava pessoalmente as tropas e levava com ele a maior parte de seu governo. Era como se um presidente americano tivesse metade de seu gabinete, líderes de ambas as casas do Congresso, juizes da Suprema Corte e um sínodo de bispos e rabinos, todos vestidos para a batalha ao lado dos oficiais e soldados.

Os comandantes do exército mameluco e os quatro principais juizes estavam sob a bandeira vermelha do sultão. À sua direita vinha o chefe espiritual do império, o califa al-Mutawakkil III, sob sua própria bandeira. Ele também vestia um turbante leve e um manto, e trazia apoiado no ombro um machado de batalha. Qansuh estava cercado por quarenta descendentes do profeta Maomé, que usavam cópias do Alcorão envoltas em estojos de seda amarela enrolados em torno da cabeça. Aos atacantes se juntavam os líderes das ordens místicas sufi sob bandeiras verdes, vermelhas e pretas.

Qansuh e seu séquito devem ter ficado impressionados e tranquilizados com o espetáculo de 20 mil soldados mamelucos reunidos nas planícies a seu redor. Os mamelucos — a palavra em árabe significa “possuído” ou “escravo” — eram uma casta de soldados escravos de elite. Jovens eram levados de terras cristãs da estepe eurásiana e do Cáucaso para o Cairo, onde eram convertidos ao islamismo e treinados nas artes marciais. Separados de suas famílias e pátrias, eles deviam lealdade total a seus senhores — tanto aqueles que

os possuíam fisicamente quanto aqueles que os ensinavam. Treinado no mais alto padrão de guerra e doutrinado em total devoção à religião e ao Estado, o mameluco maduro recebia então a sua liberdade e entrava nas fileiras da elite dominante. Eram os guerreiros supremos no combate corpo a corpo e dominaram os maiores exércitos da Idade Média: em 1249, derrotaram o exército cruzado do rei francês Luís IX; em 1260, afugentaram as hordas mongóis dos territórios árabes; e em 1291 expulsaram o último dos cruzados das terras islâmicas.

O exército mameluco era uma visão magnífica. Seus guerreiros vestiam trajes de seda de cores brilhantes, seus capacetes e armaduras eram produzidos pelos mais hábeis artesãos e suas armas eram feitas de aço endurecido incrustado de ouro. O espetáculo de elegância era parte de um espírito de galhardia e uma marca da confiança de homens que esperavam vencer.

Para enfrentar os mamelucos, do outro lado do campo de batalha, estavam os experientes veteranos do sultão otomano. O Império Otomano surgiu no final do século XIII como um principado muçulmano turco menor envolvido numa guerra santa contra o Império Bizantino cristão na Anatólia (as terras asiáticas da Turquia moderna). No decorrer dos séculos XIV e XV, os otomanos integraram os demais principados turcos e conquistaram o território bizantino na Anatólia e nos Bálcãs. Em 1453, o sétimo sultão otomano, Mehmed II, logrou sucesso onde todas as tentativas anteriores dos muçulmanos haviam fracassado ao capturar Constantinopla e completar a conquista do Império Bizantino. A partir de então, Mehmed II seria conhecido como “o Conquistador”. Constantinopla, renomeada Istambul, tornou-se a capital otomana. Os sucessores de Mehmed II não se mostraram menos ambiciosos na

expansão do alcance territorial de seu império. Agora, em 24 de agosto de 1516, Qansuh estava prestes a entrar em batalha com o nono sultão otomano, Selim I (g. 1512-20),* apelidado de “o Severo”.

Paradoxalmente, Qansuh esperava evitar a guerra fazendo uma demonstração de força em sua fronteira norte. Os otomanos estavam envolvidos em hostilidades com o Império Persa safávida. Governando no que hoje é o Irã moderno, os safávidas falavam turco como os otomanos e eram provavelmente de origem étnica curda. Seu carismático líder, o xá Ismail (g. 1501-24), decretara o islamismo xiita como a religião oficial do Estado, o que o colocara em rota de colisão ideológica com o Império Otomano sunita.¹ Os otomanos e os safávidas haviam disputado o controle da Anatólia oriental em 1514-5, com a vitória dos primeiros. Os safávidas buscaram urgentemente uma aliança com os mamelucos para conter a ameaça otomana. Qansuh não tinha nenhuma simpatia especial pelos safávidas, mas desejava preservar o equilíbrio de poder na região e esperava que uma forte presença militar mameluca no norte da Síria confinasse as ambições otomanas à Anatólia, deixando a Pérsia para os safávidas e o mundo árabe para os mamelucos. Já o deslocamento mameluco representava uma ameaça estratégica ao flanco otomano. Em vez de correr o risco de uma guerra em duas frentes, o sultão otomano suspendeu as hostilidades com os safávidas para lidar com os mamelucos.

Estes colocaram um grande exército em campo, mas a força otomana era de longe muito maior. Suas fileiras disciplinadas de cavalaria e infantaria superavam em número os mamelucos em até três para um. Cronistas contemporâneos estimaram que o exército de Selim chegasse a 60 mil homens. Os otomanos também desfrutavam de uma vantagem tecnológica significativa sobre os adversários. Enquanto os mamelucos

eram um exército antiquado que dava muita ênfase à esgrima individual, os otomanos apresentavam uma moderna infantaria com pólvora e armada com mosquetes. Os mamelucos mantinham os valores militares medievais, enquanto os otomanos representavam a face moderna da guerra do século XVI. Soldados endurecidos pela batalha, com extensa experiência de combate, eles estavam mais interessados nos despojos da vitória do que na honra pessoal adquirida no combate corpo a corpo.

QUANDO OS DOIS EXÉRCITOS se enfrentaram em Marj Dabiq, as armas de fogo otomanas dizimaram as fileiras dos cavaleiros mamelucos. A ala direita mameluca desmoronou sob a ofensiva inimiga, e a ala esquerda fugiu. O comandante desta última era o governador da cidade de Alepo, um mameluco chamado Khair Bei, que, diz-se, havia se aliado aos otomanos antes da batalha e transferido sua lealdade a Selim, o Severo. A traição de Khair Bei deu a vitória aos otomanos logo após o início da batalha.

O sultão mameluco, Qansuh Ghawri, observou horrorizado o desmoronamento de seu exército. A poeira no campo de batalha era tão espessa que os dois exércitos mal podiam se ver. Qansuh voltou-se para seus conselheiros religiosos e pediu que rezassem por uma vitória que não acreditava mais possível. Um dos comandantes mamelucos, reconhecendo a situação de desespero, arriou a bandeira do sultão, dobrou-a e virou-se para Qansuh, dizendo: “Senhor sultão, os otomanos nos derrotaram. Salve-se e refugie-se em Alepo”. Quando se deu conta da verdade das palavras do oficial, o sultão sofreu um derrame que o deixou parcialmente paralisado. Ao tentar montar seu cavalo, Qansuh caiu e morreu. Abandonado pela comitiva em fuga, seu corpo jamais foi recuperado. Foi como se a terra tivesse se aberto e o engolido.

Quando a poeira da batalha assentou, revelou-se o horror da carnificina. “Era de deixar branco o cabelo de uma criança e derreter o ferro em sua fúria”, refletiu o cronista mameluco Ibn Iyas. O campo de batalha estava repleto de homens e cavalos mortos e agonizantes, cujos gemidos eram interrompidos pelos vitoriosos otomanos em sua ânsia de pilhar os adversários abatidos. Eles deixaram para trás “corpos sem cabeça e rostos cobertos de poeira e medonhamente transformados” que seriam devorados por corvos e cães selvagens.² Foi uma derrota sem precedentes para os mamelucos, e um golpe do qual seu império jamais se recuperaria.

A VITÓRIA EM MARJ DABIQ TORNOU os otomanos senhores da Síria. Selim, o Severo, entrou em Alepo sem oposição e ocupou Damasco. A notícia da derrota mameluca chegou ao Cairo em 14 de setembro de 1516, cerca de três semanas após a batalha. Os comandantes mamelucos sobreviventes se reuniram na cidade para eleger um novo sultão. O escolhido foi Al-Ashraf Tumanbay, o vice de Qansuh. Tumanbay seria o último sultão mameluco, com um reinado que durou apenas três meses e meio.

Selim, o Severo, escreveu a Tumanbay de Damasco, oferecendo-lhe duas opções: render-se e governar o Egito como vassalo dos otomanos, ou resistir e enfrentar a aniquilação total. Tumanbay chorou de terror ao ler a carta de Selim, pois render-se não era uma opção. O medo começou a tomar conta tanto dos soldados quanto dos súditos do sultão mameluco. Em uma tentativa de preservar a disciplina, Tumanbay emitiu uma proclamação proibindo a venda de vinho, cerveja ou haxixe, sob pena de morte. No entanto, afirmam os cronistas, os ansiosos habitantes do Cairo não deram atenção às suas ordens e procuraram

alívio contra a iminente ameaça de invasão nas drogas e no álcool.³ Quando chegaram ao Cairo as notícias da conquista da cidade costeira de Gaza, onde os otomanos haviam matado mil pessoas, o cheiro do medo varreu a cidade. Em janeiro de 1517, o exército otomano entrou no Egito, seguindo para a capital mameluca.

Quando Selim chegou aos arredores do norte do Cairo, em 22 de janeiro de 1517, os soldados de Tumanbay mostravam pouco entusiasmo pela luta. Muitos não haviam se apresentado ao serviço. Arautos foram enviados pelas ruas da capital ameaçando enforcar desertores diante de suas próprias portas. Valendo-se desses meios, Tumanbay reuniu todos os soldados que foi possível — uma força de cerca de 20 mil cavaleiros, infantaria e beduínos. Tendo aprendido com a experiência de Marj Dabiq, Tumanbay dispensou a proibição de armas de fogo e armou um grande número de soldados com mosquetes. Além disso, alinhou cem vagões com canhões leves para enfrentar os atacantes. Os homens e mulheres do Cairo foram até o campo de batalha para apoiar o exército e orar pelo seu sucesso. Não remunerado, sem confiança e em grande parte não confiável, o exército mameluco se aproximou do dia da batalha como um grupo de homens que lutava pela própria sobrevivência e não pela vitória.

A batalha ocorreu em 23 de janeiro de 1517, sendo “um tremendo encontro”, escreveu Ibn Iyas, “cuja simples menção é suficiente para instilar terror nos corações dos homens e horrores que perturbam a razão”. Os tambores chamavam à batalha, e os cavaleiros mamelucos montaram seus animais e partiram pelo campo. Eles encontraram uma força otomana muito maior, que “vinha como uma nuvem de gafanhotos”. Ibn Iyas afirmou que a batalha que se seguiu foi ainda pior do que a derrota em Marj Dabiq, com “os turcos surgindo de todas as

direções”, “o ruído de sua mosquetaria ensurdecedor, e seu ataque furioso”. Em uma hora, os defensores mamelucos haviam sofrido pesadas baixas e estavam em plena retirada. Tumanbay lutou por mais tempo do que a maioria de seus comandantes antes de também se retirar da batalha, prometendo voltar outro dia.⁴

As tropas otomanas vitoriosas invadiram o Cairo e saquearam a cidade por três dias. A desamparada população civil, deixada à mercê do exército invasor, não pôde fazer nada além de observar a pilhagem de suas casas e posses. O único refúgio contra a violência dos soldados era o próprio sultão otomano, e o povo do Cairo se esforçou para honrar seu novo senhor. As orações de sexta-feira nas mesquitas, que tradicionalmente eram recitadas em nome do sultão mameluco, passaram a ser proclamadas em honra do sultão Selim, um dos meios tradicionais de reconhecimento da soberania. “Alá proteja o sultão”, entoavam os pregadores, “filho do sultão, rei dos dois continentes e dos dois mares; conquistador dos dois exércitos, sultão dos dois Iraques, servo das duas cidades sagradas, o vitorioso xá Selim. Ó Senhor dos dois mundos, permita que ele possa ser sempre vitorioso.” Selim, o Severo, respondeu à submissão do Cairo e instruiu seus ministros a anunciar um perdão público e a restauração da segurança.

Selim esperou quase duas semanas após a derrota do exército mameluco para entrar no Cairo. Foi a primeira oportunidade que a maioria dos moradores da cidade teve para examinar seu novo senhor. Ibn Iyas dá um retrato vívido do conquistador otomano:

Ao passar pela cidade, o sultão foi aplaudido por toda a população. Ele foi descrito como tendo pele clara, queixo bem barbeado, nariz e olhos grandes, de estatura baixa e usando um pequeno turbante. Mostrou ligeireza e inquietação, virando a cabeça de um lado para outro enquanto avançava. Diz-

se que tem cerca de quarenta anos de idade. Carecia da dignidade dos antigos sultões, possuindo temperamento ruim e violento, sedento de sangue, não tolerando que lhe respondessem.⁵

Selim não descansaria tranquilamente no Cairo enquanto o sultão mameluco estivesse livre. Enquanto Tumanbay vivesse, os otomanos sabiam que seus partidários planejarão sua restauração. Apenas uma morte pública acabaria para sempre com essas esperanças. Selim, o Severo, teve a oportunidade em abril de 1517, quando o fugitivo Tumanbay foi traído por beduínos de clãs tribais e entregue aos otomanos: forçou-o a marchar pelo centro do Cairo para dissipar qualquer dúvida de que se tratava de fato do sultão mameluco deposto. A procissão de Tumanbay terminou em Bab Zuwayla, um dos principais portões da cidade murada do Cairo, aonde ele foi levado por seus carrascos e enforcado diante da multidão horrorizada. A corda usada para o enforcamento se partiu — alguns dizem que duas vezes —, como se indicasse a relutância divina em permitir o regicídio. “Uma vez que ele entregou sua alma, um grito alto subiu da multidão”, registrou o cronista, capturando a sensação de choque público e horror diante do espetáculo sem precedentes. “Nunca no passado assistimos a um evento como o enforcamento de um sultão do Egito em Bab Zuwayla, nunca!”⁶

Para o sultão Selim, a morte de Tumanbay foi motivo de comemoração. Com o fim da dinastia mameluca, ele completou a conquista de seu império e a transferência de todas as riquezas, terras e glórias mamelucas para sua própria dinastia. Agora ele poderia retornar a Istambul tendo acrescentado a Síria, o Egito e a província árabe do Hejaz ao Império Otomano. O Hejaz tinha uma importância particular como o local de nascimento do islã. Foi nessa província, na cidade de Meca, que, segundo os muçulmanos, Alá teria revelado pela primeira

vez o Alcorão ao profeta Maomé, e foi na vizinha Medina que o profeta estabeleceu a primeira comunidade de fiéis. Selim acrescentava agora ao título imperial de sultão a legitimidade religiosa como servo e protetor dos lugares sagrados de Meca e Medina. A anexação desses territórios o confirmou como sultão do maior império islâmico do mundo.

Antes de deixar o Cairo, Selim pediu para ver uma das famosas peças de teatro de sombra egípcio, um teatro de fantoches feito com figuras cuja silhueta era projetada em uma tela iluminada. Ele se sentou sozinho para apreciar o espetáculo. O mestre titereiro fizera um modelo de Bab Zuwayla e uma figura do sultão Tumanbay no momento de seu enforcamento. Quando a corda se partiu duas vezes, o sultão otomano “achou o espetáculo muito engraçado. Ele deu ao artista duzentos dinares e um manto de honra de veludo. ‘Quando partirmos para Istambul, venha conosco para que meu filho possa ver isso’, Selim disse a ele”.⁷ Seu filho, Suleiman, o sucederia no trono otomano três anos depois e herdaria tudo o que ele conquistara dos mamelucos.

A CONQUISTA OTOMANA DO Império Mameluco foi um importante ponto de inflexão na história. O fatídico choque entre espadachins mamelucos e fuzileiros otomanos marcou o fim da era medieval e o começo da era moderna no mundo árabe. A conquista otomana também significava que, pela primeira vez desde a ascensão do islã, o mundo árabe era governado por uma capital não árabe. Os omíadas, a primeira dinastia do islã, governaram a partir de Damasco seu império em rápida expansão, entre 661 e 750 d.C. O califado abássida (750-1258) governou o maior império muçulmano da época a partir de Bagdá. O Cairo, fundado em 969, serviu como capital para não menos que quatro dinastias antes do advento dos mamelucos em 1250. A partir de 1517, os

árabes negociariam seu lugar no mundo através de regras estabelecidas em capitais estrangeiras, uma realidade política que seria uma das características definidoras de sua história moderna.

Dito isto, a mudança do governo mameluco para o domínio otomano foi mais fácil do que muitos inicialmente temiam na época das sangrentas conquistas de Selim, o Severo. Os árabes eram governados por estrangeiros de língua turca desde o século XIII, e os otomanos eram em muitos aspectos semelhantes aos mamelucos. As elites em ambos os impérios tinham suas origens em escravos cristãos. Ambos eram Estados burocráticos que observavam a lei religiosa e protegiam os domínios islâmicos de ameaças estrangeiras com exércitos fortes. Além disso, era cedo demais para se falar de uma identidade árabe distinta que faria oposição ao domínio “estrangeiro”. Antes da era do nacionalismo, a identidade estava ligada a uma tribo ou cidade de origem. Se os árabes pensavam em termos de uma identidade mais ampla, era mais provável que esta se baseasse na religião do que na etnia. Para a maior parte dos árabes, muçulmanos sunitas, os otomanos eram governantes perfeitamente aceitáveis. O fato de o centro administrativo ter se mudado de territórios árabes para Istambul, cidade que unia os continentes da Europa e da Ásia, parece não ter sido uma questão para as pessoas daquela época.

Os povos árabes parecem ter sido mais pragmáticos que ideológicos ao avaliar a mudança do governo mameluco para o domínio otomano. Eles estavam muito mais preocupados com questões de lei e ordem e taxaço razoável do que o que significava serem governados por turcos. O historiador egípcio Abd al-Rahman al-Jabarti, escrevendo no início do século XIX, captou esse respeito pelo início do domínio otomano:

No início de seu reinado, os otomanos estavam entre os melhores para governar a comunidade [islâmica] desde os califas bem guiados.⁸ Eram os mais fortes defensores da religião e opositores dos incrédulos, e por essa razão seus domínios se expandiram, por meio das conquistas que Alá concedera tanto a eles como a seus representantes. Controlavam as melhores regiões habitadas da Terra. Reinos em todas as partes se submetiam ao seu domínio. Eles não negligenciavam o Estado, mas se ocupavam sobretudo de proteger seu território e suas fronteiras. Defendiam a prática dos ritos e dos direitos islâmicos [...], honravam os líderes religiosos, apoiavam a manutenção das duas cidades sagradas, Meca e Medina, e mantinham as regras e princípios de justiça, observando as leis e práticas islâmicas. Seu reinado era seguro; seu domínio foi duradouro; eram admirados e temidos por reis; obedecidos por homens livres e escravos.⁹

Os aldeões e habitantes das cidades da Síria não lamentaram a morte do Império Mameluco. Ibn Iyas conta que os residentes de Alepo, que tinham sofrido com sobrecarga de impostos e desmando arbitrário, impediram que os mamelucos em retirada entrassem na cidade e “os trataram pior do que os otomanos os tinham tratado” após a derrota em Marj Dabiq. Quando Selim, o Severo, entrou em Alepo, “a cidade foi iluminada para celebrá-lo, velas foram acesas nos bazares, vozes erguidas em oração para ele, e o povo se alegrou” com a libertação de seus antigos senhores.¹⁰ O povo de Damasco também não se deixou perturbar pela mudança política, segundo o cronista damasceno Shams al-Din Muhammad ibn Ali Ibn Tulun (1475-1546). Seu relato dos últimos anos do domínio mameluco está repleto de referências aos impostos abusivos, à ganância dos oficiais, à impotência do governo central, à ambição inescrupulosa dos emires, à falta de segurança no campo e aos problemas econômicos que resultaram dessa má administração.¹¹ Em comparação, Ibn Tulun tinha coisas favoráveis a dizer sobre o governo

otomano, que trazia lei e ordem e impostos regulares para a província de Damasco.

A queda dos mamelucos provavelmente mudou o Império Otomano de maneira mais dramática do que afetou o mundo árabe. A terra mais vital dos otomanos ficava nos Bálcãs e na Anatólia, e a capital — Istambul — se assentava nas províncias europeia e asiática do império. Os territórios árabes estavam longe do centro otomano, e os povos árabes constituíam um novo acréscimo à população heterogênea do império. Os árabes eram, eles próprios, um povo diverso, sua língua comum dividida em dialetos que se tornavam mutuamente incompreensíveis quando se passava da península Arábica através do Crescente Fértil até o norte da África. Enquanto a maioria dos árabes era (e é) de muçulmanos sunitas, como os turcos otomanos, havia comunidades minoritárias de bom tamanho de seitas dissidentes muçulmanas, comunidades cristãs e judeus. Havia também uma imensa diversidade cultural em todo o mundo árabe, com culinária, arquitetura e tradições musicais distintas em diferentes regiões. A história também dividira os povos, já que diferentes regiões haviam sido governadas por diferentes dinastias ao longo dos séculos islâmicos. A integração dos territórios árabes mudou de maneira fundamental o alcance geográfico, a cultura e a demografia do Império Otomano.

Os otomanos enfrentaram um verdadeiro desafio para conceber estruturas administrativas viáveis para seus novos territórios. Os árabes entraram no Império Otomano em uma época de rápida expansão na Pérsia, na região do mar Negro e nos Bálcãs. O alcance territorial do império se expandiu muito mais rápido que a capacidade do governo de treinar e designar administradores qualificados para esses novos acréscimos. Apenas as áreas mais próximas às regiões centrais otomanas

— como a cidade de Aleppo, no norte da Síria — passaram a ter o domínio otomano padrão. Quanto mais se afastavam da Anatólia, mais os otomanos procuravam preservar a ordem política preexistente, de modo a assegurar a transição mais suave possível para o seu governo. Pragmáticos, mais do que ideólogos, estavam mais interessados em preservar a lei e a ordem e em cobrar impostos de suas novas posses do que em impor seus métodos. Assim, nos primeiros anos após a conquista, o domínio otomano nas províncias árabes foi marcado por uma grande diversidade e ampla autonomia.

O PRIMEIRO DESAFIO ENFRENTADO pelos otomanos na Síria e no Egito foi constituir um governo leal com administradores mamelucos. Apenas estes possuíam o conhecimento e a experiência necessários para governar a Síria e o Egito em nome dos otomanos. No entanto, não era possível contar com sua lealdade. A primeira década do domínio otomano foi marcada por uma série de rebeliões violentas, à medida que importantes personalidades mamelucas tentavam romper com o Império Otomano e restaurar seu domínio na Síria e no Egito.

Nos primeiros anos após a conquista do Império Mameluco, os otomanos deixaram as instituições do antigo Estado mais ou menos intactas, sob o governo dos emires mamelucos, ou “comandantes”. Eles dividiram os domínios em três províncias baseadas em torno das cidades de Aleppo, Damasco e Cairo. Aleppo foi a primeira a receber o completo aparelhamento do domínio otomano. Um governador otomano foi nomeado para a província, que estava intimamente integrada à vida política e econômica do Império. Embora o povo não soubesse disso então, a conquista otomana iniciaria uma verdadeira idade de ouro em Aleppo, que se estenderia até o século XVIII, e durante a qual a cidade

emergiria como um dos grandes centros do comércio entre a Ásia e o Mediterrâneo. Apesar de estar a cerca de oitenta quilômetros da costa, Aleppo atraiu os escritórios centrais de empresas holandesas, inglesas e francesas no Levante e se tornou uma das cidades mais cosmopolitas do mundo árabe.¹² Quando William Shakespeare fez a Primeira Bruxa em *Macbeth* afirmar, sobre a esposa de um marinheiro: “O marido fora-se para Aleppo, capitão do *Tiger*” (ato 1, cena 3), seu público no Globe sabia de que lugar ela estava falando.

Selim escolheu mamelucos para servir como governadores em Damasco e no Cairo. Os dois homens que designou não poderiam ter sido mais diferentes. Como governador em Damasco ele nomeou Janbirdi al-Ghazali, que já fora governador na Síria e lutara valentemente contra os otomanos em Marj Dabiq, tendo liderado o ataque às forças de Selim em Gaza, onde foi ferido. Ele se retirou para o Cairo com o restante de seu exército para ficar ao lado de Tumanbay na defesa da capital. Selim respeitava a integridade e a lealdade que Janbirdi demonstrara a seus soberanos mamelucos, e esperava que esse senso de lealdade pudesse se voltar agora a seu novo senhor otomano. Em fevereiro de 1518, investiu Janbirdi com todas as funções exercidas pelos ex-governadores mamelucos de Damasco, em troca de um tributo anual de 230 mil dinares.¹³ Havia claros riscos em transferir tanto poder a uma pessoa sem freios ou contrapesos à sua autoridade.

Para governar o Cairo, Selim escolheu Khair Bei, o ex-governador mameluco de Aleppo com quem havia se correspondido antes da Batalha de Marj Dabiq e que lhe transferira sua lealdade. Foi Khair Bei quem rompeu as fileiras na Batalha de Marj Dabiq e deixou o campo livre para os otomanos. Mais tarde, ele foi preso por Tumanbay e encarcerado no Cairo. Selim o libertou ao capturar a capital e homenageou o ex-

governador de Aleppo por seus serviços. No entanto, nunca esqueceu que Khair Bei havia traído seu ex-soberano e, de acordo com Ibn Iyas, costumava fazer piada com seu nome, chamando-o de “Khain Bei”, ou “Senhor Caim”.¹⁴

Enquanto Selim viveu, esses arranjos administrativos se mantiveram sem dificuldades. Em outubro de 1520, porém, espalharam-se notícias sobre a morte de Selim e a ascensão do jovem príncipe Suleiman ao trono otomano. Alguns mamelucos acreditavam ter transferido sua lealdade ao sultão Selim na condição de conquistador, e não à sua dinastia como um todo. Com a sucessão otomana, o novo sultão Suleiman enfrentou uma série de revoltas nas províncias árabes.

A primeira revolta mameluca irrompeu em Damasco. Janbirdi Ghazali procurou restaurar o Império Mameluco e se declarou sultão, adotando o nome real de al-Malik al-Ashraf (“o mais nobre rei”). Vestiu as roupas e o turbante leve típicos dos mamelucos e proibiu o povo de Damasco de usar trajes otomanos, bem como que os pregadores nas mesquitas recitassem as orações de sexta-feira em nome de Suleiman. E começou a expurgar soldados e oficiais otomanos da Síria. As cidades de Trípoli, Homs e Hama se uniram à sua causa. Ele reuniu um exército e partiu para tomar Aleppo.¹⁵

O povo de Aleppo permaneceu fiel ao sultanato otomano. Eles lamentaram a morte de Selim e recitaram as orações de sexta-feira em nome de Suleiman. Quando o governador soube da aproximação do exército rebelde, começou a fortalecer as defesas da cidade. Em dezembro, a força de Janbirdi a sitiou. Os rebeldes dispararam canhões nos portões de Aleppo e flechas incendiárias sobre as muralhas da cidade, mas os defensores repararam os danos e contiveram as forças do atacante. Os damascenos mantiveram o cerco por quinze dias antes de

se retirarem. Cerca de duzentos moradores de Alepo foram mortos nesse período, bem como vários soldados.¹⁶

Vendo fracassar sua rebelião, Janbirdi retornou a Damasco para consolidar sua posição e reunir suas forças. Em fevereiro de 1521, partiu para combater um exército otomano nos arredores da cidade. Suas tropas foram rapidamente derrotadas, e Janbirdi acabou morto em batalha. O pânico varreu a cidade. Ao apoiar a inútil tentativa de Janbirdi de se separar do Império Otomano e restabelecer o domínio mameluco, os damascenos haviam perdido os benefícios de uma submissão pacífica.

O exército que acabara de derrotar as forças de Janbirdi agora se voltava para saquear a cidade. De acordo com Ibn Tulun, mais de 3 mil pessoas foram mortas, os bairros de Damasco e as aldeias vizinhas foram saqueados, e mulheres e crianças foram presas e escravizadas. A cabeça de Janbirdi e as orelhas cortadas de mil soldados caídos foram enviadas a Istambul como troféus.¹⁷ A influência dos mamelucos em Damasco chegava ao fim. A partir de então, a cidade seria administrada por um governador otomano nomeado de Istambul.

No Egito, os otomanos enfrentaram repetidos desafios ao seu domínio. Embora Selim tivesse questionado a integridade de seu governador mameluco no Cairo e o chamasse de “Senhor Caim”, Khair Bei preservou a ordem otomana no Egito até sua morte, em 1522. As autoridades em Istambul levaram quase um ano para nomear um novo governador para substituí-lo. Dois governadores provinciais do Médio Egito aproveitaram o interregno para lançar uma rebelião em maio de 1523, apoiada por vários líderes mamelucos e beduínos. A revolta foi logo reprimida pelas tropas otomanas no Egito, com muitos dos insurgentes mamelucos sendo presos ou mortos.

O desafio seguinte veio do novo governador otomano. Ahmad Paxá acalentava o desejo de ser grão-vizir, algo como primeiro-ministro do governo otomano. Frustrado com a nomeação para um simples governo de província no Egito, procurou satisfazer suas ambições estabelecendo-se como um governante independente. Pouco depois de sua chegada, em setembro de 1523, começou a desarmar as tropas otomanas baseadas no Cairo e enviou muitos dos soldados de infantaria de volta a Istambul. Em seguida, libertou os mamelucos e beduínos que haviam sido presos por sua participação na revolta do ano anterior. Ahmad Paxá se declarou então sultão e ordenou que seus partidários matassem as tropas otomanas remanescentes na Cidadela. Como Janbirdi, teve as orações de sexta-feira recitadas e as moedas cunhadas em seu nome. A rebelião, no entanto, durou pouco. Seus oponentes o atacaram e forçaram-no a se retirar para o interior, onde ele foi capturado e decapitado em março de 1524. Istambul despachou um novo governador para o Cairo com instruções claras de pôr fim à influência mameluca e atrair o Egito de maneira mais consistente para o domínio do governo central. Depois disso, Suleiman foi mais do que capaz de comandar a lealdade de seus súditos árabes, e nenhuma outra rebelião ameaçou o domínio otomano pelo resto de seu reinado.

PASSADA UMA DÉCADA DA CONQUISTA de Selim, o Egito, a Síria e o Hejaz estavam sob firme domínio otomano. Istambul, a capital imperial, era a sede tanto dos tomadores de decisão quanto dos legisladores do império. No topo da hierarquia estava o sultão, um monarca absoluto cuja palavra era lei. Ele morava no Palácio de Topkapi, atrás de grandes muralhas com vista para a capital imperial, o estreito de Bósforo e o Chifre de Ouro. Descendo a colina das muralhas do palácio, atrás de um

imponente conjunto de portões, ficava a área administrativa do grão-vizir e seus ministros. Esse centro de governo veio a ser conhecido por sua característica mais marcante — seus portões. Chamado em turco de *Bab-i Ali*, ou “Porta Suprema”, a expressão foi traduzida como *La Sublime Port* em francês e anglicizada como *Sublime Porte*. Essas duas instituições — a corte real e a Sublime Porta — estabeleceram os novos termos de governo tanto para as províncias árabes como para o império de maneira geral.

Com o domínio otomano vieram novas práticas administrativas. O governo provincial otomano no século XVI consistia numa forma de feudalismo em que os comandantes militares recebiam territórios do governo central. O titular do cargo era responsável pela administração da justiça e a arrecadação de impostos em suas terras, e podia manter um certo número de cavaleiros a seu serviço com as receitas que extraía delas, devendo pagar uma soma fixa em impostos ao Tesouro central. Ao contrário do feudalismo na Europa, o sistema otomano não era hereditário e, portanto, não criou uma aristocracia que rivalizasse com o poder do sultão. O sistema era ideal para um império em rápida expansão, isto é, para um império que conquistava territórios a uma velocidade superior à capacidade do Estado de produzir uma burocracia treinada para administrá-lo. Aos burocratas eram confiadas apenas as tarefas contábeis, de inventariar a riqueza do império. Eles produziam registros fiscais detalhados, listando o número de homens, famílias, campos e receitas passíveis de tributação para cada aldeia de cada província. Esses registros, em teoria, deviam ser atualizados a cada trinta anos, embora no decorrer do século XVI o Estado tenha começado a negligenciar sua contabilidade; a prática desapareceu por completo no século XVII.¹⁸

As novas províncias otomanas na Síria — Aleppo, Damasco e mais tarde a província costeira de Trípoli (no Líbano moderno) — foram divididas em unidades administrativas menores e submetidas à autoridade de comandantes. O governador provincial era quem recebia o maior feudo, devendo prover ao sultão uma quantidade fixa e preestabelecida de tropas e impostos para as campanhas militares e o Tesouro do soberano. O comandante militar da província recebia o segundo maior feudo, com comandantes de escalão inferior recebendo terras proporcionais a sua posição hierárquica e ao número de tropas que deviam apresentar para as campanhas militares do sultão.¹⁹ Esse sistema feudal modificado nunca se aplicou ao Egito, que continuou a ser governado em uma parceria desconfortável entre governantes otomanos e comandantes mamelucos.

Os homens encarregados de ocupar cargos na administração provincial árabe eram nomeados pelo governo central em Istambul e não costumavam proceder de regiões árabes. Assim como os mamelucos, os otomanos operavam seu próprio sistema de recrutamento de escravos, sobretudo em suas províncias balcânicas. Jovens cristãos eram tirados de suas aldeias em um recrutamento anual conhecido em turco como *devshirme*, ou “coleta de meninos”. Eles eram enviados para Istambul, convertidos ao islamismo e treinados para servir ao império. Rapazes atléticos recebiam formação militar, a fim de serem integrados aos regimentos de elite da infantaria dos janízaros. Aqueles que exibiam aptidão intelectual eram remetidos ao palácio, sendo treinados para o serviço civil no próprio palácio ou na burocracia.

Pelos padrões modernos, o recrutamento de meninos parece ser nada menos que bárbaro: crianças eram enviadas à escravidão, criadas longe de suas famílias e forçadas a se converter ao islamismo. Na época,

porém, esse era o único meio de mobilidade ascendente em uma sociedade bastante restritiva. Através do recrutamento de meninos, o filho de um camponês podia se tornar um general ou grão-vizir. De fato, a entrada nas fileiras de elite dos militares e do governo otomano estava mais ou menos restrita aos recrutas *devshirme*. O fato de os árabes, em sua maior parte muçulmanos nascidos livres, serem excluídos dessa prática significava que sua representação nos mais altos escalões do poder e nas elites do início do Império Otomano era notavelmente inferior à dos cristãos convertidos.²⁰

Uma das grandes inovações do reinado de Suleiman II foi definir como lei a estrutura administrativa de cada província otomana. Conhecido no Ocidente como “o Magnífico”, Suleiman era chamado localmente pelo apelido turco de Kanuni, “o Legislador”. Mais de dois séculos após sua morte, o cronista egípcio Jabarti exaltou as virtudes de suas reformas legais e administrativas:

O sultão Suleiman al-Kanuni estabeleceu os princípios da administração do governo, completou o estabelecimento do império e organizou as províncias. Ele brilhou na escuridão, ergueu a luz brilhante da religião e extinguiu o fogo dos infiéis. Desde então, o país [isto é, o Egito] continuou a fazer parte de seu império e a obedecer ao domínio otomano.²¹

As regras de governo foram estabelecidas para cada província em um documento constitucional conhecido como *kanunname*, ou “livro de leis”. Essas Constituições provinciais deixavam clara a relação entre governadores e contribuintes e estabeleciam com nitidez os direitos e responsabilidades de ambos os lados. Para a época, esse documento representava o auge de um governo transparente.

A primeira Constituição provincial foi elaborada no Egito logo após a rebelião de Ahmad Paxá em 1525. O grão-vizir de Suleiman II, Ibrahim Paxá, introduziu o *kanunname* como parte central de sua missão de restaurar a autoridade do sultão sobre o Egito. O documento é notavelmente abrangente, estabelecendo o quadro administrativo até o nível da aldeia. Institui as responsabilidades dos titulares de cargos na manutenção da segurança, na preservação do sistema de irrigação e na cobrança de impostos. As regras para a prospecção de terras, para doações piedosas, para a manutenção de celeiros e para o funcionamento de portos marítimos são explicadas com clareza. A Constituição chega a notar com que frequência o governador deve se reunir com seu conselho consultivo de Estado (quatro vezes por semana, assim como o conselho imperial em Istambul).²²

Para impor a lei, os administradores otomanos precisavam de tropas disciplinadas e confiáveis. Os governadores provinciais tinham sob seu comando forças militares compostas de regulares otomanos e de tropas irregulares recrutadas entre a população local. A elite dos militares eram os janízaros, cujo comandante era nomeado por Istambul. Uma cidade como Damasco possuía uma infantaria formada por entre quinhentos a mil janízaros a fim de manter a ordem local. Havia também um certo número de forças de cavalaria, financiadas pelas receitas da província. Segundo fontes otomanas, havia, no total, mais de 8 mil cavaleiros nas províncias de Alepo, Trípoli e Damasco no último quartel do século XVI.²³ Essas forças eram completadas com soldados de infantaria recrutados localmente e mercenários norte-africanos.

O Judiciário, junto com os governadores e os militares, era o terceiro elemento da administração otomana. O governo central em Istambul enviava a cada capital provincial um chefe de justiça para presidir as

cortes islâmicas. Embora cristãos e judeus tivessem o direito de resolver suas diferenças nos tribunais religiosos de suas próprias comunidades, muitos optavam por levar suas queixas ou registrar suas transações nos tribunais muçulmanos. Todos os decretos imperiais de Istambul eram lidos publicamente no tribunal e inscritos nos registros da instituição. Além de atuar nos casos criminais, os tribunais forneciam arbitragem entre partes em disputa, serviam como notário público no registro de contratos comerciais e troca de terras e registravam as principais transações na vida cotidiana — casamentos e divórcios, indenizações para viúvas e órfãos e a distribuição dos objetos pessoais dos falecidos. Todos os casos e transações eram devidamente inscritos nos registros da corte, muitos dos quais sobreviveram, fornecendo uma visão inestimável do cotidiano das aldeias e cidades do Império Otomano.

SULEIMAN II FOI UM DOS GOVERNANTES mais bem-sucedidos do Império Otomano. Em seus 46 anos de reinado (1520-66), ele completou a conquista do mundo árabe iniciada pelo pai. Entre 1533 e 1538, tomou do Império Persa safávida as cidades de Bagdá e Basra, onde seus homens foram recebidos pela população sunita como libertadores, após anos de perseguição por parte dos xiitas. A conquista do Iraque foi muito significativa em termos estratégicos e ideológicos. Suleiman II havia consolidado seu império, acrescentando a antiga capital árabe de Bagdá às suas conquistas e interrompendo o avanço do dogma xiita em terras sunitas.

As forças de Suleiman II partiram do sul do Egito para ocupar os territórios árabes do sul do Iêmen nas décadas de 1530 e 1540. No Mediterrâneo Ocidental, entre 1525 e 1574, Suleiman acrescentou as

regiões costeiras do norte da África — Líbia, Tunísia e Argélia — aos domínios otomanos, na condição de Estados vassallos pagadores de tributos. Até o final do século XVI, todos os territórios árabes estavam sob alguma forma de controle otomano, exceto a Arábia Central e o sultanato do Marrocos.

Cada um desses territórios passou a integrar o Império Otomano em um ponto diferente, sob circunstâncias particulares e origens históricas e administrativas distintas. A história do domínio otomano em cada uma dessas províncias é única, moldada pelas condições sob as quais elas ingressaram no império.

A CONQUISTA OTOMANA DO NORTE DA ÁFRICA foi conseguida mais através da pirataria do que pela guerra tradicional — embora, é claro, o pirata de uns seja o almirante de outros. Sir Francis Drake usou a pirataria com grande efeito ao travar as guerras da Inglaterra contra a frota superior espanhola no século XVI, mas, em se tratando de um cavaleiro do reino de Elizabeth I e de um de seus conselheiros mais confiáveis, ele dificilmente evoca a imagem popular de bandido marítimo. O mesmo se pode dizer de Khayr Din “Barbarossa” — assim chamado pelos contemporâneos europeus por conta de sua barba ruiva —, um dos maiores almirantes da história otomana. Para os espanhóis, ele era um pirata implacável, o flagelo de seus navios do Mediterrâneo, um homem que vendeu como escravos milhares de marinheiros cristãos capturados em batalha. Para os habitantes do litoral norte-africano, ele era um guerreiro sagrado dedicado à jihad contra os ocupantes espanhóis, cujo espólio de guerra era um importante componente da economia local. E

para os otomanos ele era um filho nativo, nascido por volta de 1466 na ilha de Mitilene, no mar Egeu, na costa da Turquia.

Na virada do século XVI, o Mediterrâneo Ocidental foi a arena de um intenso conflito entre as forças cristãs e muçulmanas. A conquista espanhola da península Ibérica culminou na queda de Granada em 1492, pondo fim a quase oito séculos de domínio muçulmano na Espanha (711-1492). Diante da vida na Espanha católica, onde o proselitismo religioso logo deu lugar à conversão forçada, a maioria dos muçulmanos ibéricos deixou sua terra natal para buscar refúgio no norte da África. Esses refugiados, conhecidos como mouriscos, jamais se esqueceram de sua pátria ou perdoaram a Espanha. Os monarcas espanhóis, Isabel de Castela e Fernando de Aragão, promoveram implacavelmente sua guerra santa pelo Mediterrâneo, até os reinos muçulmanos nos quais os mouriscos haviam se refugiado. Estabeleceram uma série de colônias fortificadas, chamadas *presidios*, ao longo da costa norte-africana, do Marrocos à Líbia, e forçaram os líderes locais nas cidades do interior a pagar tributo à Espanha. Duas dessas colônias — Ceuta e Melila — ainda sobrevivem como possessões espanholas no litoral marroquino.

Os espanhóis enfrentaram pouca oposição à sua expansão agressiva por parte dos miniestados muçulmanos do norte da África. Três dinastias locais baseadas em Fez (no atual Marrocos), Tlemcen (na Argélia) e Túnis governavam no noroeste da África. Elas pagavam tributo à Coroa espanhola e não ousaram desafiar as fortalezas que dominavam seus principais portos e desembarcadouros. A cooperação dos governantes muçulmanos com os invasores espanhóis os desacreditou aos olhos de seus súditos, e logo elementos radicais começaram a organizar suas próprias forças para repelir os invasores. Como as fortalezas eram reabastecidas pelo mar, os navios espanhóis

estavam mais vulneráveis a ataques do que elas próprias. Os marinheiros locais que armaram navios e levaram sua jihad para o mar ficaram conhecidos no Ocidente como corsários berberes (o termo deriva do grego para “bárbaro” ou, numa interpretação mais benevolente, da palavra usada para denominar o povo autóctone do norte da África). Embora roubassem e fizessem escravos nos navios espanhóis que atacavam, esses corsários viam sua guerra como um conflito religioso contra os invasores cristãos. Seus ataques corajosos aos espanhóis fizeram deles heróis locais e granjearam o apoio dos habitantes árabes e berberes da costa.

Khayr Din era o mais famoso dos corsários da Berberia. Ele seguiu os passos do irmão Aruj, que criou um miniestado independente no pequeno porto de Jijilli, a leste de Argel. Aruj estendeu a área sob seu poder através da costa argelina até Tlemcen, no oeste, que capturou em 1517. Ele foi morto pelos espanhóis no ano seguinte em uma tentativa vã de defender Tlemcen. Khayr Din entendeu que os corsários precisariam do apoio de um poderoso aliado se esperassem manter seus ganhos contra o poder do Império Espanhol, e promoveu a jihad dos corsários a uma bem-sucedida máquina de guerra fazer uma aliança com o Império Otomano.

Em 1519, Khayr Din enviou um emissário à corte otomana, com presentes e uma petição do povo de Argel, para solicitar a proteção do sultão Selim e se oferecer para se colocar sob seu domínio. Selim, o Severo, estava perto da morte quando concordou em acrescentar a costa da Argélia aos territórios do Império Otomano. Ele enviou o emissário de Khayr Din de volta para casa sob a bandeira otomana e acompanhado de um destacamento de 2 mil janízaros. O maior império muçulmano

do mundo lutava agora com a frota da Espanha, mudando decisivamente o equilíbrio de poder no Mediterrâneo Ocidental.

Encorajados pela aliança com os otomanos, os corsários da Berberia levaram seus ataques muito além da costa do norte da África. Khayr Din e seus comandados atacaram alvos na Itália, na Espanha e nas ilhas do mar Egeu. Na década de 1520, ele apreendeu navios europeus que transportavam grãos e, como um Robin Hood marítimo, entregou a comida ao povo da costa da Argélia, que estava sofrendo com a escassez por causa da seca. Seus navios resgataram mouriscos da Espanha e os trouxeram de volta, estabelecendo-os em cidades sob seu controle para que pudessem se juntar à luta contra os ibéricos.

No entanto, Khayr Din e seus homens eram mais conhecidos pelas façanhas contra os navios espanhóis. Eles afundavam galeras, libertavam escravos muçulmanos e capturaram dezenas de navios inimigos. O nome de Barbarossa provocava medo em toda a costa da Espanha e da Itália — e com razão. O número de cristãos capturados pelos seus homens chegou a milhares; os nobres eram presos e liberados mediante o pagamento de altos resgates, e os plebeus vendidos como escravos. Para os corsários muçulmanos, havia uma sensação de justiça poética: muitos deles, antes, haviam sido mantidos em cativeiro e vendidos como escravos de galés pelos espanhóis.

A Marinha espanhola precisava de um almirante que se equiparasse a Khayr Din. Em 1528, o imperador Carlos V contratou o célebre comandante Andrea Doria (1466-1560) para liderar a luta contra o otomano. Doria, um genovês que dispunha de uma frota própria de galés de guerra e alugava seus serviços para os monarcas da Europa, não era menos corsário do que Khayr Din.

Doria era um grande almirante, mas Khayr Din era maior. Em seus dezoito anos de duelo pelo Mediterrâneo, o genovês raramente superou o adversário otomano. Seu primeiro encontro, em 1530, é um bom exemplo. Forças de Khayr Din tinham tomado a fortaleza espanhola na baía de Argel em 1529, após um curto cerco. Os prisioneiros espanhóis foram escravizados e obrigados a desmantelar o forte, cujas pedras foram usadas na construção de um quebra-mar para abrigar o porto de Argel. Carlos V ficou indignado com a perda do forte estratégico e convocou um conselho de Estado. Andrea Doria sugeriu um ataque ao porto de Cherchel, a oeste de Argel. Suas forças desembarcaram nas proximidades de Cherchel em 1530 e libertaram várias centenas de escravos cristãos, mas enfrentaram forte resistência dos mouriscos que viviam na cidade, ávidos por lutar com os espanhóis. Khayr Din enviou uma força de socorro, e Doria, que não queria correr o risco de enfrentar uma frota otomana superior, retirou seus navios — abandonando em Cherchel os soldados espanhóis. Dentre estes, os que lutaram foram mortos, e os que se renderam foram escravizados. Khayr Din havia infligido duas humilhações contra os espanhóis e assegurado sua posição em Argel.

Barbarossa também havia elevado sua posição aos olhos do sultão e, em 1532, foi convidado a ir a Istambul para se encontrar com Suleiman, o Magnífico. Ele partiu com uma frota de 44 navios e devastou a costa de Gênova e da Sicília ao longo do caminho, apreendendo dezoito navios cristãos — que foram pilhados e incendiados. Por fim, chegou a Istambul, onde recebeu um convite para visitar o palácio. Quando foi introduzido à presença do sultão, Khayr Din se prostrou e beijou o chão, aguardando o comando do soberano. Suleiman pediu que o almirante se levantasse e o promoveu a comandante da Marinha otomana, ou

Kapudan Paxá, e governador das Províncias Marítimas. Hospedado em um palácio real durante sua permanência em Istambul, Khayr Din se reuniu regularmente com o sultão para discutir estratégia naval. Em um gesto final de distinção, Suleiman afixou uma medalha de ouro ao turbante de Khayr Din durante uma cerimônia no palácio demonstrando sua gratidão ao Kapudan Paxá por seu papel na expansão do território otomano no norte da África e pelas vitórias contra o inimigo espanhol.²⁴

Em seu retorno de Istambul, Khayr Din começou a planejar sua próxima grande campanha: a conquista de Túnis. Montou uma expedição de quase 10 mil soldados e tomou a cidade sem luta em agosto de 1534. Os otomanos estavam agora no controle da costa norte-africana de Túnis a Argel, ameaçando a supremacia marítima de Carlos V no Mediterrâneo Ocidental. Andrea Doria aconselhou o imperador a expulsar os corsários de Túnis. Carlos concordou, e decidiu acompanhar a frota. Ele escreveu sobre o vasto conjunto de “galés, galeões, cargueiros, corvetas, navios, bergantins e outros navios” que transportavam as tropas espanholas, alemãs, italianas e portuguesas — cerca de 24 mil soldados e 15 mil cavalos — para Túnis. “Partimos [pedindo] ajuda e orientação de nosso Criador [...] para fazer, com a ajuda e o favor divinos, aquilo que parece ser o melhor e o mais eficaz contra Barbarossa.”²⁵

Quando a enorme frota se aproximou de Túnis, Khayr Din retirou suas tropas, sabendo que não poderia resistir à armada. Túnis caiu então diante das forças espanholas. Carlos V afirmou em suas cartas que os espanhóis libertaram 20 mil escravos cristãos. Pelos cálculos árabes, eles mataram pelo menos o mesmo número de habitantes locais no saque de Túnis. Em termos estratégicos, a conquista da cidade colocou o estreito

da Sicília, a porta de entrada para o Mediterrâneo Ocidental, firmemente em mãos espanholas. A única fortaleza muçulmana que restava era Argel.

Em 1541, os espanhóis montaram uma enorme força de ataque para tomar Argel e derrotar Khayr Din de uma vez por todas. Uma armada de 65 galés e mais de quatrocentas embarcações de transporte levando 36 mil soldados e máquinas de cerco partiram em meados de outubro. Sayyid Murad, cronista argelino, escreveu: “A frota cobriu toda a superfície do mar, mas não pude contar todos os navios, pois eram por demais numerosos”. Contra os espanhóis, os corsários berberes reuniram uma força de 1500 janízaros otomanos, 6 mil mouriscos e várias centenas de irregulares. Confrontado por uma força invasora que superava em número suas tropas numa proporção de mais de quatro para um, a situação de Khayr Din parecia desesperadora. Um de seus oficiais tentou elevar o moral das tropas com as seguintes palavras: “A frota cristã é enorme [...] mas não se esqueçam da ajuda que Alá provê aos muçulmanos contra os inimigos da religião”.²⁶ Suas palavras pareceram proféticas para o cronista local.

Nas vésperas da invasão espanhola, o clima de repente mudou e ventos violentos jogaram os navios espanhóis contra as costas rochosas. Os soldados que conseguiram chegar ao litoral em segurança foram encharcados por chuvas torrenciais e tiveram sua pólvora estragada pela água. As espadas e flechas dos defensores se provaram armas mais eficazes nessas condições, e os espanhóis encharcados e desmoralizados foram obrigados a recuar, depois de 150 navios perdidos e 12 mil homens mortos ou capturados. Os corsários da Berberia infligiram uma derrota decisiva aos ibéricos e asseguraram sua posição no norte da

África de uma vez por todas. Foi o maior triunfo de Khayr Din, celebrado todos os anos em Argel pelo resto da era otomana.

Cinco anos depois, em 1546, Khayr Din Barbarossa morreu, aos oitenta anos, tendo conseguido assegurar a costa norte-africana para o Império Otomano (embora a conquista final de Trípoli e Túnis tenha sido alcançada por seus sucessores no final do século XVI). O governo otomano no norte da África era diferente de qualquer outra parte dos territórios árabes, refletindo suas origens corsárias. Nas décadas seguintes à morte de Khayr Din, o poder foi equilibrado entre um governador nomeado por Istambul — um almirante otomano da frota — e o comandante da infantaria janízara otomana. No século XVII, o comandante dos janízaros, que haviam se estabelecido como residentes permanentes em Argel, tornou-se governador da cidade e governou por meio de um conselho, ou *diwan*. Então, em 1671, o poder mudou novamente: o almirante da frota nomeou um governante civil local, ou *dei*, que governou no lugar do comandante dos janízaros. Por alguns anos o *dei* exerceu poder efetivo, embora Istambul continuasse a nomear um paxá, ou governador, cujos poderes tinham natureza mais cerimonial. Depois de 1710, contudo, os *deis* assumiram também o cargo de paxá, e o controle de Istambul sobre o norte da África se tornou cada vez mais fraco, uma vez que os *deis* desfrutavam de total autonomia em troca do pagamento de um pequeno tributo anual à Sublime Porta.

Muito tempo depois de terminado o confronto otomano-espanhol no Mediterrâneo Ocidental, a Sublime Porta estava perfeitamente satisfeita em deixar que os *deis* de Argel governassem a costa norte-africana em seu nome. Muito longe de Istambul para ser gerida mais diretamente, e muito pouco povoada para compensar as despesas de uma

administração mais elaborada, a costa da Berberia era uma daquelas típicas províncias árabes que os otomanos preferiam governar em colaboração com as elites locais. Isso lhes permitia reivindicar a soberania sobre território muçulmano estratégico e desfrutar de um pequeno fluxo de renda a um custo baixo para o Tesouro imperial. O acordo convinha aos deis de Argel, que gozavam da proteção otomana e de ampla autonomia em suas relações com as potências marítimas do Mediterrâneo. O arranjo funcionaria bem para ambos os lados até o século XIX, quando nem os deis nem os otomanos foram fortes o suficiente para resistir a uma nova era de colonização europeia no norte da África.

UM SISTEMA MUITO DIFERENTE DE GOVERNO autônomo se desenvolveu no Mediterrâneo Oriental. As montanhas do Líbano havia muito tempo serviam de refúgio para comunidades religiosas heterodoxas que fugiam de perseguição. Duas dessas comunidades — os maronitas e os drusos — criaram seu próprio sistema de governo. Embora as terras altas libanesas (conhecidas como Monte Líbano) tivessem sido dominadas pelos otomanos junto com o resto da Grande Síria na época da conquista de Selim, o Severo, em 1516, a Sublime Porta preferiu deixar que os habitantes locais governassem a si próprios na fortaleza de suas montanhas.

Os maronitas tinham procurado a segurança das montanhas do norte libanês no final do século VII, fugindo da perseguição de seitas cristãs rivais do então Império Bizantino. Eles haviam sido defensores dos cruzados na Idade Média e desfrutaram de relações próximas com o Vaticano depois disso. Em 1584, um Colégio Maronita foi aberto em

Roma para ensinar teologia aos jovens maronitas mais talentosos, cimentando os laços entre estes e a Igreja Católica Romana.

As origens dos drusos remontam ao Cairo, no século XI, quando um grupo dissidente de muçulmanos xiitas fugiu da perseguição no Egito. No isolamento das montanhas do sul libanês, suas crenças assumiram a forma de uma nova fé distinta e altamente secreta. Os drusos surgiram como uma comunidade política e religiosa e passaram a dominar a ordem política em Monte Líbano, com a participação total dos cristãos maronitas. Um emir — ou príncipe — druso governava uma hierarquia rígida de nobres hereditários drusos e cristãos, cada um ligado a um território diferente em Monte Líbano.

Quando Monte Líbano caiu sob o domínio otomano, os sultões optaram por preservar a ordem feudal específica da região, exigindo apenas que o príncipe druso reconhecesse a autoridade do sultão e pagasse um tributo anual. O sistema funcionou, pois os drusos estavam divididos entre si e não representavam uma ameaça ao domínio otomano. Tudo isso mudou com a ascensão do emir Fakhr al-Din II.

Fakhr Din II (c. 1572-1635), o príncipe de Monte Líbano, era como um personagem das páginas de Maquiavel. Seus métodos certamente eram mais próximos aos de Cesar Borgia do que aos de seus pares otomanos. Fakhr Din usou uma combinação de violência e astúcia para estender os territórios sob seu controle e preservar sua posição de poder por décadas. Chegou inclusive a nomear seu próprio historiador da corte para registrar os grandes eventos de seu reinado para a posteridade.²⁷

Fakhr Din chegou ao poder em 1591, após o assassinato do pai pelo clã rival Sayfa, uma família curda que governou o norte do Líbano a partir da cidade costeira de Trípoli (não confundir com a cidade líbia de mesmo nome). Nos trinta anos seguintes, o príncipe druso foi

impulsionado não só pelo desejo de vingança contra o clã rival como pelo de expandir suas terras. Ao mesmo tempo, Fakhr Din preservava boas relações com os otomanos. Pagava os impostos de seu território na íntegra e no prazo. Viajava para Damasco e cobria de presentes e dinheiro o governador, Murad Paxá, que mais tarde foi promovido a grão-vizir em Istambul. Por meio dessas conexões, Fakhr Din conseguiu estender seu governo sobre a cidade portuária de Sídón, a cidade de Beirute e a planície costeira, os bairros do norte de Monte Líbano e o vale do Beca a leste. Em 1607, ele havia consolidado seu controle sobre a maior parte do território do atual Estado do Líbano, bem como sobre regiões do norte da Palestina.²⁸

Os problemas de Fakhr Din aumentaram no mesmo ritmo de crescimento de seu miniestado. Os territórios sob seu controle agora se estendiam bem além do autônomo Monte Líbano, para áreas sob domínio otomano pleno. Essa expansão sem precedentes gerou preocupações nos círculos do governo em Istambul e ciúmes entre os rivais de Fakhr Din na região. Para se proteger das intrigas otomanas, o maquiavélico druso fez um tratado de aliança em 1608 com os Medici de Florença. Os Medici ofereceram armas e assistência com as fortificações de Fakhr Din em troca de uma posição privilegiada no altamente competitivo mercado do Levante.

As notícias do tratado de Fakhr Din com a Toscana foram recebidas com desânimo. Nos anos seguintes, os otomanos observaram o aprofundamento das relações libanesas-toscanas com crescente preocupação. A posição de Fakhr Din em Istambul fora minada quando o sucessor de seu amigo Murad Paxá como grão-vizir foi um inimigo, Nasuh Paxá. Em 1613, o sultão decidiu agir e despachou um exército para derrubar Fakhr Din e dismantelar o miniestado druso.

Embarcações otomanas foram enviadas para bloquear os portos libaneses, tanto para evitar que o druso fugisse quanto para desencorajar os navios da Toscana de virem em sua assistência. Fakhr Din subornou os navios otomanos e escapou habilmente de seus atacantes. Acompanhado de um conselheiro e de um séquito de empregados, contratou dois galeões franceses e um navio flamengo para levá-lo à Toscana.²⁹

Após uma jornada de 53 dias de Sídon até Livorno, Fakhr Din desembarcou em solo toscano. Seu exílio de cinco anos representou um raro momento em que os príncipes árabes e europeus se encontraram em pé de igualdade e examinaram os costumes e as maneiras um do outro com respeito. Fakhr Din e seus servidores observaram em primeira mão o funcionamento da corte dos Medici, o estado da tecnologia renascentista e os diferentes costumes do povo. O príncipe druso ficou fascinado com tudo o que viu, desde os utensílios domésticos tradicionais do florentino comum até a notável coleção de arte dos Medici — incluindo retratos de figuras otomanas importantes. Ele visitou o Duomo de Florença, subiu ao campanário de Giotto e também as escadas que levavam à famosa cúpula de Brunelleschi, concluída no século anterior e uma das maiores conquistas arquitetônicas da época.³⁰ No entanto, apesar de todas as maravilhas que testemunhou em Florença, Fakhr Din nunca duvidou da superioridade de sua própria cultura, nem que o Império Otomano fosse o Estado mais poderoso da época.

Ele voltou a sua terra natal em 1618, tendo escolhido cuidadosamente o momento: os otomanos estavam mais uma vez em guerra com os persas e fecharam os olhos para seu retorno. Muita coisa havia mudado nos cinco anos de sua ausência. As autoridades otomanas tinham

reduzido o domínio de sua família ao bairro druso de Shuf, na metade sul de Monte Líbano, e a comunidade drusa se dividira em facções rivais determinadas a impedir que uma única família atingisse a supremacia de que Fakhr Din desfrutara.

Num instante Fakhr Din frustrou os planos tanto da Sublime Porta quanto de seus rivais regionais. Desde o momento em que retornou, ele restabeleceu sua autoridade sobre o povo e o território de Monte Líbano para reconstruir seu império pessoal a partir do porto setentrional de Latakia, passando por toda a planície libanesa na direção sul até a Palestina e atravessando o rio Jordão. No passado, o príncipe druso assegurara seus ganhos com o consentimento das autoridades otomanas. Dessa vez, sua tomada de território representava um desafio direto para a Sublime Porta. Ele estava confiante de que seus combatentes poderiam derrotar qualquer exército e, nos cinco anos seguintes, tornou-se cada vez mais ousado ao confrontar as autoridades otomanas.

Fakhr Din atingiu o ápice de seu poder em novembro de 1623, quando suas forças derrotaram as tropas otomanas de Damasco e capturaram o governador, Mustafa Paxá, na Batalha de Anjar.³¹ As forças drusas perseguiram seus inimigos pelo vale do Beca até a cidade de Baalbek, trazendo a reboque o seu prisioneiro, o governador de Damasco. Enquanto suas forças sitiavam Baalbek, Fakhr Din recebeu uma delegação de notáveis damascenos para negociar a libertação de Mustafa Paxá. O emir druso arrastou as negociações pelos doze dias seguintes e garantiu todos os seus objetivos territoriais antes de libertar o prisioneiro.

No entanto, quando as guerras otomanas com a Pérsia terminaram, em 1629, Istambul mais uma vez voltou sua atenção para o rebelde príncipe druso de Monte Líbano, que havia estendido as fronteiras das

terras sob seu controle para o leste no deserto sírio e para o norte em direção à Anatólia. Em 1631, em um ato de pura arrogância, Fakhr Din negou o direito de o exército otomano passar o inverno em “seu” território. Foi nesse momento que os otomanos resolveram se livrar de vez do insubordinado vassalo druso.

O envelhecido Fakhr Din também enfrentava desafios significativos vindos de outras regiões — das tribos beduínas, de seus velhos inimigos, os Sayfa de Trípoli, e de famílias drusas rivais. Sob a forte liderança do sultão Murad IV, os otomanos aproveitaram o crescente isolamento do príncipe de Monte Líbano e, em 1633, enviaram uma força de Damasco para derrubá-lo. Talvez seus partidários estivessem cansados depois de anos de constantes lutas; talvez estivessem perdendo a confiança no julgamento de Fakhr Din, que provocava a autoridade de Istambul de modo cada vez mais flagrante. Quando o exército otomano se aproximou, os guerreiros drusos recusaram o chamado do líder para a batalha e deixaram que ele e os filhos enfrentassem sozinhos a força inimiga.

O príncipe fugitivo se refugiou nas cavernas das montanhas de Shuf, uma área recôndita do território druso. Os generais otomanos o seguiram até a escarpada região e acenderam fogueiras, de modo que a fumaça o obrigasse a sair do esconderijo. Fakhr Din e os filhos foram presos e levados para Istambul, onde foram executados em 1635, pondo fim a uma notável carreira e perigosa ameaça ao domínio otomano nos territórios árabes.

Uma vez eliminado Fakhr Din, os otomanos ficaram felizes em restaurar o sistema político nativo de Monte Líbano. Sua população heterogênea de cristãos e drusos não se adequava a um sistema concebido para uma maioria muçulmana sunita. Contudo que os

governantes locais estivessem dispostos a trabalhar dentro do sistema otomano, a Sublime Porta estava mais do que disposta a aceitar a diversidade na administração de suas províncias árabes. A ordem feudal libanesa sobreviveria até o século XIX sem trazer grandes problemas a Istambul.

NO SÉCULO QUE SE SEGUIU À CONQUISTA de Selim II, uma ordem política distinta se desenvolveu no Egito. Embora a dinastia governante da região tivesse sido destruída, os mamelucos sobreviveram como uma casta militar, e continuaram sendo uma das principais classes da elite dominante do Egito otomano. Eles preservaram suas famílias, continuaram a importar jovens recrutas escravos para renovar suas fileiras e mantiveram suas tradições militares. Incapazes de exterminar os mamelucos, os otomanos não tiveram escolha senão atraí-los para a administração local.

Já na década de 1600, os *beis* mamelucos tinham assumido importantes cargos administrativos no Egito otomano. Eles foram encarregados do Tesouro, receberam o comando da caravana anual de peregrinação a Meca, foram nomeados governadores da província árabe do Hejaz e exerceram praticamente um monopólio sobre a administração provincial. Esses cargos conferiam prestígio e, mais importante, davam ao seu titular o controle sobre fontes significativas de receita.

No século XVII, os *beis* mamelucos também ocuparam algumas das mais altas posições militares no Egito — o que os colocou em rivalidade direta com os governantes otomanos e oficiais militares enviados de Istambul. A Sublime Porta, cada vez mais preocupada com ameaças

mais urgentes em suas fronteiras europeias, estava mais interessada em preservar a ordem e assegurar um fluxo regular de receitas tributárias de sua rica província do que em restabelecer o equilíbrio de poder entre os nomeados otomanos e os mamelucos no Egito. Os governadores foram deixados para se defender por conta própria na traiçoeira política do Cairo.

As rivalidades entre as principais famílias mamelucas deram origem a facções ferozes que tornaram a política caiota traiçoeira tanto para otomanos quanto para mamelucos. Duas facções principais surgiram no século XVII — os faqaris e os qasimis. Os faqaris tinham ligações com a cavalaria otomana; sua cor era o branco e seu símbolo, a romã. Os qasimis estavam ligados às tropas egípcias nativas, usavam o vermelho como cor e tinham um disco como símbolo. Cada facção manteve seus próprios aliados beduínos. Suas origens foram perdidas na mitologia, embora no final do século XVII a divisão estivesse bem estabelecida.

Os governadores otomanos tentaram neutralizar os mamelucos jogando as facções uma contra a outra. Isso dava à facção em desvantagem um verdadeiro incentivo para derrubá-los. Entre 1688 e 1755, os anos cobertos pelo cronista Ahmad Katkhuda al-Damurdashi (ele próprio um oficial mameluco), as facções mamelucas conseguiram depor oito dos 34 governantes otomanos do Egito.

O PODER DOS MAMELUCOS SOBRE OS governadores otomanos é revelado por exemplo pelas intrigas das facções no ano de 1729. Zayn al-Faqar, líder dos faqaris, convocou então um grupo de oficiais a fim de planejar uma campanha militar contra seus inimigos qasimis. “Pediremos ao governador que nos forneça quinhentas bolsas [*kise*]³² para custear a

expedição”, disse Faqar a seus homens. “Se ele as der, continuará sendo nosso governador; se recusar, será deposto.” Os faqaris enviaram uma delegação ao governador, que se recusou a pagar as despesas de uma campanha militar contra os qasimis. “Não vamos aceitar um alcoviteiro como governador”, disse o indignado Zayn Faqar a seus seguidores. “Vamos depô-lo.” Por iniciativa própria, e sem possuir nenhum tipo de autoridade, os faqaris simplesmente escreveram a Istambul para informar à Sublime Porta que o governador otomano fora deposto e que um vice-governador havia sido designado para o seu lugar. Os mamelucos, então, armaram fortemente o vice-governador que haviam acabado de empossar para financiar sua campanha contra os qasimis, com fundos extraídos das receitas alfandegárias do porto de Suez. O pagamento foi justificado em termos da defesa do Cairo.³³

Os mamelucos usavam de extraordinária violência contra os rivais. Os qasimis sabiam muito bem que os faqaris estavam se preparando para um grande confronto e tomaram a iniciativa. Em 1730, enviaram um assassino para matar o próprio Zayn Faqar. Tratava-se de um vira-casaca que se desentendera com os faqaris e unira forças com a facção rival. Ele se disfarçou de policial e fingiu ter prendido um dos inimigos de Zayn Faqar. “Traga-o aqui”, ordenou Zayn Faqar, desejando ver seu inimigo cara a cara. “Aqui está ele”, respondeu o assassino, e disparou sua pistola no coração do mameluco, matando-o na mesma hora.³⁴ O assassino e seu cúmplice escaparam então da casa do líder faqari, matando vários homens pelo caminho. Foi o começo de uma enorme vendeta.

Os faqaris nomearam Muhammad Bei Qatamish como seu novo líder. Muhammad Bei subira ao topo da hierarquia mameluca e detinha o título de *xeque al-Balad*, “comandante da cidade”. Ele respondeu ao

assassinato de Zayn Faqar ordenando o extermínio de qualquer mameluco que tivesse ligação com os qasimis. “Há espiões qasimis entre vocês”, advertiu Muhammad Bei, e apontou para um desafortunado homem entre seus empregados. Antes que este tivesse a chance de se defender, os oficiais de Muhammad Bei o arrastaram para debaixo de uma mesa e o degolaram — o primeiro homem a ser morto em retaliação pelo assassinato de Zayn Faqar. Muitos outros teriam o mesmo destino antes que o derramamento de sangue de 1730 chegasse ao fim.

Muhammad Bei dirigiu-se ao representante do governador indicado por Zayn Faqar e obteve um mandado para executar 373 pessoas que alegou estarem envolvidas no assassinato do líder dos faqaris. Foi a sua licença para acabar com os qasimis. “Muhammad Bei Qatamish aniquilou inteiramente os qasimis, exceto por aqueles [...] que fugiram para o campo”, relata Damurdashi. “Ele chegou inclusive a prender jovens mamelucos que não haviam atingido a puberdade, tirando-os de suas casas e enviando-os para uma ilha no meio do Nilo, onde os matou, e depois jogou seus corpos no rio.” Muhammad Bei fechou todas as casas dos qasimis, jurando jamais deixar a facção se apoderar novamente do Cairo.³⁵

Os qasimis se mostraram mais difíceis de eliminar do que Muhammad Bei havia imaginado. Em 1736, eles voltaram para acertar as contas com os rivais, tendo contado com o auxílio de Bakir Paxá, o governador otomano. O mandato anterior de Bakir Paxá como governador do Egito fora interrompido pelos faqaris, que o haviam deposto. Ele se tornou então um aliado natural dos qasimis. Bakir Paxá convidou Muhammad Bei e outros líderes mamelucos faqaris para uma reunião em que um grupo de qasimis ficou de tocaia, armado com pistolas e espadas. Assim

que Muhammad Bei chegou, os qasimis saltaram sobre ele, atirando no estômago do líder dos faqaris e massacrando seus principais comandantes. Ao todo, eles mataram dez dos homens mais poderosos do Cairo e empilharam suas cabeças decepadas em uma das mesquitas mais importantes da cidade, para exibição pública.³⁶ Foi, sem dúvida, uma das piores matanças registradas nos anais do Egito otomano.³⁷

Anos de lutas deixaram tanto os faqaris quanto os qasimis fracos demais para preservar uma posição de comando no Cairo. Eles então foram surpreendidos pelo clã mameluco dos qazdughlis, que passou a dominar o Egito otomano pelo resto do século XVIII. Com a ascensão dos qazdughlis, a extrema violência das facções diminuiu, trazendo um pouco de paz para uma cidade devastada por conflitos. Os otomanos, por sua vez, jamais conseguiram impor sua plena autoridade sobre a rica mas indisciplinada província. Em vez disso, uma cultura política distinta emergiu no Egito otomano, no qual os clãs mamelucos continuaram a exercer a primazia política sobre o governo de Istambul, séculos após a conquista de Selim, o Severo. No Egito, como no Líbano e na Argélia, o domínio otomano se adaptou à política local.

DOIS SÉCULOS DEPOIS de conquistar o Império Mameluco, os otomanos conseguiram estender seu império do norte da África à Arábia do Sul. Não foi um processo tranquilo. Fosse porque não queriam ou porque foram incapazes de padronizar o governo nas províncias árabes, os otomanos em muitos casos decidiram governar em parceria com as elites locais. As diversas províncias podem ter tido relações muito diferentes com Istambul e grandes variações na estrutura administrativa, mas claramente faziam parte do mesmo império. Essa heterogeneidade

era comum aos impérios multiétnicos e multissetoriais da época, como os impérios austro-húngaro e russo.

Até meados do século XVIII, os otomanos administraram essa diversidade com algum sucesso. Eles haviam enfrentado desafios — sobretudo em Monte Líbano e no Egito —, mas, recorrendo a uma variedade de estratégias, haviam logrado consolidar seu domínio, garantindo que nenhum líder local representasse uma ameaça duradoura ao governo central. A dinâmica entre esse governo central e a periferia árabe mudou, no entanto, na segunda metade do século XVIII, com o surgimento de novos líderes locais que começaram a unir forças e a buscar autonomia, muitas vezes em alinhamento com os inimigos europeus do império. Esses novos líderes locais eram um verdadeiro desafio para o Estado otomano e, no século XIX, colocariam em risco a sua própria sobrevivência.

* Aqui e nas ocorrências seguintes, “g.” indica o período de governo ou reinado. (N. E.)

2. O desafio árabe ao domínio otomano

UM BARBEIRO CONHECE TUDO o que acontece em sua cidade. Seu dia é tomado por conversas com pessoas de todas as esferas sociais. A julgar pelo registro de seu diário, Ahmad al-Budayri “al-Hallaq” (“o barbeiro”) foi um grande conversador, muito bem informado sobre a política e a sociedade de Damasco em meados do século XVIII. As questões abordadas em seu diário são temas familiares de conversas de barbearia sobre todos os assuntos: política local, o alto custo de vida, o clima e reclamações gerais sobre como as coisas haviam deixado de ser como eram nos bons e velhos tempos.

Além do que escreveu em seu diário, sabemos muito pouco sobre a vida de Budayri, o barbeiro de Damasco. Ele era um homem modesto demais para figurar em dicionários biográficos contemporâneos, o “quem é quem” dos tempos otomanos. Por isso mesmo seu diário é ainda mais notável. Era incomum que no século XVIII os comerciantes fossem alfabetizados, menos ainda que deixassem um registro escrito de seus pensamentos. Ele contou pouco sobre si mesmo, preferindo escrever sobre os outros. Não sabemos quando nasceu ou morreu, embora esteja claro que o diário, que abrange os anos de 1741 a 1762, foi escrito quando ele era um homem maduro. Um muçulmano piedoso, Budayri, pertencia a uma ordem mística sufi. Era casado e tinha filhos, mas pouco escreveu sobre sua vida familiar. Ele se orgulhava da profissão, falava com admiração do mestre que o introduzira no ofício e recordava os homens proeminentes cujas cabeças havia raspado.

O barbeiro de Damasco era um súdito otomano leal. Em 1754, notou o choque sentido pelo povo de Damasco quando chegou a notícia da morte do sultão Mahmud I (g. 1730-54). Ele registrou as celebrações públicas marcando a ascensão de seu sucessor, Osman III (g. 1754-7), quando Damasco “foi decorada mais lindamente do que nunca na memória pública. Que Alá preserve esse Estado otomano”, ele orou, “até o fim dos tempos. Amém”.¹

O barbeiro tinha bons motivos para orar pela preservação do Estado otomano. Segundo as noções otomanas de política, o bom governo era um equilíbrio delicado de quatro elementos interdependentes, concebidos como um “círculo de equidade”. Primeiro, o Estado precisava de um grande exército para exercer sua autoridade. Eram necessários muitos meios econômicos para manter esse exército, e os impostos eram a única fonte regular de riqueza do Estado. Para arrecadar impostos, era necessário que este promovesse a prosperidade de seus súditos. Para que o povo fosse próspero, deveria haver leis justas, o que completa o círculo — de volta às responsabilidades do Estado. A maioria dos analistas políticos otomanos da época teria explicado a desordem política em termos da negligência de um desses quatro elementos. Por tudo o que viu em Damasco em meados do século XVIII, Budayri estava convencido de que o Império Otomano se encontrava em sérios apuros. Havia corrupção entre os governadores, indisciplina entre os soldados, os preços estavam altos e a moralidade pública prejudicada pelo declínio da autoridade do governo.

Provavelmente, a raiz do problema estava nos governadores de Damasco. Na época de Budayri, a cidade era governada por uma dinastia de notáveis locais, e não por turcos otomanos enviados de Istambul para governar em nome do sultão, como era prática comum

no império. A família Azm, encarregada do governo, construíra sua fortuna no século XVII acumulando grandes extensões de terras agrícolas ao redor da cidade de Hama, na região central da Síria. Mais tarde, se estabeleceu em Damasco, entre os ricos e poderosos. De 1724 a 1783, cinco membros da família governaram Damasco — por um total de 45 anos. Ao mesmo tempo, vários outros membros foram nomeados para governar as províncias de Sídon, Trípoli e Alepo. Considerando o conjunto, o governo da família Azm sobre as províncias sírias representa uma das lideranças locais mais significativas a emergir nas províncias árabes no século XVIII.

Poderíamos pensar hoje que os árabes teriam preferido ser governados por outros árabes e não por burocratas otomanos. No entanto, os burocratas otomanos no século XVIII ainda eram servos do sultão que, pelo menos em teoria, deviam total lealdade ao Estado e governavam sem interesse próprio. Os Azm, ao contrário, tinham interesses pessoais e familiares em jogo e usavam seus altos cargos para enriquecer e construir sua dinastia às custas do Estado otomano. O círculo da equidade foi quebrado e as coisas começaram a desmoronar.

BUDAYRI DISCUTIU LONGAMENTE OS PONTOS fortes e fracos do governo dos Azm em Damasco. Durante a maior parte do período coberto por seu diário, o governador foi Assad Paxá al-Azm. Seu reinado de catorze anos (1743-57) foi o mais longo de qualquer governador da Damasco otomana. O barbeiro podia elogiá-lo, mas tinha também muitas críticas. Ele condenou os governadores da família Azm por saquearem a riqueza da cidade e os responsabilizou pelos distúrbios entre os militares e pelo colapso da moralidade pública.

Sob o domínio dos Azm, o exército havia degenerado de uma força disciplinada e empenhada em manter a lei e da ordem para uma turba desordenada. Os janízaros de Damasco eram divididos em dois grupos — as tropas imperiais enviadas de Istambul (os *kapikullari*) e os janízaros locais (os *yerliyye*). Havia também várias forças irregulares de curdos, turcomanos e norte-africanos. Os diferentes corpos estavam em constante conflito e representavam um verdadeiro desafio para a paz na cidade. Em 1756, os moradores do bairro de Amara pagaram caro por se aliarem aos janízaros imperiais em sua luta contra os janízaros locais de Damasco. Estes retaliaram incendiando todo o bairro — casas e lojas.² Budayri menciona muitos casos de soldados atacando e até mesmo matando moradores de Damasco com total impunidade. Em tempos de grande apreensão, os moradores da cidade responderam fechando suas lojas e isolando-se em suas casas, paralisando a vida econômica local. O diário do barbeiro capta uma sensação real da ameaça representada pelas “forças de segurança” para o damasceno comum e suas propriedades.

BUDAYRI TAMBÉM RESPONSABILIZOU OS Azm pelo alto preço dos alimentos, um problema crônico em Damasco. Não só eles falharam em regular os mercados e garantir preços justos mas, como grandes proprietários de terras, abusaram de sua posição para acumular e criar escassez artificial de grãos de modo a maximizar seus lucros pessoais. Certa vez, quando o preço do pão caiu, Assad Paxá enviou seus partidários para pressionar os padeiros a aumentar os preços de forma a proteger o mercado de trigo, que era a fonte da riqueza de sua família.³

Em seu diário, Budayri criticava essa acumulação de riqueza pelos governadores enquanto o povo damasceno passava fome. Os abusos de

poder de Assad Paxá eram demonstrados pelo palácio que ele construiu no centro de Damasco, que ainda hoje sobrevive. O projeto consumiu todos os materiais de construção e ocupou todos os pedreiros e artesãos da cidade, elevando o custo de construção para os cidadãos comuns. Assad Paxá ordenou a seus construtores que retirassem os preciosos materiais de construção de casas e prédios mais antigos da cidade, sem levar em conta seus proprietários ou seu valor histórico. O projeto foi uma prova da ganância do governador. De acordo com Budayri, Assad Paxá construiu o palácio com inúmeros esconderijos para sua vasta riqueza pessoal, “sob o piso, nas paredes, nos tetos, nos reservatórios de água e até nos banheiros”.⁴

O colapso na disciplina militar, combinado com a cupidez dos governadores da cidade, acreditava Budayri, levava a uma grave deterioração da moral pública. A legitimidade do Estado otomano dependia em grande parte da sua capacidade de promover os valores islâmicos e de manter as instituições necessárias para que seus súditos vivessem dentro dos preceitos do islamismo sunita. Um colapso na moralidade era, portanto, um sinal claro de uma ruptura na autoridade do Estado.

Na visão de Budayri, não havia maior prova do declínio da moralidade pública do que o comportamento descarado das prostitutas. Damasco era uma cidade conservadora, onde mulheres respeitáveis cobriam os cabelos, vestiam-se com modéstia e tinham poucas oportunidades de se misturar com homens de fora de suas próprias famílias. As prostitutas de Damasco não observavam nenhum desses escrúpulos. O barbeiro com frequência se queixava de prostitutas bêbadas, festejando com soldados igualmente embriagados, que percorriam as ruas e mercados da cidade com os rostos e os cabelos

descobertos. Os governadores tentaram várias vezes, sem sucesso, proibir a prostituição. Encorajadas pelo apoio dos soldados, as prostitutas se recusavam a obedecer.

Ao que parece, o povo comum chegou a aceitar, até mesmo admirar, as prostitutas. Uma bela jovem chamada Salmun cativou completamente os moradores da cidade na década de 1740, seu nome se tornando uma gíria local para caracterizar tudo que era moderno e belo. Um vestido elegante era chamado de “vestido salmuniano”, uma nova peça de joalheria era uma “bijuteria salmuniana”.

Salmun era uma jovem temerária que desafiava a autoridade. Em uma cena que lembra *Carmen* de Bizet, ela cruzou o caminho de um *qadi* (juiz) no centro de Damasco certa tarde em 1744. Estava bêbada e carregava uma faca. Os funcionários do juiz gritaram para ela sair do caminho. Salmun apenas riu deles e se lançou ao *qadi* com a faca na mão. Os homens do juiz mal conseguiram contê-la. O *qadi* pediu sua prisão às autoridades, que a executaram pelo ultraje. Um arauto foi então enviado pelas ruas de Damasco ordenando que todas as prostitutas fossem mortas. Muitas mulheres fugiram e outras se esconderam.⁵

A proibição durou pouco e as prostitutas logo voltaram às ruas, sem véus e desinibidas. “Naqueles dias”, escreveu o barbeiro em 1748, “a corrupção aumentava, os servos de Alá eram oprimidos e as prostitutas proliferavam nos mercados dia e noite.” Ele descreveu um desfile realizado por elas em honra de um santo local, um espetáculo duplamente ultrajante, pela profanação dos valores religiosos e pelo fato de o público parecer aceitá-lo. Uma prostituta havia se apaixonado por um jovem soldado turco que adoecera, e prometeu realizar uma sessão

de oração em homenagem ao santo se o amante recobrasse a saúde. Quando o soldado se recuperou, ela cumpriu a promessa:

Ela caminhou em uma espécie de procissão com as outras garotas pecaminosas. Passaram pelos bazares carregando velas e queimadores de incenso. Cantavam e batiam em pandeiros com os rostos desvelados e os cabelos sobre os ombros. As pessoas olhavam sem fazer objeção. Somente os justos levantaram suas vozes, gritando “Allahu Akbar” [Alá é o maior].⁶

Logo após o desfile, as autoridades locais voltaram a tentar proibir a prostituição. Os chefes dos bairros da cidade foram instruídos a denunciar qualquer pessoa suspeita e arautos foram enviados para pedir às mulheres que usassem os véus corretamente. No entanto, poucos dias depois dessas novas ordens, o barbeiro afirmou: “Vimos as mesmas meninas andando pelas vielas e mercados, como era o seu costume”. Nesse ponto, o governador Assad Paxá Azm abandonou todos os esforços para expulsar as prostitutas ousadas e optou por tributá-las.

Os governadores Azm abusavam de seus poderes para enriquecer às custas do povo, mas não conseguiam conter o vício nem controlar os soldados em teoria sob seu comando. O barbeiro de Damasco estava profundamente consternado. Poderia um Estado governado por tais homens sobreviver por muito tempo?

EM MEADOS DO SÉCULO XVIII, otomanos e árabes chegaram a uma encruzilhada.

Os otomanos pareciam ter conseguido absorver o mundo árabe em seu império. Ao longo de dois séculos, haviam estendido seu domínio do extremo sul da península Arábica até as fronteiras do Marrocos, no noroeste da África. O sultão otomano era universalmente aceito pelos

árabes como seu legítimo soberano. Eles rezavam em nome do sultão toda sexta-feira, contribuía com soldados para as guerras do sultão e pagavam aos agentes do sultão os seus impostos. A grande maioria dos súditos árabes, aqueles que cultivavam a terra no campo e os moradores da cidade que trabalhavam como artesãos e comerciantes, havia aceitado o contrato social otomano. Tudo o que esperavam em troca era a segurança individual, a segurança de suas propriedades e a preservação dos valores islâmicos.

No entanto, uma mudança importante estava ocorrendo nos territórios árabes. Enquanto nos primeiros séculos otomanos os árabes, como muçulmanos nascidos livres, eram excluídos dos altos cargos reservados às elites servis recrutadas através do *devshirme*, ou “coleta de meninos”, em meados do século XVIII os notáveis locais estavam galgando as mais altas fileiras da administração provincial e recebendo o título de paxá. Os Azm de Damasco foram apenas um exemplo de um fenômeno mais amplo que se estendeu desde o Egito passando pela Palestina e por Monte Líbano até a Mesopotâmia e a península Arábica. A ascensão dos líderes locais se deu às custas da influência de Istambul nos territórios árabes, à medida que mais dinheiro dos impostos era gasto localmente nas forças armadas e nos projetos de construção dos governantes. O fenômeno se espalhou por várias províncias árabes, e seu efeito cumulativo começou a se tornar uma ameaça cada vez maior à integridade do Império Otomano. De fato, na segunda metade do século XVIII a proliferação de líderes locais levou muitas províncias árabes a se rebelarem contra o governo de Istambul.

Os líderes locais dessas províncias tinham origens diversas, variando de chefes de famílias mamelucas a xeques tribais e habitantes proeminentes das cidades. Eles eram movidos mais pela ambição do que

por qualquer queixa em relação à maneira otomana de gerir as coisas. Em comum, tinham a riqueza: eram, sem exceção, grandes proprietários de terras que haviam se aproveitado de mudanças nas práticas de ocupação otomana para construir grandes propriedades, que mantinham por toda a vida e, em alguns casos, repassavam aos filhos. Desviavam do Tesouro do governo os impostos arrecadados em suas terras com o único propósito de atender às próprias necessidades. Construíram palácios luxuosos e mantiveram exércitos particulares para reforçar seu poder. A perda sofrida por Istambul constituía um ganho real para a economia nas províncias árabes, e a autorização para patrocinar artesãos e milicianos apenas aumentou o poder dos senhores locais.

Embora esses notáveis locais não fossem exclusivos das províncias árabes — surgiram líderes semelhantes nos Bálcãs e na Anatólia turca —, os territórios árabes eram menos centrais em relação a Istambul, em todos os sentidos da palavra. Os otomanos dependiam menos das receitas e tropas das províncias árabes do que das dos Bálcãs e da Anatólia. Além disso, os territórios árabes ficavam muito mais longe de Istambul, e o governo central não estava disposto a usar suas tropas e recursos para acabar com as pequenas rebeliões. Ele se preocupava mais com os desafios de Viena e Moscou do que com os problemas apresentados pelos líderes locais em Damasco e no Cairo.

No século XVIII, o Império Otomano enfrentava ameaças muito maiores dos vizinhos europeus do que qualquer coisa que as províncias árabes pudessem representar. Os Habsburgo na Áustria estavam revertendo suas conquistas na Europa. Até 1683, os otomanos haviam exercido pressão sobre os portões de Viena. Em 1699, foram derrotados pelos austríacos, que receberam como recompensa a Hungria, a

Transilvânia e partes da Polônia, segundo os termos do Tratado de Karlowitz — as primeiras perdas territoriais que os otomanos jamais haviam sofrido. Além disso, na região do mar Negro e no Cáucaso, eles estavam sendo pressionados por Pedro, o Grande, da Rússia. Notáveis em Bagdá ou Damasco não eram preocupantes em comparação com ameaças dessa ordem de grandeza.

As derrotas para exércitos europeus encorajaram os adversários dentro dos domínios otomanos. À medida que os líderes locais se tornaram mais poderosos, os funcionários enviados por Istambul às províncias árabes foram perdendo o respeito e a obediência de seus súditos. As autoridades do governo também perderam o comando sobre os soldados do sultão, que se tornaram insubordinados e passaram a se envolver cada vez mais em brigas com os soldados locais e as milícias dos líderes das províncias. A insubordinação nas fileiras militares, por sua vez, minou a autoridade dos juízes e acadêmicos islâmicos, que tradicionalmente serviam como guardiões da ordem pública. Percebendo a ineficácia dos otomanos, as pessoas se voltavam cada vez mais para os líderes locais a fim de garantir sua segurança. Em Basra, um comerciante cristão escreveu: “Os chefes dos árabes passaram a ser temidos e respeitados, enquanto os otomanos não inspiram medo em ninguém”.⁷

Um Estado que perde o respeito de seus súditos está em apuros. O cronista Abd Rahman Jabarti, ao analisar o colapso da autoridade otomana sobre os mamelucos no Egito do século XVIII, refletiu: “Se essa era pudesse urinar em um frasco, o médico do tempo saberia diagnosticar sua doença”.⁸ A emergência dos líderes locais estava no centro da doença otomana e só poderia ser curada por uma forte reafirmação da autoridade do Estado. O dilema da Sublime Porta era

assegurar estabilidade suficiente em suas fronteiras europeias a fim de liberar os recursos necessários para enfrentar os desafios em suas províncias árabes.

A natureza do governo local diferia de uma região para outra e representava uma ameaça variável à autoridade de Istambul. Grosso modo, as províncias mais próximas do governo central em Istambul eram as mais benignas, com famílias proeminentes como os Shihab em Monte Líbano, os Azm em Damasco e os Jalili em Mossul estabelecendo dinastias leais ao domínio otomano, que no entanto pressionavam pela maior autonomia possível dentro de seus limites.⁹ Mais ao sul, em Bagdá, na Palestina e no Egito, surgiram líderes mamelucos que buscavam expandir seu território em desafio direto ao Estado otomano. O surgimento da confederação saudita-wahabita na Arábia Central representou a maior ameaça ao governo otomano quando assumiu o controle das cidades sagradas de Meca e Medina e impediu que as caravanas anuais de peregrinação otomana chegassem às cidades sagradas. Em contraste, províncias mais remotas, como Argel, Túnis e Iêmen, estavam contentes em permanecer vassalas do sultão otomano, pagando um tributo anual em troca de extensa autonomia.

Esses líderes locais de maneira alguma constituíam um *movimento* árabe. Muitos não eram etnicamente árabes e nem sequer falavam sua língua. Os adversários do domínio otomano na segunda metade do século XVIII eram, em vez disso, indivíduos ambiciosos que agiam movidos por interesse próprio, com pouca preocupação pelo povo árabe sob seu domínio. Isoladamente, representavam pouca ameaça ao centro otomano. Quando trabalhavam juntos, no entanto — como quando os mamelucos no Egito estabeleceram uma aliança com um líder local no

norte da Palestina —, eram capazes de conquistar províncias otomanas inteiras.

O PETRÓLEO COLOCOU O ORIENTE MÉDIO no mapa no século XX. No século XVIII, havia sido o algodão o grande gerador de riqueza no Mediterrâneo Oriental. A demanda europeia por algodão remonta ao século XVII. Enquanto as tecelagens britânicas de Lancashire usavam principalmente o algodão das Antilhas e das colônias americanas, os franceses dependiam sobretudo da importação dos mercados otomanos. Com o aperfeiçoamento da tecnologia de fiação e tecelagem no decorrer do século XVIII, que acabou por levar à Revolução Industrial, aumentou a demanda europeia pelo produto. As importações francesas de algodão do Mediterrâneo Oriental cresceram mais de cinco vezes, passando de 2,1 milhões de quilos em 1700 para quase 11 milhões em 1789.¹⁰ O algodão mais valorizado pelos mercados europeus era produzido na região da Galileia, no norte da Palestina. A riqueza ali gerada pelo algodão foi suficiente para alimentar as ambições de uma dinastia local que cresceu o bastante para desafiar o domínio otomano na Síria.

O homem forte da Galileia era Zahir al-Umar (c. 1690-1775), um dos líderes dos zaidanis, uma tribo beduína que se estabeleceu na região no século XVII e assegurou o controle de extensas terras agrícolas entre as cidades de Safad e Tiberíades. Eles desfrutavam de fortes conexões comerciais com Damasco e começaram a construir uma respeitável fortuna familiar por meio do controle das plantações de algodão na Galileia. Zahir representou a terceira geração local de xeques zaidanis. Embora não seja particularmente conhecido no Ocidente, é há séculos uma celebridade no mundo árabe. Ele é muitas vezes descrito, de

maneira anacrônica, como um nacionalista árabe ou palestino devido ao seu histórico de confronto com governantes otomanos. À época de sua morte, já era lendário — e tema de duas biografias quase contemporâneas.

A longa e notável carreira de Zahir Umar começou na década de 1730, quando ele fez uma aliança com uma tribo beduína para tomar a cidade de Tiberíades, que naquele tempo não passava de uma aldeia. Ele consolidou seus ganhos ao garantir uma nomeação formal, por parte do governador de Sídon, como cobrador de impostos para a região da Galileia. Zahir então começou a fortificar Tiberíades e construiu uma pequena milícia de cerca de duzentos cavaleiros.

De sua base em Tiberíades, ele e a família estenderam seu controle pelas férteis planícies e terras altas do norte da Palestina, ordenando que os arrendatários plantassem algodão. Ele deu a seus irmãos e primos territórios para gerir em seu nome. À medida que começou a esculpir um pequeno principado para si mesmo, Zahir se tornou cada vez mais poderoso. Quanto mais território controlava, mais receitas de algodão ele obtinha, o que possibilitava a expansão de seu exército e, em consequência, de seus territórios.

Por volta de 1740, Zahir era o líder mais poderoso do norte da Palestina. Ele havia derrotado os senhores guerreiros de Nablus, assumira o controle de Nazaré e agora dominava o comércio entre a Palestina e Damasco, o que contribuiu ainda mais para sua riqueza e recursos.

O rápido crescimento do principado zaidani colocou Zahir Umar em rota de colisão com o governador damasceno. Um dos principais deveres do governo era suprir as necessidades e despesas da caravana anual de peregrinação a Meca. Zahir, agora, estava no controle de terras

cujas receitas tributárias eram tradicionalmente destinadas a custear essas despesas. Ao privar o governador de Damasco dessas receitas no norte da Transjordânia e na Palestina, Zahir estava colocando em risco as finanças da caravana de peregrinação. Ao ser informado da situação, o governo em Istambul enviou ordens ao seu governador em Damasco, Sulayman Paxá Azm, para capturar e executar Zahir e destruir suas fortificações em torno de Tiberíades.

Budayri, o barbeiro de Damasco, observou em seu diário que, em 1742, Sulayman Paxá liderou um grande exército damasceno para derrubar Zahir. O governo de Istambul havia enviado homens e munições pesadas, incluindo artilharia e minas. Sulayman Paxá também recrutou voluntários de Monte Líbano, Nablus, Jerusalém e tribos beduínas vizinhas, que viam Zahir Umar como um rival e acolheram com prazer a chance de derrubá-lo.

Sulayman Paxá sitiou Tiberíades por mais de três meses, mas as forças de Zahir não sucumbiram. Com a ajuda de seu irmão, que contrabandeava comida e provisões através das linhas otomanas, Zahir conseguiu resistir a forças muito superiores às suas. O governador de Damasco não estava contente e, sempre que conseguia interceptar colaboradores zaidanis que contrabandeavam alimentos para Tiberíades, enviava suas cabeças para Istambul como troféus. No entanto, o maior troféu lhe escapou, e depois de três meses Sulayman Paxá foi forçado a retornar a Damasco a fim de se preparar para a peregrinação a Meca. Não querendo admitir a derrota, espalhou o boato de que havia levantado o cerco de Tiberíades por compaixão pelos civis indefesos da cidade. Ele também alegou ter tomado um dos filhos de Zahir como refém contra uma promessa de pagamento dos impostos atrasados a Damasco. O barbeiro damasceno registrou esses rumores,

acrescentando uma observação: “Ouvimos outra versão da história”, escreveu ele; “Alá sabe a verdade”.¹¹

Logo após retornar da peregrinação em 1743, Sulayman Paxá retomou sua guerra contra Zahir Umar em Tiberíades. Mais uma vez, mobilizou um grande exército com o apoio de Istambul e de todos os vizinhos ressentidos de Zahir na Palestina. Novamente, os moradores de Tiberíades se prepararam para um terrível cerco. Mas ele nunca chegou a acontecer. Durante a viagem para Tiberíades, Sulayman Paxá Azm fez uma parada na cidade costeira de Acre, onde sucumbiu a uma febre e morreu. Seu corpo foi levado de volta a Damasco para ser enterrado, e o exército do cerco foi desmantelado. Zahir Umar ficou livre para perseguir suas próprias ambições.¹²

Entre as décadas de 1740 e 1760, o governo de Zahir não foi contestado e seus poderes se expandiram enormemente. O governador em Sídon nunca poderia igualar o poder de suas forças armadas, e o novo governador em Damasco, Assad Paxá Azm, escolheu deixar o soberano de Tiberíades entregue a si próprio. Em Istambul, Zahir cultivara defensores influentes que o protegiam do escrutínio da Sublime Porta.

Zahir aproveitou a relativa independência para estender seu governo de Tiberíades à cidade costeira de Acre, que emergira como o principal porto para o comércio de algodão levantino. Em repetidas ocasiões, solicitou ao governador de Sídon que lhe concedesse os lucrativos direitos de cobrar os impostos de Acre, sempre recebendo negativas. Por fim, em 1746, ele ocupou a cidade e se declarou seu coletor de impostos. Ao longo da década de 1740, fortificou o lugar e estabeleceu sua base na cidade. Ele agora desfrutava do controle sobre o comércio de algodão desde os campos de cultivo até o mercado. Cartas de comerciantes

franceses de algodão em Damasco revelam sua frustração com Zahir Umar, que se tornara “poderoso e rico demais [...] às nossas custas”.¹³ Na década de 1750, Zahir já havia conseguido fixar o preço de venda do algodão. Quando os franceses tentaram impor seus termos, ele simplesmente proibiu os produtores da Galileia de vender a eles, forçando-os a voltar à mesa de negociações e concordar com seus termos.

Apesar de seus muitos confrontos com o Estado otomano, Zahir Umar tentava o tempo todo assegurar o reconhecimento oficial; era um rebelde que, em última análise, queria fazer parte do establishment. Ele se esforçou para alcançar a mesma posição de que os Azm desfrutavam em Damasco: o posto ministerial de Paxá e o cargo de governador de Sídon. Por conta disso, cada um de seus atos de rebelião era seguido por um pagamento fiel de impostos. Ao longo de seus anos no poder, todavia, Zahir nunca conseguiu galgar uma posição mais elevada que a de coletor de impostos subordinado ao governador de Sídon. Isso era uma fonte de constante frustração para o homem forte da Galileia. Os otomanos, envolvidos em uma guerra devastadora com a Rússia entre 1768 e 1774, tentaram preservar a lealdade de Zahir satisfazendo parcialmente seus desejos. Em 1768, a Sublime Porta o reconheceu como “xeque de Acre, emir de Nazaré, Tiberíades, Safed e xeque de toda a Galileia”.¹⁴ Tratava-se de um título, mas não o suficiente para satisfazer as grandes ambições de Zahir.

Depois de quase duas décadas de relativa paz, Zahir enfrentou novas ameaças do governo provincial otomano. Em 1770, um novo governador damasceno tentou acabar com seu governo ao norte da Palestina. Uthman Paxá conseguira que seus próprios filhos fossem indicados governadores em Trípoli e Sídon e fizera uma aliança com a

comunidade drusa de Monte Líbano contra Zahir. Os notáveis de Nablus também estavam ansiosos para ver o fim de seu beligerante vizinho ao norte. De repente, Zahir se viu cercado por forças hostis.

Em uma disputa de vida ou morte com Uthman Paxá, ele só poderia sobreviver fazendo uma aliança com outro líder local. O único poder regional forte o suficiente para compensar as forças combinadas de Damasco e Sídon era o do Cairo, sob o governo mameluco de um líder notável chamado Ali Bei. Ao unir forças, eles ofereceram o maior desafio que as províncias árabes haviam representado até então ao domínio de Istambul.

O LÍDER MAMELUCO ALI BEI tinha vários apelidos. Alguns de seus contemporâneos o chamavam de *Jinn Ali*, ou Ali, o Gênio, como se ele se valesse de magia para conseguir o aparentemente impossível. Seu apelido turco era *Bulut Kapan*, ou “apanhador de nuvens”, por sua repressão aos beduínos, que os otomanos acreditavam ser mais difíceis de capturar do que as nuvens. Ele é mais conhecido como Ali Bei “al-Kabir”, ou “o Grande”, e de fato, entre 1760 e 1775, alcançou mais grandeza do que qualquer mameluco na história do Egito otomano.

Ali Bei chegou ao Egito em 1743, aos quinze anos, como um escravo militar da importante família mameluca dos qazdughlis. Ele subiu nas fileiras e ganhou sua liberdade e promoção ao posto de bei com a morte de seu dono, em 1755. Os beis estavam no topo da hierarquia mameluca, cujo líder era o xeque al-Balad, o “comandante da cidade”. Ali Bei atingiu o cargo em 1760 e o ocupou com breves exceções até sua morte, em 1773.

Ali Bei foi um caudilho que conquistou respeito se valendo do medo. O historiador egípcio Jabarti, de quem foi contemporâneo, descreveu-o

como “um homem de grande força, obstinado e ambicioso, que só podia ser satisfeito com a supremacia e o poder soberano. Ele nunca se mostrou inclinado pelo que não fosse sério, nunca deu sinal algum de apreciar uma brincadeira, uma piada ou diversão”.¹⁵ Diz-se que exercia uma forte impressão, diretamente física, sobre aqueles que o conheciam: “Ele inspirava um temor tão grande que alguns de fato morreram por medo dele, e muitos tremiam com sua simples presença”.¹⁶ Era implacável na supressão dos rivais e não mostrava lealdade a ninguém; como demonstrariam os eventos subsequentes, tampouco inspirou esse sentimento nos outros. Ele rompeu as amarras do coleguismo e se voltou contra companheiros mamelucos de sua própria casa da mesma forma como eliminou famílias mamelucas rivais.

Ali Bei foi a primeira pessoa a governar sozinha o Egito desde a queda do Império Mameluco. Ele literalmente monopolizou a riqueza egípcia, apropriando-se das receitas fundiárias, controlando todo o comércio exterior e exigindo somas extraordinárias da comunidade mercantil europeia. Ali Bei extorquiu a riqueza das comunidades cristãs e judaicas locais e reteve o pagamento de todos os impostos devidos a Istambul. Suas riquezas lhe permitiram expandir seu poder militar. Depois de destruir as facções mamelucas do Egito, ele começou a estabelecer sua própria casa, tendo comprado e treinado seus próprios escravos, as únicas pessoas em quem sentia que podia confiar. Sua casa, no auge, contava com cerca de 3 mil mamelucos, muitos dos quais comandantes de vastos exércitos com dezenas de milhares de membros.

Tendo estabelecido o controle supremo sobre o Egito, Ali Bei buscou sua independência total do domínio otomano. Inspirado pelos antigos mamelucos, tentou recriar seu império no Egito, na Síria e no Hejaz. De acordo com Jabarti, ele era um ávido leitor da história islâmica, e

costumava dar palestras a seus seguidores nas quais explicava por que o governo otomano no Egito era ilegítimo. “Os reis do Egito — o sultão Baybars e o sultão Qalawun e seus filhos — eram mamelucos como nós”, argumentava. “Quanto aos otomanos, basta dizer que tomaram o país à força, aproveitando-se da duplicidade do povo local.”¹⁷ A implicação era que a terra tomada pela força poderia ser resgatada legitimamente pela força.

Os primeiros alvos de Ali Bei foram os governadores e tropas enviados por Istambul para manter a lei no Egito. Mas os governadores tinham desistido havia muito tempo de tentar governar o Egito — tarefa de que se encarregavam as famílias mamelucas rivais. Em vez de se dedicar ao governo, os governadores procuravam defender a soberania nominal de Istambul, atendo-se à observância dos cerimoniais de poder e à coleta de impostos para o Tesouro otomano. Impotentes por si próprios, eles tentavam jogar as famílias mamelucas umas contra as outras. Isso não era mais possível sob Ali Bei, que havia eliminado os rivais e governava sem oposição. Agora Ali Bei se dedicava a depor e, segundo rumores, a envenenar impunemente governadores e oficiais em postos de comando. A ameaça aos interesses otomanos em sua rica mas rebelde província egípcia não poderia ser mais aguda.

Ali Bei em seguida empregou seu poderio militar contra o Império Otomano em uma tentativa aberta de expansão territorial. “Ele não se contentou com o que Alá lhe concedera”, escreveu Jabarti, “o domínio sobre o Baixo e o Alto Egito, o reino do qual reis e faraós haviam se orgulhado. Sua ganância o levou a ampliar o território do reino.”¹⁸ Ali Bei tomou primeiro, em 1769, a província do Hejaz, no mar Vermelho, que havia feito parte do Império Mameluco. Após esse sucesso, começou a cunhar moedas com o seu nome, e não o do sultão reinante,

assinalando sua rebelião contra a soberania otomana. Ali Bei havia embarcado no projeto de restaurar o antigo Império Mameluco. Os otomanos, que estavam com as mãos atadas por conta das guerras com a Rússia, não tinham poder para detê-lo.

A REVOLTA DE ALI BEI CONTRA os otomanos estava em pleno curso quando Zahir Umar se aproximou dele em 1770 oferecendo uma aliança contra o governador de Damasco. O momento não poderia ter sido melhor. “Quando recebeu a notícia”, observou um cronista contemporâneo, “Ali Bei a viu como a realização de suas maiores aspirações. Ele resolveu se rebelar contra o Estado otomano e estender seu domínio sobre as terras de Arish, no Egito, até Bagdá.”¹⁹ Estabeleceu a aliança com Zahir Umar e concordou em derrubar o governador otomano em Damasco.

Ali Bei intensificou a crise no Mediterrâneo Oriental quando escreveu ao inimigo do sultão, a imperatriz Catarina, a Grande, da Rússia, buscando a sua ajuda na guerra contra os otomanos. Ele pediu a Catarina que enviasse navios e cavaleiros russos para expulsar os otomanos da Grande Síria, prometendo em troca ajudar os russos a conquistar o território no sul da Pérsia. Embora tenha se recusado a fornecer cavalaria, a imperatriz concordou com a assistência da frota russa, que perambulava então pelo Mediterrâneo Oriental. A traição de Ali Bei não escapou do conhecimento do governo otomano. No entanto, imobilizados pelas forças russas no mar Negro e na Europa Oriental, os otomanos não estavam em posição de detê-lo.

Encorajado pelas alianças com Catarina e Zahir, Ali Bei começou a mobilizar suas forças. Ele levantou um exército de cerca de 20 mil homens para invadir a Síria sob o comando de um de seus generais mais

confiáveis, um mameluco chamado Ismail Bei. Em novembro de 1770, a força dos mamelucos varreu Gaza; após um cerco de quatro meses, ocupou o porto de Jaffa. Zahir e seus homens uniram forças com Ismail Bei e acompanharam o exército mameluco em sua marcha pela Palestina. Atravessaram o vale do Jordão e se dirigiram para leste pela mesma rota usada pelos peregrinos ao longo da borda do deserto. O exército rebelde se apressou então em direção a Damasco, com a intenção de tomá-la de seu governador otomano. Eles chegaram até a aldeia de Muzayrib, a um dia de marcha do portão sul da cidade.

Quando entrou em Muzayrib, Ismail Bei ficou cara a cara com o governador de Damasco — e perdeu completamente a vontade de lutar. Era a temporada de peregrinação, quando muçulmanos piedosos cumpriam um dos pilares do islã e faziam a perigosa jornada através do deserto de Damasco a Meca. Uthman Paxá, o governador, estava desempenhando seus deveres como comandante. Ismail Bei era um homem piedoso que recebera mais educação religiosa do que a maioria dos mamelucos. Atacar o governador naquele momento teria sido um crime contra a religião. Sem aviso ou explicação, ele deu ordem para que seus soldados se retirassem de Muzayrib e retornassem a Jaffa. O atônito Zahir Umar protestou em vão, e a campanha rebelde cessou por completo durante o restante do inverno de 1770-1.

Ali Bei deve ter ficado furioso com Ismail. Em maio de 1771, enviou uma segunda força para a Síria, liderada por Muhammad Bei, apelidado de *Abu al-Dhahab*, o “pai de ouro”. Ele havia recebido essa alcunha após um gesto extravagante: ao ser promovido por Ali ao posto de bei e ganhar sua liberdade, jogara moedas de ouro para as multidões que se enfileiravam na rua entre a Cidadela e o centro da cidade. Foi um golpe de relações públicas que tornou seu nome conhecido.

Muhammad Bei partiu à frente de 35 mil combatentes. Eles atravessaram o sul da Palestina e, em Jaffa, uniram-se ao exército comandado por Ismail Bei. As forças mamelucas combinadas de Ismail e Muhammad eram invencíveis. Elas marcharam pela Palestina e, após uma pequena escaramuça, expulsaram o governador otomano de Damasco em junho. Os mamelucos estavam agora no controle do Egito, do Hejaz e de Damasco — Ali Bei quase cumpriu sua ambição de vida, a reconstrução do Império Mameluco.

Então o impensável aconteceu: sem aviso ou explicação, Muhammad Bei abandonou Damasco e partiu para o Cairo à frente de seu exército. Mais uma vez, a culpa foi do piedoso general mameluco Ismail. Assim que os comandantes mamelucos se viram no controle de Damasco, Ismail Bei confrontou Muhammad Bei com a enormidade de seus crimes — não apenas contra o sultão, mas também contra a sua religião. Ismail Bei passara algum tempo em Istambul antes de ingressar no serviço de Ali Bei, o que incutira nele uma reverência pela posição do sultão como líder do maior império islâmico da época. Ele alertou Muhammad Bei sobre o fato de que os otomanos não permitiriam que uma rebelião tão grande ficasse impune nesta vida, e que Alá os responsabilizaria na vida após a morte. “Pois, em verdade, a revolta contra o sultão é um dos ardis do diabo”, advertiu Ismail Bei.

Tendo provocado a apreensão de Muhammad Bei, Ismail passou então a jogar com as ambições do general. Ali Bei, ele argumentou, havia deixado o caminho do islã ao entrar em um pacto com a imperatriz russa contra o sultão. “Agora qualquer muçulmano teria permissão da lei islâmica para matá-lo [Ali Bei] impunemente, reivindicar seu harém e sua riqueza.”²⁰ Em suma, Ismail Bei sugeria que Muhammad Bei poderia se redimir diante de Alá e do sultão e ser

promovido à posição de Ali Bei no comando do Egito caso se voltasse contra o seu senhor. Os argumentos foram convincentes, e dois dos generais mais confiáveis de Ali Bei agora voltavam para o Egito à frente de um enorme exército mameluco empenhado na derrubada de seu antigo senhor.

ONDAS DE CHOQUE REVERBERARAM em torno do Mediterrâneo Oriental após a conquista dos mamelucos e seu rápido abandono de Damasco. “O povo damasceno ficou pasmo diante desse incrível evento”, exclamou um cronista contemporâneo, e também Zahir Umar e seus aliados. Enquanto as forças mamelucas atacavam Damasco, Zahir tinha tomado a cidade de Sídon e instalado uma guarnição de 2 mil homens em Jaffa. Tendo se alargado demais, ele agora perdera seu aliado mais importante e se arriscava a enfrentar sozinho a ira dos otomanos. Ali Bei, por sua vez, reconheceu que estava numa situação desesperadora. Só podia contar com um número simbólico de partidários, que foram dispersados após um confronto com o exército liderado por Muhammad Bei. Em 1772, Ali Bei fugiu do Egito para se refugiar com Zahir em Acre.

Os sonhos de Ali Bei de um império neomameluco se dissolveram com a sua fuga. Muhammad Bei se estabeleceu como governante do Egito e enviou Ismail Bei a Istambul para lhe assegurar oficialmente o governo do Egito e da Síria. Ele não tinha sonhos imperiais; buscava, em vez disso, reconhecimento dentro da estrutura otomana.

Ali Bei estava impaciente para recuperar seu trono e agiu às pressas, antes de ter conseguido mobilizar um exército grande o suficiente para enfrentar a formidável família mameluca que ele próprio havia criado. Ele partiu para o Cairo em março de 1773 à frente de uma pequena força, numa tentativa desesperada de recuperar seu reino. O exército de

Muhammad Bei o enfrentou em batalha e o derrotou. Ali Bei foi ferido e feito prisioneiro. Muhammad Bei o levou de volta ao Cairo e o manteve em sua própria casa, onde Ali Bei morreu uma semana depois. Inevitavelmente, houve rumores. “Somente Alá sabe como ele morreu”, concluiu o cronista Jabarti.²¹

A morte de Ali Bei foi um desastre para Zahir. Ele era agora um homem bastante idoso — tinha mais de oitenta anos, numa época em que a expectativa de vida era metade disso. Não possuía aliados na região e traíra seu soberano otomano. Apesar de improvável, Zahir ainda buscava o reconhecimento formal das autoridades e, com os otomanos atolados em suas guerras com a Rússia e desejosos de assegurar a paz em suas conturbadas províncias sírias, parecia estar à beira de realizar a ambição de toda uma vida. Em 1774, o governador otomano de Damasco informou que ele seria nomeado governador de Sídon, incluindo o norte da Palestina e partes da Transjordânia.

O decreto imperial de Istambul confirmando sua nomeação como governador nunca chegou. Em julho de 1774, o sultão concluiu um tratado de paz com a Rússia, encerrando a guerra de seis anos. Ele não estava disposto a recompensar os traidores que haviam se aliado aos russos. Em vez de um decreto de promoção, o sultão despachou Muhammad Bei, à frente de um exército mameluco, para derrubar o velho homem forte da Palestina. As tropas egípcias invadiram a cidade de Jaffa em maio de 1775 e massacraram os habitantes. O pânico se espalhou para as outras cidades sob o controle de Zahir. A administração de Zahir e grande parte da população fugiram de Acre antes que o mês terminasse. Muhammad Bei ocupou a cidade no início de junho.

Para surpresa geral, Muhammad Bei, o vigoroso e saudável governador mameluco do Egito, adoeceu logo após a ocupação de Acre. Ele morreu repentinamente de febre em 10 de junho de 1775. Zahir recuperou a cidade dias depois e restaurou a ordem na sequência do pânico da ocupação egípcia. Mas a retomada de Zahir teve vida curta. Os otomanos enviaram o almirante Hassan Paxá, com quinze navios, para exigir sua submissão e o pagamento de impostos atrasados. Zahir não se opôs. “Sou um homem velho”, disse a seus ministros, “e não tenho mais ânimo de lutar.” Seus ministros, cansados das batalhas, aquiesceram: “Somos muçulmanos, obedientes ao sultão. Para os muçulmanos que creem em Alá, o único Deus, não é permitido de forma alguma lutar contra o sultão”.²²

Os planos de Zahir para uma aposentadoria pacífica foram destruídos por sua própria família. Ele havia concordado em se retirar de Acre com a família e correligionários e se refugiar com aliados xiitas no sul do Líbano. Foi traído pelo filho, Uthman, que suspeitou que o pai fingisse uma retirada apenas para voltar ao poder na primeira oportunidade, como fizera várias vezes. Uthman chamou um dos oficiais de longa data de Zahir, o comandante norte-africano Ahmad Agha al-Denizli, e disse a ele que o pai estava fugindo de Acre. “Se o senhor se tornar o favorito de Hassan Paxá, cumpra a vontade de Alá com meu pai, que está fora, sozinho com a família.” Denizli reuniu um grupo de mercenários do norte da África e esperou para emboscar Zahir.

Os assassinos tiveram que preparar uma armadilha para pegar o ardiloso velho xeque. Quinze minutos depois de ter cruzado os portões de Acre, Zahir notou que uma de suas concubinas estava faltando. O resto da família não tinha ideia de seu paradeiro. “Não é hora de deixar uma pessoa para trás”, repreendeu o velho xeque, e voltou para buscar a

mulher abandonada. Ele a encontrou perto do local onde o bando de Denizli estava escondido e se abaixou para puxá-la para o seu cavalo. Idade e ansiedade haviam cobrado seu preço. Zahir, agora com 86 anos, foi puxado da montaria pela mulher mais jovem e caiu no chão. Os assassinos saltaram e derrubaram o velho com suas adagas. Denizli pegou a espada e cortou a cabeça de Zahir como troféu para o almirante otomano Hassan Paxá.

Se esperava ganhar o apreço de Hassan Paxá com este ato, Denizli ficaria bastante desapontado. O almirante otomano mandou seus homens limparem a cabeça decepada de Zahir. Em seguida, colocou-a sobre uma cadeira e refletiu um pouco, olhando para o rosto enrugado do velho xeque. O almirante se voltou para o mercenário. “Alá não me perdoaria se eu não vingasse Zahir Umar contra o senhor!”²³ Ele então ordenou a seus homens que levassem Denizli para longe, o estrangulassem e jogassem seu corpo no mar.

ASSIM TERMINOU A HISTÓRIA de Zahir Umar e Ali Bei Kabir. O Império Otomano acabara de resistir ao mais sério desafio interno ao seu governo, após mais de 250 anos de domínio sobre o mundo árabe. Dois líderes locais, aliados ao poder cristão, haviam combinado a riqueza de dois territórios ricos — Egito e Palestina —, unindo-se contra o governo do sultão. No entanto, mesmo nesse momento crítico, quando Ali Bei parecia a ponto de restabelecer o antigo império mameluco da Síria, do Egito e do Hejaz sob seu domínio, os otomanos ainda exerciam uma tremenda influência sobre seus súditos rebeldes nos territórios árabes. Generais mamelucos como Ismail Bei e Muhammad Bei cruzaram o limiar da rebelião apenas para refazer seus passos até os limites da legitimidade e buscar o reconhecimento da Sublime Porta. A maioria

dos líderes locais ainda acreditava que a “revolta contra o sultão” era, nas palavras de Ismail Bei, “um dos ardis do diabo”.

A queda de Zahir Umar e Ali Bei não marcou o fim dos governantes locais no mundo árabe. Os mamelucos continuaram a dominar a vida política no Egito, embora nenhum governante isolado tenha surgido após as mortes de Ali e Muhammad Bei. Em vez disso, as casas mamelucas se voltaram para combates entre facções que deixaram o Egito em situação de instabilidade pelo resto do século XVIII. Os otomanos reafirmaram seu controle sobre as províncias sírias e nomearam governadores fortes para Damasco, Sídon e Trípoli. Lugares mais remotos, como Monte Líbano, Bagdá e Mossul, continuavam a ser governados por líderes locais, embora nenhum deles tentasse desafiar diretamente a Sublime Porta.

O PRÓXIMO GRANDE DESAFIO ao domínio otomano no mundo árabe surgiria além das fronteiras do império, no coração da Arábia Central. O movimento era ainda mais ameaçador por sua pureza ideológica, e ameaçaria o domínio otomano em um arco que se estendia do Iraque através do deserto da Síria até as cidades sagradas de Meca e Medina, no Hejaz. Ao contrário de Zahir Umar e Ali Bei, o líder desse movimento agora desfrutava da distinção de ser um nome familiar no Oriente Médio e no Ocidente: Muhammad ibn Abd al-Wahab, o fundador do movimento reformista wahabita.

MUHAMMAD IBN ABD WAHAB NASCEU em 1703 em uma família de eruditos na pequena cidade-oásis de Uyayna, na região da Arábia Central conhecida como Najd. Ele viajou muito quando jovem, prosseguindo

seus estudos religiosos em Basra e Medina. Foi educado na mais conservadora das quatro tradições legais do islã — a escola Hanbali — e profundamente influenciado por Ibn Taymiyya, um teólogo do século XIV. Ibn Taymiyya defendia um retorno às práticas da comunidade muçulmana primitiva do profeta Maomé e seus primeiros sucessores, os califas, e condenava todas as práticas místicas associadas ao sufismo como desvios do verdadeiro caminho do islã. Wahab voltou para casa no Najd com um marcado conjunto de crenças e a ambição de colocá-las em prática.

A princípio, o apaixonado jovem reformador desfrutou do apoio do governante de sua cidade natal. No entanto, seus pontos de vista logo se mostraram controversos. Quando Wahab ordenou a execução pública de uma mulher por adultério, líderes de cidades vizinhas, importantes parceiros comerciais de Uyayna, ficaram chocados — e alarmados. Aquele não era o islã que os habitantes de Uyayna conheciam e praticavam. Eles pressionaram seu governante a matar o teólogo radical, mas ele preferiu apenas exilar Wahab.

O jovem teólogo exilado e imbuído de ideias perigosas não precisou ir muito longe. Wahab foi recebido pelo governante do oásis próximo de Diriyah, Muhammad ibn Saud. Os sauditas modernos datam a fundação de seu primeiro Estado nessa reunião histórica em 1744-5, quando os dois homens concordaram que o islã reformado pregado por Wahab seria observado pelo governante saudita e seus seguidores. O “Acordo de Diriyah” definiu os princípios básicos do movimento que viria a ser chamado de wahabismo.

NA ÉPOCA EM QUE O MOVIMENTO estava se formando, os wahabitas foram amplamente incompreendidos pelo mundo exterior, descritos como

uma nova seita e acusados de crenças heterodoxas. Muito pelo contrário, porém, suas crenças eram extremamente ortodoxas, clamando por um retorno ao islã puro do profeta e seus sucessores, os califas. Os wahabitas se empenharam em traçar um limite em torno do terceiro século após a revelação do Alcorão e banir todos os desenvolvimentos posteriores como “inovações perniciosas”.

O princípio mais importante do wahabismo era a qualidade única de Alá, ou, como diziam seus adeptos, a “unicidade de Alá”. Qualquer associação de Alá com seres inferiores era denunciada como politeísmo (*shirk*, em árabe), pois se alguém acreditava que Alá tinha parceiros ou intermediários, acreditava em mais de um Deus. O islã, como muitas outras religiões, é uma fé dinâmica e sofreu mudanças significativas com o tempo. Ao longo dos séculos, desenvolveram-se no seio do islã várias instituições contrárias a esse princípio absoluto do wahabismo, a unidade ou unicidade de Deus.

Havia, por exemplo, uma veneração generalizada de santos e homens santos no mundo árabe, desde os companheiros do profeta Maomé até o mais humilde dos homens santos da aldeia local, cada um com seu próprio santuário ou árvore sagrada. (Esses santuários continuam a existir em muitas partes do mundo árabe hoje.) Os wahabitas objetavam que muçulmanos orassem aos homens santos para interceder em seu favor junto a Alá, pois isso comprometeria sua unicidade. Eles argumentavam que a melhor maneira de reverenciar muçulmanos importantes era seguir seus exemplos, em vez de adorá-los em seus túmulos. Os altares dos santos e as peregrinações anuais realizadas para marcar o dia em que se festejavam determinados santos foram, portanto, um dos primeiros alvos do ataque wahabita. Wahab derrubou árvores sagradas e despedaçou túmulos de homens santos com as

próprias mãos. Isso encheu de terror a sociedade muçulmana predominantemente sunita, que viu nessa profanação um sinal de desrespeito a algumas das figuras mais reverenciadas do islã.

Além da aversão à adoração dos santos, Wahab era particularmente intolerante às práticas e crenças místicas associadas ao sufismo. O misticismo islâmico assume muitas formas, dos ascetas mendicantes aos famosos dervixes rodopiantes. Os sufis utilizam uma ampla gama de técnicas, desde o jejum, o canto e a dança até a autoimolação, para alcançar o êxtase da união mística com o Criador. Organizado em ordens que convocavam sessões regulares de oração, o sufismo era uma parte fundamental da vida religiosa e social otomana. Algumas ordens construía belas pousadas e atraía as elites da sociedade, enquanto outras pediam a abstinência completa e o abandono dos bens materiais. Certos ofícios e profissões estavam ligados a determinadas ordens sufis. É difícil pensar em uma instituição religiosa mais intimamente ligada à sociedade otomana. No entanto, os wahabitas acreditavam que todos aquelas que se dedicavam ao sufismo eram politeístas por aspirarem à união mística com o Criador. Era uma acusação muito séria.

Ao definir grande parte do islã otomano como politeísta, os wahabitas se colocaram em rota de colisão com o império. Embora o islã ortodoxo decreta a tolerância a outras religiões monoteístas, como o judaísmo e o cristianismo, é absolutamente intolerante ao politeísmo ou à crença em vários deuses. De fato, todos os bons muçulmanos têm o dever de persuadir os politeístas do erro de seus caminhos e convertê-los ao verdadeiro caminho do islã. Na impossibilidade disto, devem se entregar à jihad, isto é, à tarefa de combater e eliminar o politeísmo. Ao caracterizar práticas tradicionais como o sufismo e a veneração dos

santos como politeístas, o wahabismo representou um desafio direto à legitimidade religiosa do Império Otomano.

Para o governo em Istambul, foi fácil ignorar o wahabismo enquanto ele permaneceu restrito à região do Najd, na Arábia Central, além das fronteiras otomanas. Entre 1744 e a morte de Muhammad ibn Saud em 1765, a expansão do movimento wahabita se limitou às cidades-oásis do centro do Najd. Não foi até o final da década de 1780 que o wahabismo atingiu as fronteiras otomanas no sul do Iraque e no Hejaz.

Na década de 1790, os otomanos notaram essa nova ameaça às suas províncias árabes e instaram seu governador em Bagdá a agir. O paxá de Bagdá retardou enquanto pôde o envio de tropas para o terreno hostil da península Arábica. Foi apenas em 1798 que ele finalmente reuniu um exército de 10 mil homens para combater os adeptos do wahabismo. As forças otomanas não se saíram bem no território wahabita; logo foram cercadas e forçadas a negociar uma trégua com Saud ibn Abd al-Aziz, o comandante saudita. Ao concordar com a trégua, os wahabitas não prometeram respeitar as cidades e aldeias do Iraque otomano no futuro. O paxá de Bagdá tinha sérios motivos para se preocupar.

Os wahabitas lançaram sua cruzada em território otomano pela primeira vez em 1802, quando atacaram a cidade-santuário de Karbala, no sul do Iraque. Karbala ocupa uma posição especial no islamismo xiita, pois foi ali que Hussein ibn Ali, neto do profeta Maomé, foi morto pelas forças do califa omíada em 680 d.C. O martirizado Hussein é venerado como o terceiro dos doze líderes infalíveis, ou imãs, do islamismo xiita, e a mesquita construída no local de sua tumba possuía ricos adornos, entre os quais uma cúpula dourada. Milhares de peregrinos vinham a cada ano colocar presentes preciosos no túmulo do

imã e empreender atos de devoção em sua homenagem — exatamente o tipo de veneração que os wahabitas consideravam abominável.

O ataque wahabita em Karbala foi assustadoramente brutal. O cronista Ibn Bishr dá uma descrição contemporânea da carnificina:

Os muçulmanos [isto é, wahabitas] cercaram Karbala e a tomaram de assalto. Mataram a maioria das pessoas nos mercados e casas. Destruíram a cúpula sobre o túmulo de Hussein. Levaram tudo que encontraram no mausoléu e perto dele, inclusive a colcha decorada com esmeraldas, safiras e pérolas que cobria o túmulo. Eles levaram tudo que encontraram na cidade — bens, armas, roupas, tecidos, ouro, prata e livros preciosos. Não é possível contar os despojos. Eles permaneceram na cidade apenas uma manhã e saíram depois do meio-dia, levando consigo suas novas posses. Quase 2 mil pessoas foram mortas.²⁴

O massacre, a profanação do túmulo e da mesquita de Hussein e a pilhagem da cidade estabeleceram a reputação violenta dos wahabitas na opinião pública árabe. A brutalidade do ataque e a morte de tantos homens, mulheres e crianças desarmados em um local de culto provocaram repulsa generalizada em todo o mundo otomano. Os moradores de cidades e aldeias no sul do Iraque, no leste da Síria e no Hejaz se voltaram para o governo em Istambul para protegê-los dessa grave ameaça.

Os otomanos tiveram grande dificuldade para enfrentar o desafio wahabita. O movimento reformista estava baseado na Arábia Central e em algumas das mais remotas províncias árabes do Império Otomano. As tropas imperiais precisariam marchar durante meses a partir da Anatólia para alcançar as fronteiras do Najd. E, como o governador de Bagdá já havia descoberto, era muito difícil combater os wahabitas em seu próprio terreno. O mero suprimento de água e comida a um grande

exército já representava um enorme desafio em um ambiente tão hostil. O governo otomano se viu impotente para conter a ameaça.

Em seguida, os wahabitas atingiram o próprio cerne da legitimidade otomana, atacando as cidades sagradas do islã — Meca e Medina. Em março de 1803, o comandante saudita Saud ibn Abd Aziz avançou no Hejaz; em abril, entrou na cidade de Meca. Seu exército não encontrou resistência e prometeu que não haveria violência. Eles primeiro explicaram suas crenças aos moradores de Meca e depois impuseram suas novas leis: roupas de seda e tabagismo foram proibidos, santuários destruídos, cúpulas nos edifícios derrubadas. Depois de alguns meses nas cidades sagradas, os wahabitas se retiraram para o Najd. Somente em 1806 decidiram retirar o Hejaz dos domínios otomanos e anexar a província ao seu Estado em rápida expansão.

Com o controle de Meca e Medina pelos wahabitas, os peregrinos do Império Otomano não eram mais admitidos nas cidades sagradas para realizar seu dever religioso de peregrinação. As duas caravanas oficiais de peregrinação otomana — tanto a de Damasco quanto a do Cairo — costumavam ser acompanhadas por um *mahmal*, isto é, uma liteira ricamente decorada, carregada por um camelo. O *mahmal* continha um cobertor destinado a ser estendido sobre o santuário onde se encontra a sagrada pedra negra conhecida como a Caaba, no centro da mesquita em Meca, assim como cópias do Alcorão e outros ricos tesouros. O *mahmal* era cercado por músicos que tocavam tambores e faziam soar suas trompas. O uso da música, a decoração do templo de Caaba e a associação de opulência e culto ofendiam as restrições wahabitas, e eles se recusaram a admitir o *mahmal* em Meca, rompendo com séculos de veneração muçulmana sunita no santuário mais sagrado da cidade.

Um dos oficiais que acompanharam a caravana egípcia em 1806 relatou suas experiências com os wahabitas ao cronista Jabarti:

Apontando para o *mahmal*, o wahabita perguntou [ao oficial]: “Que oferendas são essas que vocês trazem e guardam com tanta veneração?”.

Ele respondeu: “É um costume que tem sido observado desde os tempos antigos. Trata-se de um emblema e de um sinal para os peregrinos se reunirem”.

O wahabita disse: “Não faça isso, não o traga mais. Se alguma vez o trouxer de novo, vou quebrá-lo”.²⁵

Em 1807, uma caravana síria sem *mahmal* e músicos tentou entrar em Meca e mesmo assim teve o acesso negado. Com ou sem o *mahmal*, os wahabitas acreditavam que os muçulmanos otomanos não eram melhores que os politeístas e lhes negavam a entrada nos lugares mais sagrados do islã.

O mais importante dos títulos imperiais do sultão enfatizava seu papel como defensor da fé e protetor das cidades sagradas do Hejaz. A anexação da cidade pelos wahabitas e a proibição das caravanas de peregrinação otomanas desafiaram os poderes temporais da Sublime Porta no que diziam respeito à proteção de seus territórios, bem como a legitimidade religiosa do sultão como o guardião das cidades mais sagradas do islã. A gravidade dessa ameaça não poderia ser maior. Os otomanos não sobreviveriam se não respondessem a esse desafio e reafirmassem sua autoridade.

EMBORA TENHAM SE APRESSADO a desqualificar os wahabitas como beduínos selvagens do deserto, os otomanos sabiam que seria difícil derrotar o movimento. Como as guerras modernas no Kuwait e no

Iraque mostraram, as grandes potências enfrentam enormes desafios logísticos para sustentar guerras na Arábia. Os otomanos seriam obrigados a enviar suas tropas em navios e a marchar por grandes distâncias terrestres, sob um calor terrível, com longas e vulneráveis linhas de suprimento. Seriam forçados também a lutar no terreno dos wahabitas, fanáticos religiosos convencidos de que estavam executando a obra de Alá. E sempre haveria o risco de os soldados otomanos se mostrarem receptivos à mensagem poderosa dos wahabitas e passarem para o outro lado.

Era impensável enviar uma força armada de Istambul para o Hejaz. Os otomanos não dispunham dos recursos financeiros e militares para tal empreendimento. Em vez disso, fizeram repetidas exigências a seus governadores provinciais em Bagdá, Damasco e Cairo. O governador de Bagdá estava lutando contra os contínuos ataques wahabitas em suas províncias do sul e ainda não conseguira repelir os invasores. O governador curdo em Damasco, Kanj Yusuf Paxá, prometeu a Istambul reabrir a rota da peregrinação, mas não possuía os recursos para empreender tal campanha. Como o cronista sírio Mikhayil Mishaqa observou, Kanj Yusuf Paxá “não podia enviar soldados suficientes nem fornecer munição suficiente para expulsar os wahabitas do Hejaz, que ficava a quarenta dias de marcha de Damasco, através de areias ardentes, sem comida ou água ao longo do caminho para suas tropas e animais”.²⁶

HAVIA APENAS UMA PESSOA QUE, além da capacidade para mobilizar as forças necessárias, tinha demonstrado habilidade suficiente para derrotar os wahabitas e devolver o Hejaz ao Império Otomano. Desde 1805, o Egito era governado por um homem de extraordinária capacidade. No entanto, o talento e a ambição que o recomendavam para enfrentar o

desafio wahabita logo se voltariam contra o Estado otomano. Com efeito, Muhammad Ali acabou por confirmar uma tendência perigosa, de líderes provinciais desafiando o domínio de Istambul nas províncias árabes. Ele se mostrou forte o bastante para ameaçar a derrubada da própria dinastia otomana.

3. O Império Egípcio de Muhammad Ali

EM JUNHO DE 1798, navios britânicos apareceram sem aviso prévio na costa do Egito. Um destacamento de desembarque remou para terra firme e foi recebido pelo governador e os notáveis do que era então a modesta cidade portuária de Alexandria. Os britânicos alertaram sobre uma iminente invasão francesa e ofereceram ajuda. O governador ficou indignado: “Esta é a terra do sultão. Nem os franceses nem ninguém tem acesso a ela. Deixem-nos em paz!”.¹ A mera sugestão de que uma nação inferior como a França pudesse representar uma ameaça aos domínios otomanos, ou de que os súditos otomanos precisassem recorrer a outra nação inferior como a Grã-Bretanha em busca de assistência, claramente ofendia os notáveis de Alexandria. Os ingleses voltaram para os seus navios e se retiraram. Ninguém deu a menor importância ao assunto — naquele momento.

O povo de Alexandria acordou na manhã de 1º de julho de 1798 com o porto tomado por combatentes e suas praias invadidas. Napoleão Bonaparte havia chegado à frente de uma força de invasão maciça, o primeiro exército europeu a pisar no Oriente Médio desde as cruzadas. Superados em número e em armas, os defensores de Alexandria se renderam em questão de horas. Os franceses garantiram sua posição e partiram para o Cairo.

Os cavaleiros mamelucos enfrentaram o exército francês na periferia sul da cidade. No que parecia ser uma reprodução da batalha de 1516 contra os otomanos em Marj Dabiq, os galantes mamelucos

desembainharam suas espadas e se lançaram ao ataque contra os invasores. Mas nem sequer chegaram perto do corpo a corpo. Os franceses, movendo-se em formações estreitas, com fileiras e mais fileiras de soldados de infantaria, sustentaram uma fuzilaria tão intensa que em pouco tempo dizimaram a cavalaria mameluca. “O ar escureceu com pólvora, fumaça e poeira trazidas pelo vento”, registrou um cronista egípcio.² O tiroteio ininterrupto foi ensurdecador. Para as pessoas, parecia que a Terra estava tremendo e o céu estava caindo. Segundo testemunhas, o combate terminou em 45 minutos. O pânico varreu as ruas enquanto o exército de Napoleão ocupava a indefesa cidade do Cairo.

Nos três anos seguintes, o povo do Egito se viu diante dos costumes e maneiras dos franceses, das ideias do Iluminismo e da tecnologia da Revolução Industrial. Napoleão pretendia estabelecer na região uma presença permanente, o que implicava angariar a simpatia do povo e convencê-lo dos benefícios do domínio francês. Não se tratava apenas de uma questão militar. Acompanhando a infantaria francesa havia um pequeno exército de 67 *savants*, ou eruditos, que encarregados da dupla missão de estudar o Egito e impressionar os egípcios com a superioridade de sua civilização. Com uma pitada das ideias liberais da Revolução Francesa, a ocupação do Egito foi a “missão civilizadora” da França.

Uma testemunha ocular crucial para a ocupação foi Abd Rahman Jabarti (1754-1824), um intelectual e teólogo com acesso aos mais altos escalões tanto da sociedade francesa quanto egípcia. Jabarti escreveu extensivamente sobre a ocupação dos europeus, detalhando o encontro egípcio com os franceses, suas ideias revolucionárias e sua surpreendente tecnologia.

O abismo que separava o pensamento revolucionário francês dos valores muçulmanos egípcios era intransponível. Os valores do Iluminismo que os franceses consideravam universais eram profundamente ofensivos para muitos egípcios, tanto na sua condição de súditos otomanos como de muçulmanos praticantes. Esse abismo na maneira de ver o mundo ficou aparente desde a primeira proclamação de Napoleão ao povo do Egito, quando ele afirmou “que todos os homens são iguais perante Deus; que apenas a sabedoria, os talentos e as virtudes os tornam diferentes uns dos outros”.

Longe de inculcar em seus corações uma ideia de libertação, o pronunciamento de Napoleão provocou um desalento profundo. Jabarti escreveu uma refutação linha a linha da proclamação, rejeitando a maioria dos valores “universais” que o imperador francês alardeava. Ele recusava a afirmação de Napoleão de que todos os homens eram iguais como “uma mentira e uma estupidez”, e concluía: “Pode-se ver que eles são materialistas, que negam todos os atributos divinos. O credo que seguem consiste em tornar suprema a razão humana e o que as pessoas aprovarão de acordo com os seus caprichos”.³ As declarações de Jabarti refletiam as crenças da maioria muçulmana do Egito, que rejeitava o exercício da razão humana sobre a revelação da religião.

Se não conseguiram conquistar a simpatia dos egípcios para as ideias do Iluminismo, os franceses tinham confiança de que sua tecnologia impressionaria os nativos. Os eruditos de Napoleão haviam levado uma grande quantidade de artimanhas para o Egito. Em novembro de 1798, os franceses organizaram o lançamento de um balão Montgolfier de ar quente. Colocaram anúncios por todo o Cairo convidando as pessoas da cidade para testemunhar a maravilha do voo. Al Jabarti ouvira afirmações incríveis dos franceses sobre sua aeronave. Eles diziam “que

as pessoas se sentariam ali e viajariam para países distantes para coletar informações e enviar mensagens”. Foi então ver a demonstração com seus próprios olhos.

Olhando para o balão desinflado na plataforma, decorado com o vermelho, o branco e o azul da bandeira francesa, Jabarti estava cético. Os franceses acenderam então o pavio do Montgolfier, enchendo o balão com ar quente até ele decolar. A multidão sobressaltou-se, e os franceses regozijaram-se com a reação. Tudo parecia estar indo bem até que o pavio se apagou. Sem uma fonte de ar quente, o Montgolfier entrou em colapso e desabou. O impacto do balão restaurou o desprezo do público do Cairo pela tecnologia francesa. Jabarti escreveu com desdém: “Ficou claro que era como as pipas que os servos confeccionam para celebrar feriados e casamentos”.⁴ Os nativos não ficaram impressionados.

OS FRANCESES NÃO CONSEGUIRAM perceber como os egípcios eram orgulhosos e como se sentiram humilhados pela experiência da ocupação estrangeira. As proclamações de Napoleão parecem clamar pela gratidão dos egípcios, mas poucos muçulmanos aprovariam os franceses ou suas instituições — pelo menos não na sua frente. O experimento químico levado a cabo por Bertholet (1748-1822) foi um bom exemplo disso.

Jabarti, que frequentava regularmente o Instituto Francês no Cairo, estava mais uma vez presente. Ele escreveu de maneira aberta sobre seu espanto com as proezas de química e física que testemunhou. “Uma das coisas mais estranhas que vi no [Instituto] foi a seguinte”, escreveu:

Um de seus assistentes pegou uma garrafa cheia de um líquido destilado e despejou um pouco do conteúdo em um copo. Então derramou no copo um líquido tirado de outra garrafa. Os dois líquidos começaram a ferver e a soltar uma fumaça colorida. Ao final, a ebulição cessou e o conteúdo da xícara surgiu seco e convertido em uma pedra amarela. Ele a virou na bancada. Era uma pedra seca que pegamos em nossas mãos e examinamos.

Essa transformação de líquidos em sólidos foi seguida por demonstrações das propriedades inflamáveis dos gases e da volatilidade do sódio puro, que, quando atingido “suavemente com um martelo”, produzia “um ruído aterrorizante, como o som de uma carabina”. Jabarti ficou aborrecido ao observar a diversão dos eruditos com o susto que ele e seus compatriotas egípcios levaram com o estrondo.

A *pièce de resistance* foi uma demonstração das propriedades da eletricidade usando garrafas de Leyden, desenvolvidas pela primeira vez como geradores eletrostáticos em 1746.

Se uma pessoa segurasse suas conexões com uma das mãos [...] e com a outra tocasse a ponta do vidro giratório [...] seu corpo começaria a tremer da cabeça aos pés. Os ossos do ombro chacoalhariam e os antebraços vibrariam imediatamente. Qualquer um que tocasse a pessoa em contato com o copo, ou as suas roupas, ou qualquer coisa ligada a ela, experimentaria a mesma coisa — mesmo que fossem mil pessoas ou mais.

Sem dúvida os egípcios ficaram muito impressionados com o que viram. No entanto, fizeram o possível para não demonstrar seu espanto. Um auxiliar de Napoleão que presenciou a demonstração química escreveu mais tarde que “os milagres da transformação de fluidos, choques elétricos e experimentos de galvanismo não lhes causaram surpresa alguma”. Ao final da demonstração, ele afirmou que um dos intelectuais muçulmanos fez uma pergunta através de um intérprete.

“Tudo isso é muito interessante, mas vocês são capazes de fazer com que eu esteja aqui e no Marrocos ao mesmo tempo?” Bertholet respondeu com um dar de ombros. “Ah, bem”, disse o xeque, “ele afinal não é um feiticeiro assim tão bom.”⁵ Jabarti, refletindo sobre a demonstração na privacidade de seu estúdio, desculpou-se por discordar: “Eles tinham coisas estranhas ali [no Instituto], dispositivos e aparelhos que alcançam resultados que nossas mentes são incapazes de compreender”.⁶

AS VERDADEIRAS RAZÕES PARA a invasão de Napoleão ao Egito em 1798 foram geoestratégicas, não culturais. O principal rival da França na segunda metade do século XVIII era a Grã-Bretanha. As duas potências marítimas europeias disputavam ascendência em vários terrenos, incluindo as Américas, o Caribe, a África e a Índia. Empresas comerciais britânicas e francesas haviam travado um amargo embate pela supremacia na Índia, que só foi resolvido na Guerra dos Sete Anos (1756-63), quando os ingleses derrotaram os franceses e asseguraram sua hegemonia sobre o subcontinente. A França nunca se conformou com suas perdas na Índia.

Com a eclosão das guerras revolucionárias francesas em 1792, Grã-Bretanha e França retomaram suas hostilidades. Napoleão, procurando maneiras de ferir os interesses britânicos, voltou-se para a Índia. Ao capturar o Egito, ele esperava dominar o Mediterrâneo Oriental e fechar a estratégica rota comercial para a Índia, que começava no Mediterrâneo, passando pelo mar Vermelho até chegar ao oceano Índico. Os britânicos sabiam que Napoleão estava reunindo uma grande força expedicionária em Toulon e suspeitaram de um ataque contra o

Egito. O almirante Horatio Nelson foi encarregado então de uma poderosa esquadra para interceptar a frota francesa. Na verdade, eles chegaram antes ao Egito, onde tiveram seu breve e desanimador encontro com o governador de Alexandria. Nelson então retirou seus navios e saiu à procura de Napoleão em algum outro ponto do Mediterrâneo Oriental.

Mas os franceses conseguiram iludir a marinha britânica, e o exército de Napoleão conquistou rapidamente o Egito. A esquadra de Nelson, porém, alcançou a frota francesa um mês depois e conseguiu afundar ou capturar todas as suas embarcações, com exceção de dois navios, na Batalha do Nilo, em 1º de agosto. O navio capitânia de Napoleão, o *Orient*, foi incendiado durante o combate e explodiu em uma bola de fogo espetacular que iluminou o céu noturno. Os franceses perderam mais de 1700 homens.

A vitória britânica sobre a frota francesa condenou a expedição napoleônica ao fracasso. O exército francês de 20 mil homens estava agora cerceado no Egito sem nenhuma linha de comunicação com a França. A derrota desferiu um golpe terrível no moral das tropas francesas. Seu senso de isolamento foi agravado quando Napoleão abandonou o exército sem aviso prévio em agosto de 1799 para retornar à França, onde tomou o poder em novembro do mesmo ano.

Após a fuga de Napoleão, o exército francês no Egito não tinha mais um objetivo. O sucessor de Napoleão entrou em negociações com os otomanos para uma completa evacuação francesa do região. Eles logo chegaram a um acordo, em janeiro de 1800, mas foram frustrados pelos britânicos, que não desejavam ver um exército francês grande e experimentado se juntar às legiões de Napoleão para combater os britânicos em outras frentes. Em 1801, o Parlamento britânico autorizou

uma expedição militar para garantir a rendição francesa no Egito. A expedição chegou a Alexandria em março de 1801 e combinou forças com os otomanos em um movimento de pinça no Cairo. Em junho, a cidade foi entregue pelos franceses; em agosto, foi a vez de Alexandria. Eles então embarcaram em navios britânicos e otomanos e foram transportados de volta para a França, encerrando todo o lamentável episódio.

A OCUPAÇÃO FRANCESA DO EGITO durou apenas três anos. Do ponto de vista da experiência humana, foi um momento fascinante, em que egípcios e franceses descobriram pontos para admirar e condenar na cultura um do outro. Ambos os lados saíram feridos do encontro. Os franceses que se retiraram do Cairo no verão de 1801, expulsos por uma força anglo-otomana, não eram mais os agentes autoconfiantes de uma nova ordem revolucionária. Pelo contrário, suas fileiras haviam sido reduzidas pela guerra e pelas doenças e seu moral estava baixo depois de anos sem um único momento de alívio. Muitos franceses haviam se convertido ao islã e se casado com egípcias — o que dificilmente poderia ser considerado um sinal de desdém em relação ao povo sob sua ocupação. Mas os egípcios também tiveram a confiança abalada pela experiência. Seu senso de superioridade havia sido perturbado pelo confronto com os franceses, suas ideias e tecnologia.

AO PARTIR, OS FRANCESES DEIXARAM um vácuo de poder no Egito. Sua ocupação durante três anos havia quebrado a base de poder dos mamelucos no Cairo e no Baixo Egito. Os otomanos desejavam a todo

custo impedir o restabelecimento das famílias mamelucas — na ausência dos franceses, elas tinham agora uma excelente oportunidade para reafirmar sua autoridade sobre a província rebelde. Os britânicos temiam que Napoleão tentasse reconquistar o Egito e estavam determinados a deixar uma força dissuasiva no local. Eles confiavam mais nos mamelucos do que nos otomanos para defender o Egito de futuros ataques franceses, e trabalharam para reabilitar os mamelucos mais poderosos. Pressionaram os otomanos a perdoar os principais beis mamelucos, que começaram então a restabelecer suas casas e reconstruir sua influência. Os otomanos, contra a própria vontade, atenderam aos desejos britânicos.

Assim que a força expedicionária britânica partiu, em 1803, os otomanos voltaram a aplicar no Egito as soluções que atendiam melhor aos seus interesses. O governador do Cairo foi instruído a eliminar os beis mamelucos e se apropriar de sua riqueza para fortalecer o Tesouro.⁷ Os mamelucos, porém, haviam recuperado parte de sua antiga força, o suficiente para resistir aos ataques. O que se seguiu foi uma amarga disputa de poder entre otomanos e mamelucos que prolongou a miséria dos civis, já cansados de tantos anos de guerra no Cairo. Um comandante otomano emergiu do caos para dominar o conflito com os mamelucos e angariar apoio entre a população em sua tentativa de governar o Egito. Na verdade, ele logo se tornaria uma das figuras mais influentes da história moderna do Egito. Seu nome era Muhammad Ali.

De etnia albanesa, nascido na cidade macedônica de Kavala, Muhammad Ali (1770-1849) chegou a comandar um poderoso e indomável contingente albanês de 6 mil homens do exército otomano no Egito. Entre 1803 e 1805, através de uma série de alianças sempre

cambiantes, aumentou seu poder pessoal às custas do governador otomano, dos comandantes de outros regimentos otomanos e dos principais beis mamelucos. Ele cortejou abertamente o apoio dos notáveis do Cairo, cada vez mais inquietos depois de cinco anos de instabilidade política e econômica, primeiro sob os franceses e agora sob os otomanos. Em 1805, o comandante do destacamento albanês acumulara poder suficiente para decidir quem deveria ocupar o trono do Cairo. Mas aspirava a ocupá-lo ele mesmo.

As atividades de Muhammad Ali não passaram despercebidas às autoridades otomanas. O comandante dos albaneses era visto como um criador de problemas, mas possuía talento e ambição que poderiam ser úteis ao império. A situação na Arábia permanecia crítica. Os wahabitas haviam atacado o território otomano no Iraque em 1802 e assumido o controle de Meca em 1803. Os reformistas islâmicos agora impunham condições às caravanas otomanas do Cairo e de Damasco e ameaçavam proibir seu ingresso nas cidades sagradas de Meca e Medina (o que de fato aconteceu após 1806). Isso era intolerável para o sultão, que, por seu título imperial, reivindicava ser o guardião das cidades mais sagradas do islã. Quando os notáveis do Cairo pediram a Istambul que nomeasse Muhammad Ali como governador do Egito em 1805, o governo decidiu nomeá-lo governador da província árabe do Hejaz e confiar-lhe a perigosa missão de esmagar o movimento wahabita.

Como governador designado do Hejaz, Muhammad Ali foi promovido ao posto de paxá, o que o tornou elegível para servir como governador em qualquer província otomana. Ele aceitou a nomeação apenas pelo título; não mostrou nenhum interesse em se mudar para a província do mar Vermelho a fim de assumir seu novo cargo. Em vez disso, conspirou com seus aliados entre os notáveis civis caiotas para

pressionar os otomanos a nomearem-no governador do Egito. Os notáveis acreditavam que Muhammad Ali e seus soldados albaneses poderiam impor ordem ao Cairo, mas se iludiram ao acreditar que ele se sentiria em dívida por seu apoio e que os compensaria permitindo que exercessem influência sobre ele. Eles esperavam diminuir a carga tributária do governo sobre os comerciantes e artesãos caiotas, revitalizando a economia da província em seu benefício. Mas Muhammad Ali tinha outros planos.

Em maio de 1805, os habitantes do Cairo levantaram-se em protesto contra Khurshid Ahmad Paxá, o governador otomano. As pessoas comuns da cidade haviam chegado ao seu limite após anos de instabilidade, violência, sobrecarga e injustiça. Fecharam suas lojas e exigiram que os otomanos nomeassem um governador de sua escolha. Jabarti, que viveu esses tempos conturbados, descreve grandes manifestações lideradas por xeques usando turbantes nas mesquitas do Cairo, onde jovens entoavam slogans contra o tirânico paxá e a injustiça otomana. A turba seguiu até a casa de Muhammad Ali.

“E quem vocês querem que seja o governador?”, perguntou Muhammad Ali.

“O senhor é o único que aceitaremos”, responderam as pessoas. “Queremos que seja o nosso governador sob as nossas condições, pois sabemos que é um homem bom e justo.”

Muhammad Ali recusou modestamente a oferta. A multidão insistiu. Em uma demonstração de relutância, o astuto albanês se deixou persuadir. Os principais notáveis trouxeram-lhe então um manto e uma veste ritual em uma improvisada cerimônia de investidura. Foi um evento sem precedentes: o povo do Cairo havia imposto sua própria escolha de governador ao Império Otomano.

O governador em exercício, Khurshid Ahmad Paxá, não se deixou impressionar. “Fui designado pelo sultão e não serei removido por camponeses”, retrucou. “Deixarei a Cidadela apenas sob as ordens do governo imperial.”⁸ Os civis do Cairo sitiaram o governador deposto por mais de um mês, até que, em 18 de junho de 1805, chegaram ordens de Istambul confirmando a escolha feita pelo povo. Muhammad Ali era agora o senhor do Egito.

UMA COISA ERA SER NOMEADO governador do Egito — dezenas de homens haviam ostentado esse título desde a conquista otomana do território, em 1517 — e outra completamente diferente era governar o Egito. Muhammad Ali Paxá estabeleceu seu domínio sobre a província como ninguém antes ou depois. Ele conseguiu monopolizar a riqueza do Egito e usou as receitas obtidas por meio dos impostos para estabelecer um exército poderoso e um Estado burocrático. Usou o exército para expandir o território sob seu comando e tornou o país o centro de um império por direito próprio. Mas, diferente de Ali Bei Kabir, que sonhara em reconstruir o Império Mameluco, Muhammad Ali era um otomano e buscava dominar o Império Otomano.

Muhammad Ali era também um inovador e procurou colocar o Egito no caminho das reformas, recorrendo a ideias e tecnologias europeias como fariam mais tarde os próprios otomanos. Ele criou o primeiro exército camponês de massas no Oriente Médio. Empreendeu um dos primeiros programas de industrialização fora da Europa, aplicando a tecnologia da Revolução Industrial para produzir armas e têxteis para seu exército. Despachou missões educacionais para capitais europeias e criou um centro de tradução para publicar livros europeus e manuais técnicos em edições árabes. Ele apreciava ter relações diretas com as

grandes potências da Europa, que o tratavam mais como um soberano independente do que como um vice-rei do sultão otomano. Ao final de seu reinado, Muhammad Ali conseguira estabelecer o governo hereditário de sua família sobre o Egito e o Sudão. Sua dinastia governaria o Egito até que a revolução de 1952 derrubasse a monarquia.

EMBORA TIVESSE TRANSFERIDO a nomeação de Muhammad Ali do governo do Hejaz para o do Cairo, a Sublime Porta ainda esperava que o comandante albanês liderasse uma campanha contra os wahabitas para restaurar a autoridade otomana na Arábia. O novo governador encontrou muitas desculpas para ignorar os comandos de Istambul. Ele chegara ao poder através da desordem e sabia que cairia a menos que seguisse de perto o povo do Cairo e os soldados otomanos.

Os soldados albaneses de Muhammad Ali lhe proporcionaram uma base de poder independente para ajudá-lo a alcançar a supremacia no Cairo pela força. As casas mamelucas fragmentadas foram o seu primeiro alvo, e ele as perseguiu até o Alto Egito. Tais campanhas logo se mostraram dispendiosas, no entanto, e o paxá percebeu que eram necessários mais do que soldados para controlar o Egito. Ele também precisava de dinheiro. A agricultura era a principal fonte de receitas da província. No entanto, um quinto das terras agrícolas do Egito era destinado ao apoio às instituições islâmicas, enquanto os quatro quintos restantes se encontravam nas mãos das casas aristocráticas mamelucas e de outros grandes proprietários de terras, que as exploravam em regime de arrendamento, que pouco benefício trazia para o Tesouro do Cairo. Para controlar as receitas do Egito, Muhammad Ali teria que controlar suas terras.

Ao colocar a terra sob um sistema de tributação direta, Muhammad Ali obteve os recursos necessários para impor seu controle sobre o Egito. No processo, minou a base financeira de seus adversários mamelucos e de seus partidários entre os notáveis do Cairo. Os eruditos religiosos foram despojados de suas receitas autônomas e as elites fundiárias se viram dependentes do governador que esperavam controlar. Ao todo, foram necessários seis anos para que Muhammad Ali consolidasse sua posição no Egito antes de finalmente aceitar a comissão do sultão para conduzir uma campanha contra os wahabitas na Arábia.

EM MARÇO DE 1811, Muhammad Ali enviou seu filho Tussun Paxá para liderar a operação militar contra os wahabitas. Esse seria o primeiro empreendimento de Muhammad Ali além das fronteiras do Egito. Antes de enviar uma grande parte de seu exército para o exterior, ele queria garantir a paz e a estabilidade na região. Organizou uma cerimônia de investidura para Tussun e convidou todas as principais figuras do Cairo — incluindo os mais poderosos mamelucos. Os beis viram o convite como um gesto de conciliação após vários anos de hostilidades com o governo de Muhammad Ali. Claramente, raciocinaram, o governador acharia mais fácil governar com o apoio mameluco do que continuar lutando contra eles. Quase todos aceitaram o convite e foram à Cidadela do Cairo, vestidos com suas roupas finas, para participar da cerimônia. Se ainda houvesse qualquer receio entre alguns, o fato de quase todos os principais mamelucos estarem presentes deve ter lhes dado uma sensação de segurança. Além disso, que tipo de homem violaria as leis da hospitalidade cometendo traição contra seus convidados?

Após a cerimônia de posse, os mamelucos desfilaram em procissão formal pela Cidadela. Enquanto seguiam por um de seus corredores, os

portões se fecharam de repente. Antes que os confusos beis percebessem o que estava acontecendo, soldados surgiram nos muros acima deles e abriram fogo. Depois de anos de luta, eles haviam acabado por odiar os mamelucos e continuaram seu trabalho com prazer, saltando dos muros para acabar com os beis. “Os soldados se tornaram incontroláveis, e não só massacraram os emires como roubaram as suas roupas”, registrou Jabarti. “Mostrando todo o seu ódio, eles não pouparam ninguém.” Mataram não só os mamelucos como figurantes que os beis haviam vestido para acompanhar a procissão — a maioria dos quais era de cidadãos comuns do Cairo. “Essas pessoas gritavam e pediam ajuda. Algumas diziam: ‘Não sou soldado nem mameluco’. Ou: ‘Não sou um deles’. Os soldados, no entanto, não deram atenção aos gritos e clamores.”⁹

Em seguida, as tropas de Muhammad Ali adentraram a cidade em fúria. Arrastavam qualquer suspeito de ser mameluco e os levavam de volta à Cidadela, onde eram decapitados. Em seu relatório a Istambul, Muhammad Ali afirmou que 24 beis e quarenta de seus comparsas haviam sido mortos, despachando suas cabeças e orelhas como prova.¹⁰ O relato de Jabarti sugere que a violência foi muito mais extensa.

O massacre na Cidadela foi o golpe final aos mamelucos do Cairo. Eles haviam sobrevivido à conquista de Selim, o Severo, e à invasão de Napoleão, mas depois de quase seis séculos no Cairo foram praticamente exterminados por Muhammad Ali. Os poucos sobreviventes permaneceram no Alto Egito, sabendo que o governador não se deteria diante de nada para assegurar seu poder e que lhes faltavam meios para desafiá-lo. Confiante de que já não enfrentava nenhum desafio doméstico ao seu governo, Muhammad Ali poderia

agora enviar seu exército para a Arábia a fim de obter a gratidão do sultão otomano.

A CAMPANHA CONTRA OS WAHABITAS se revelou um tremendo sorvedouro de recursos do Egito de Muhammad Ali. O campo de batalha ficava longe de casa, as linhas de comunicação e abastecimento eram longas e vulneráveis e Tussun Paxá foi forçado a combater em um ambiente hostil no terreno do inimigo. Em 1812, aproveitando-se de seu conhecimento superior da região, os wahabitas atraíram a força egípcia para um estreito desfiladeiro e infligiram uma grave derrota ao exército de 8 mil homens. Muitos dos desmoralizados comandantes albaneses abandonaram o campo de batalha e voltaram para o Cairo, deixando Tussun em desvantagem. Muhammad Ali enviou reforços para Jidá, e, no ano seguinte, Tussun conseguiu assegurar Meca e Medina. O governador do Egito acompanhou a caravana de peregrinação em 1813 e despachou as chaves da cidade santa para o sultão em Istambul como um sinal da restauração de sua soberania sobre o local de nascimento do islã. Essas vitórias cobraram um preço alto: a força egípcia perdera 8 mil homens e o Tesouro despendera a enorme soma de 170 mil bolsas (cerca de 6,7 milhões de dólares estadunidenses de 1820).¹¹ Os wahabitas também não haviam sido inteiramente derrotados; tinham apenas se retirado antes do avanço do exército egípcio e estavam destinados a retornar.

Os combates entre o exército egípcio de Tussun e a força wahabita comandada por Abdullah ibn Saud prosseguiram até que os dois lados concordaram com uma trégua em 1815. Tussun retornou ao Cairo, onde foi acometido pela peste, morrendo poucos dias depois de sua volta. Quando a notícia da morte de Tussun chegou à Arábia, Abdullah

ibn Saud quebrou sua trégua e atacou posições egípcias. Muhammad Ali nomeou o filho mais velho, Ibrahim, comandante em chefe das forças do Egito. Foi o início de uma brilhante carreira militar, pois Ibrahim Paxá emergiria como generalíssimo de Muhammad Ali.

Ibrahim Paxá assumiu seu cargo na Arábia no início de 1817 e prosseguiu em uma campanha implacável contra os wahabitas. Assegurou o controle egípcio sobre a província do Hejaz, no mar Vermelho, antes de forçar os wahabitas a voltar à região do Najd, na Arábia Central. Embora o Najd não fizesse parte do território otomano, Ibrahim Paxá estava determinado a eliminar a ameaça wahabita de uma vez por todas, e empurrou seus adversários de volta à sua capital, Diriyah. Durante seis meses os dois lados travaram uma terrível guerra de atrito. Os wahabitas, presos dentro das muralhas de Diriyah, foram lentamente privados de comida e água pelo cerco egípcio. As forças egípcias sofreram pesadas perdas por doenças e exposição ao calor letal do verão da Arábia, mas no final acabaram prevalecendo. Em setembro de 1818, os wahabitas se renderam, sabendo que enfrentariam a aniquilação total.

Por ordem de Muhammad Ali, as forças egípcias destruíram a cidade de Diriyah e enviaram todos os líderes do movimento wahabita como prisioneiros para o Cairo. Muhammad Ali sabia que havia merecido o favor do sultão Mahmud II ao suprimir um movimento que colocara em dúvida a própria legitimidade do sultanato otomano por mais de dezesseis anos. Além disso, vencera onde nenhum outro governador ou comandante otomano obtivera êxito, realizando uma campanha bem-sucedida na Arábia Central. Do Cairo, Abdullah ibn Saud e os líderes do Estado wahabita foram enviados a Istambul para enfrentar a justiça do sultão.

Mahmoud II (g. 1808-39) transformou a execução dos líderes wahabitas em um acontecimento de Estado. Convocou os principais funcionários do governo, assim como os embaixadores dos Estados estrangeiros e os mais destacados notáveis de seu império, para testemunhar a cerimônia no Palácio de Topkapi. Os três réus — o comandante militar, Abdullah ibn Saud, o primeiro-ministro e o líder espiritual do movimento wahabita — foram levados em correntes pesadas e julgados publicamente por seus crimes contra a religião e o Estado. O sultão concluiu as audiências condenando os três à morte. Abdullah ibn Saud foi decapitado em frente ao portão principal da Mesquita de Santa Sofia; o primeiro-ministro, diante da porta principal do palácio; e o líder espiritual, em um dos principais mercados da cidade. Seus corpos foram deixados em exposição por três dias, as cabeças enfiadas sob os braços, antes de serem jogados no mar.¹²

Com a expulsão dos franceses do Egito e a derrota do movimento wahabita, o sultão Mahmud II poderia ser desculpado por acreditar que o Império Otomano havia resistido aos mais sérios desafios à sua posição no mundo árabe. No entanto, o governador do Egito que obtivera a vitória na Arábia seria uma ameaça ainda mais grave ao seu poder. Enquanto os wahabitas haviam se limitado a atacar as franjas de seu império — franjas muito importantes por motivos espirituais, mas ainda assim apenas franjas —, Muhammad Ali representava um desafio ao próprio centro do Império Otomano e à dinastia governante.

EM RECONHECIMENTO AOS SERVIÇOS prestados por Ibrahim ao Estado otomano ao derrotar os wahabitas, o sultão Mahmud II promoveu o

filho de Muhammad Ali ao posto de paxá e o nomeou governador do Hejaz. Com isso, essa província no mar Vermelho se tornou a primeira adição ao império de Muhammad Ali. A partir de então, o Tesouro egípcio se beneficiaria das receitas alfandegárias do porto de Jidá, que, dada a sua importância no comércio do mar Vermelho e como porta de entrada para a peregrinação anual a Meca, eram bastante consideráveis.

Muhammad Ali consolidou substancialmente o domínio do Egito sobre o mar Vermelho em 1820, quando suas forças invadiram o Sudão. Ele esperava encontrar ali as míticas minas de ouro e assim enriquecer o Tesouro egípcio, ao mesmo tempo que buscava, na parte superior do Nilo, uma nova fonte de soldados escravos para seu exército. A campanha do Sudão foi marcada por grande brutalidade. Quando Ismail, outro filho de Muhammad Ali, foi morto pelo governante de Shindi, uma região no Nilo a norte de Cartum, a força expedicionária egípcia retaliou matando 30 mil habitantes locais. O mítico ouro nunca se materializou, e os sudaneses literalmente preferiram morrer a servir no exército de Muhammad Ali. Milhares de homens que haviam sido capturados para o serviço militar ficaram deprimidos ao serem tirados de suas casas, adoeceram e morreram nas longas marchas até os campos de treinamento no Egito: de 20 mil sudaneses escravizados entre 1820 e 1824, apenas 3 mil continuavam vivos em 1824.¹³ Os únicos ganhos reais para o Egito na campanha do Sudão (1820-2) foram comerciais e territoriais. Ao adicionar o Sudão ao império egípcio, Muhammad Ali duplicou a massa de terra sob seu controle e dominou o comércio do mar Vermelho. A hegemonia do Egito sobre o Sudão duraria 136 anos, até a independência sudanesa em 1956.

Muhammad Ali enfrentou uma severa restrição com a escassez de novos recrutas para o exército egípcio. Suas forças albanesas originais

havia sido dizimadas por guerras na Arábia e no Sudão e também por conta da idade. Na época da campanha do Sudão, os albaneses remanescentes do exército de Muhammad Ali já estavam no Egito havia vinte anos. Os otomanos haviam colocado um embargo à exportação de escravos militares do Cáucaso para o Egito em 1810, não só para impedir o renascimento dos mamelucos como para conter as ambições do próprio Muhammad Ali. Eles tampouco se mostravam dispostos a enviar soldados imperiais para o governador do Egito quando estes se faziam necessários nas frentes europeias. Sem poder contar com nenhuma fonte externa de novos soldados, Muhammad Ali foi forçado a usar sua própria população.

A ideia de um *exército nacional* — uma força conscrita composta por trabalhadores e camponeses do país — ainda era nova no mundo otomano. Os soldados eram vistos como uma casta marcial que deveria ser cooptada das fileiras de escravos. No decorrer dos séculos XVII e XVIII, a famosa infantaria otomana dos janízaros modificou seus processos de recrutamento à medida que o *devshirme* (“coleta de meninos”) caiu em desuso. Os soldados se casavam e matriculavam seus filhos nas fileiras dos janízaros. Mas a noção de uma casta militar diferenciada do resto da população persistiu. Os camponeses eram considerados demasiado passivos e desmotivados para o serviço militar.

Quando os otomanos começaram a perder guerras para os exércitos europeus no século XVIII, os sultões chegaram a duvidar da eficácia de sua própria infantaria. Convidaram oficiais aposentados da Prússia e da França para ir a Istambul a fim de introduzir em seus exércitos modernos métodos europeus de guerra, como formação de quadrado, ataques de baioneta e uso de artilharia móvel. Por volta do final do século XVIII, Selim III (g. 1780-1807) decidiu criar um novo exército

otomano integrado por recrutas camponeses da Anatólia vestidos com culotes de estilo europeu e comandados por oficiais ocidentais. Ele chamou essa nova força de *Nizam-i Cedid*, ou exército da “Nova Ordem” (seus soldados ficaram conhecidos como tropas nizamis).

Selim deslocou um regimento nizami de 4 mil homens para o Egito em 1801, quando Muhammad Ali teve a oportunidade de ver a disciplina do corpo em primeira mão. Como registrou um contemporâneo otomano, as tropas nizamis no Egito “combateram os infiéis bravamente, infligindo-lhes sucessivas derrotas; e nunca se viu nem se teve notícia da fuga de um único indivíduo sequer desse corpo”.¹⁴ No entanto, as forças nizamis eram uma ameaça mais imediata ao poderoso corpo de janízaros do que a qualquer exército europeu. Se os nizamis eram a “nova ordem”, os janízaros eram, por implicação, a “velha ordem”, e não aceitariam ser considerados supérfluos enquanto ainda tivessem o poder de proteger seus próprios interesses. Em 1807, eles se amotinaram, derrubaram Selim III e desmantelaram o exército nizami. Embora essa primeira tentativa otomana de organizar um exército nacional tenha fracassado, ainda assim proporcionou a Muhammad Ali um modelo viável a ser replicado no Egito.

O exército napoleônico lhe proporcionou um segundo modelo a considerar. A *levée en masse* francesa era um exército composto por uma massa de cidadãos que, quando liderados por comandantes competentes, haviam demonstrado capacidade de conquistar continentes. Muhammad Ali, no entanto, via o povo do Egito mais como súdito do que cidadão, e nunca tentou agitar suas tropas com palavras de ordem ideológicas, como faziam os comandantes revolucionários europeus. Ele decidiu recorrer a especialistas militares franceses para treinar seus recrutas, mas em todos os demais aspectos

optou por construir seu exército sob o modelo do *Nizam-i Cedid* otomano. Em 1822, contratou um veterano das guerras napoleônicas, o coronel Sèves — um francês convertido ao islã conhecido no Egito como Sulayman Agha —, para organizar e treinar um exército nizami formado inteiramente por recrutas camponeses. Em um ano, ele havia levantado uma força de 30 mil homens. Em meados da década de 1830, esse número chegaria a 130 mil.

O exército nizami egípcio não foi um sucesso imediato. Os camponeses temiam por suas colheitas e pelo bem-estar de suas famílias; seu forte apego a suas casas e aldeias fazia do serviço militar uma verdadeira provação. Eles evitavam o recrutamento fugindo das aldeias quando as equipes de alistamento se aproximavam. Outros se infligiam mutilações deliberadas, cortando um dedo ou arrancando um olho para ser dispensado por motivo de incapacidade. Regiões inteiras se revoltaram contra o recrutamento, e no Alto Egito cerca de 30 mil habitantes se rebelaram em 1824. Uma vez inscritos no serviço militar, muitos camponeses desertavam. Foi somente com o estabelecimento de punições pesadas que o governo de Muhammad Ali conseguiu forçar os camponeses do Egito a servir no exército. Diante de tamanha relutância, surpreende o sucesso obtido por essa força no campo de batalha. Ela foi testada pela primeira vez na Grécia.

Em 1821, eclodiu nas províncias gregas do Império Otomano uma revolta nacionalista. Ela foi iniciada por membros de uma sociedade secreta conhecida como Filiki Etairia, ou a “Sociedade dos Amigos”, estabelecida em 1814 com o objetivo de constituir um Estado grego e conquistar a independência da Grécia. Os gregos do Império Otomano eram uma comunidade distinta unida pela língua, pela fé cristã ortodoxa e por uma história compartilhada que abarcava desde o período clássico

até o império bizantino helênico. Sendo a primeira revolta abertamente nacionalista enfrentada pelo Império Otomano, a guerra contra os gregos representava um perigo de magnitude muito maior do que as rebeliões do século XVIII empreendidas por líderes locais. Nas revoltas anteriores, os movimentos eram motivados apenas pelas ambições de líderes individuais. A novidade do nacionalismo estava no fato de ser uma ideologia capaz de inspirar uma população inteira a se levantar contra os governantes otomanos.

A revolta irrompeu no sul da península do Peloponeso em março de 1821 e logo se espalhou para a Grécia central, a Macedônia, as ilhas do mar Egeu e Creta. Os otomanos se viram disputando batalhas campais em várias frentes ao mesmo tempo, e voltaram-se para Muhammad Ali em busca de auxílio. Em 1824, seu filho Ibrahim Paxá partiu para a península do Peloponeso à frente de um exército egípcio composto por 17 mil soldados de infantaria recém-treinados, setecentos cavaleiros e quatro baterias de artilharia. Como todos os soldados em questão eram camponeses nativos, é a primeira vez que podemos falar de um exército genuinamente *egípcio*.

Os egípcios foram extremamente bem-sucedidos na guerra contra os gregos, e o novo exército nizami provou sua coragem. Depois das vitórias em Creta e no Peloponeso, Ibrahim Paxá foi premiado com os governos dessas províncias, expandindo o império de Muhammad Ali do mar Vermelho para o Egeu. Um tanto ironicamente, quanto melhor o desempenho das forças egípcias no campo de batalha contra os gregos, mais preocupados ficavam o sultão otomano e o seu governo. Os egípcios estavam conseguindo sufocar rebeliões que haviam resistido aos otomanos e expandindo o território sob o controle do Cairo. Se

Muhammad Ali se rebelasse, não estava claro se os otomanos seriam capazes de resistir a suas tropas.

A vitória egípcia e o sofrimento grego também ocasionaram preocupação nas capitais europeias. A guerra grega capturou a imaginação das elites educadas na Grã-Bretanha e na França. À medida que as cidades do mundo clássico se transformavam em campos de batalha modernos, as sociedades filo-helênicas europeias clamavam que seus governos intervissem para proteger os gregos cristãos dos turcos e egípcios muçulmanos. O poeta Lord Byron chamou a atenção internacional para a causa grega quando navegou até Messolonghi em 1823 a fim de apoiar o movimento de independência. Sua morte, em abril de 1824 — de febre, não pelas mãos de soldados otomanos —, elevou-o ao status de mártir pela causa da independência grega. Apelos públicos para a intervenção europeia foram redobrados após a morte do poeta inglês.

Os governos britânico e francês eram suscetíveis à pressão do público, mas estavam mais preocupados com considerações geoestratégicas maiores. A França havia desenvolvido um relacionamento privilegiado com o Egito de Muhammad Ali. Este, por sua vez, se valera de conselheiros militares franceses para treinar seu exército, contratara engenheiros franceses para suprir suas necessidades industriais e executar obras públicas no Egito e enviara estudantes à França para receber formação avançada. Os franceses estavam empenhados em preservar seu relacionamento especial com o Egito como uma maneira de ampliar sua influência no Mediterrâneo Oriental. A expansão do poder egípcio para a Grécia, no entanto, representava um dilema para o governo em Paris. Não serviria aos interesses da França ver o Egito se tornar mais forte do que a própria França no Mediterrâneo Oriental.

A situação era mais clara para o governo britânico. Londres observava o avanço da influência de Paris sobre o Egito com preocupação cada vez maior. Desde a invasão por Napoleão, os britânicos haviam tentado impedir a França de dominar o Egito e a rota terrestre-marítima para a Índia. A Grã-Bretanha também havia sido sofrido com as guerras continentais da era napoleônica e temia que os esforços das grandes potências europeias para tentar consolidar sua posição no território otomano pudessem reacender o conflito entre elas. O governo britânico procurou, dessa forma, preservar a integridade territorial do Império Otomano a fim de preservar a paz na Europa. Havia ficado claro que os otomanos não eram capazes de reter a Grécia por conta própria, e os britânicos não desejavam ver o Egito estender seu poder aos Bálcãs às custas do Império Otomano. Assim, era melhor para os interesses britânicos ajudar os gregos a alcançar maior autonomia dentro do Império Otomano e assegurar a retirada das tropas otomanas e egípcias dos territórios disputados.

Muhammad Ali não tinha mais nada a ganhar com a campanha grega. A guerra havia provocado um enorme rombo no Tesouro egípcio. Seu novo exército nizami se espalhou por toda a Grécia. Os otomanos começaram a tratá-lo com crescente suspeita e estavam claramente fazendo o possível para esgotar seu exército e seus recursos. No verão de 1827, as potências europeias deixaram evidente sua oposição à presença do Egito na Grécia e montaram uma frota anglo-francesa para forçar uma retirada otomana e egípcia. A última coisa que Muhammad Ali desejava era envolver as potências europeias no campo de batalha. Como ele escreveu a seu agente político em Istambul em outubro de 1827: “Temos que perceber que não podemos enfrentar os europeus, e que o único resultado possível [se o fizermos] será afundar toda a frota e

provocar a morte de 30 mil ou 40 mil homens”. Embora tivesse orgulho de seu exército e marinha, Muhammad Ali sabia que eles não eram páreo para os britânicos ou franceses. “Embora sejamos homens de guerra”, escreveu, “ainda estamos aprendendo os rudimentos dessa arte, enquanto os europeus estão muito à nossa frente e já puseram suas teorias [bélicas] em prática.”¹⁵

Mesmo tendo uma visão clara do possível desastre, Muhammad Ali entregou sua marinha à causa e despachou sua frota para a Grécia. Os otomanos não estavam dispostos a conceder a independência aos gregos, e o sultão decidiu acreditar que as potências europeias estavam blefando e ignorar sua frota conjunta. Foi um erro fatal. A força aliada aprisionou os navios egípcios na baía de Navarino e afundou praticamente todos os 78 navios otomanos e egípcios em um embate de quatro horas em 20 de outubro de 1827. Mais de 3 mil egípcios e otomanos foram mortos em combate, contra duzentos homens da frota aliada atacante.

Muhammad Ali ficou furioso e responsabilizou Mahmoud II pela perda de sua marinha. Além disso, os egípcios se viram na mesma posição em que Napoleão se encontrara após a Batalha do Nilo: milhares de soldados presos, sem navios para trazer provisões ou repatriá-los. Muhammad Ali negociou diretamente com os britânicos, sem consultar o sultão, para estabelecer uma trégua e repatriar seu filho Ibrahim Paxá e o exército egípcio da Grécia. Mahmoud II ficou indignado com a insubordinação, mas Muhammad Ali não buscava mais sua aprovação. Seus dias de serviço leal haviam acabado. Desse momento em diante, Muhammad Ali buscaria seus próprios objetivos, às custas do sultão.

A Batalha de Navarino foi também um ponto de inflexão na guerra de independência grega. Assistidos por uma força expedicionária francesa, os combatentes gregos expulsaram as tropas otomanas da península do Peloponeso e da Grécia central no decorrer do ano de 1828. Em dezembro, os governos de Grã-Bretanha, França e Rússia se reuniram e concordaram com a criação de um reino independente. A Grécia, então, impôs sua solução ao Império Otomano. Depois de mais três anos de negociações, o Reino da Grécia foi enfim estabelecido na Conferência de Londres de maio de 1832.

NO RESCALDO DO DESASTRE GREGO, Muhammad Ali voltou seu olhar para a Síria. Ele desejava governar o território desde 1811, quando concordara em liderar a campanha contra os wahabitas. Tanto em 1811 quanto em 1818, após derrotar os seguidores de Wahab, ele solicitara à Sublime Porta a concessão do governo da Síria. Os otomanos rejeitaram seus pedidos nas duas ocasiões, não desejando que seu governador no Egito se tornasse poderoso demais. Ao buscar o auxílio do Egito na guerra contra os gregos, o governo em Istambul enfim acenou com a perspectiva de conferir a Síria a Muhammad Ali. O governador egípcio cobrou a dívida após perder sua frota em Navarino, mas sem sucesso: os otomanos acreditavam que ele fora suficientemente enfraquecido por suas perdas, e que não era mais necessário contar com a sua boa vontade.

Muhammad Ali reconheceu que a Sublime Porta jamais lhe concederia a Síria. Ele também sabia que os otomanos não teriam forças para impedi-lo de tomar o território. Portanto, assim que Ibrahim Paxá e seus soldados foram repatriados para o Egito, ele se dedicou a construir uma nova frota e reequipar seu exército para invadir a Síria. Aproximou-

se tanto dos britânicos quanto dos franceses para granjear apoio às suas pretensões. A França chegou a demonstrar algum interesse em entrar em acordo com os egípcios, mas a Grã-Bretanha continuou se opondo a qualquer ameaça à integridade territorial do Império Otomano. Implacável, Muhammad Ali continuou seus preparativos, e, em novembro de 1831, Ibrahim Paxá partiu à frente de um exército para conquistar a Síria.

O exército egípcio estava agora em guerra com o Império Otomano. Ibrahim Paxá liderou seus 30 mil homens numa rápida conquista da Palestina. No final de novembro de 1831, chegara ao reduto de Acre, no norte. Quando as notícias sobre os movimentos egípcios chegaram a Istambul, o sultão despachou um enviado especial para persuadir Muhammad Ali a renunciar a seu ataque. Sem obter o efeito pretendido, a Sublime Porta instou seus governadores em Damasco e Alepo a levantarem um exército para repelir os invasores. Eles tiveram seis meses para reunir o efetivo, tempo que o exército egípcio levou para concluir o cerco à quase inexpugnável fortaleza de Acre.

Enquanto os otomanos se preparavam para repelir a invasão egípcia, alguns líderes locais na Palestina e no Líbano decidiram apoiar Ibrahim Paxá a fim de preservar suas posições. O emir Bashir II, governante de Monte Líbano, fez uma aliança com Ibrahim Paxá quando o exército egípcio alcançou Acre. Um dos membros da família xiita do emir Bashir enviou seu conselheiro de confiança, Mikhayil Mishaqa, para observar o cerco egípcio da fortaleza e reportar os acontecimentos.

Mishaqa passou quase três semanas em Acre, seguindo as operações egípcias em primeira mão. Logo ao chegar, testemunhou uma batalha feroz entre a marinha egípcia e os defensores otomanos. Muhammad Ali tinha destinado 22 navios de guerra para o cerco, e eles dispararam mais

de 70 mil cartuchos na cidadela de Acre. Os defensores opuseram uma férrea resistência e conseguiram incapacitar muitos dos navios em corajosas disputas. “A fumaça da pólvora”, escreveu Mishaqa, “não permitia sequer entrever Acre”, pois os bombardeios se estendiam da manhã ao pôr do sol. De acordo com as fontes de Mishaqa, os egípcios enviaram oito regimentos de soldados a pé (18 mil homens), oito regimentos de cavalaria (4 mil homens) e 2 mil beduínos irregulares contra os “3 mil bravos e experientes soldados” que defendiam Acre. Considerando a solidez de suas muralhas costeiras e as fortificações que protegiam suas muralhas terrestres, Mishaqa advertiu seus empregadores de que deveriam esperar um longo cerco.

Por seis meses os egípcios atacaram a fortaleza de Acre. Em maio de 1832, as inexpugnáveis muralhas do castelo haviam sido debilitadas o bastante para que Ibrahim Paxá decidisse reunir sua infantaria para invadir a cidadela. Ele fez um discurso inspirador, lembrando seus veteranos das vitórias na Arábia e na Grécia. Recuar não era uma opção para o exército egípcio. Para deixar ainda mais claro que nenhum recuo seria possível, Ibrahim Paxá avisou que “canhões viriam atrás e explodiriam qualquer soldado que retornasse sem ter tomado as muralhas”. Com essas ameaçadoras palavras de encorajamento, Ibrahim Paxá liderou seus homens em uma investida contra as paredes arrebatadas de Acre. Eles invadiram as muralhas com facilidade e forçaram a rendição dos defensores sobreviventes, reduzidos em meses de combate a apenas 350 homens.¹⁶

Com Acre agora garantida, Ibrahim Paxá partiu para Damasco. O governador otomano da cidade mobilizou uma força de defesa de 10 mil civis. Ibrahim Paxá sabia que civis destreinados não lutariam contra um exército profissional e ordenou que suas tropas atirassem por sobre as

cabeças dos inimigos para afugentá-los. Como havia imaginado, o som dos disparos foi o suficiente para dispersar os damascenos. O governador recuou da cidade para se juntar às forças otomanas mais ao norte, e os egípcios entraram em Damasco sem resistência. Ibrahim Paxá ordenou a seus soldados que respeitassem os moradores e suas propriedades e declarou anistia geral a todo o povo de Damasco. Como ele pretendia governar a Síria, não queria ser odiado.

Ibrahim Paxá nomeou um conselho de governo para Damasco e continuou sua marcha implacável para conquistar a Síria. Levou consigo alguns dos notáveis da cidade para garantir que os damascenos não se revoltassem em sua ausência. Mikhayil Mishaqa mais uma vez seguiu a campanha egípcia, reunindo informações para os governantes de Monte Líbano. No momento em que os egípcios deixaram Damasco, ele registrou seus números: “11 mil soldados a pé, 2 mil cavaleiros regulares, 3 mil cavaleiros [beduínos]” — 16 mil homens ao todo, apoiados por 43 canhões e 3 mil camelos de transporte para suprimentos e material. Eles marcharam então para a cidade de Homs, no centro da Síria, onde receberam o reforço de um destacamento de 6 mil soldados egípcios.

Em 8 de julho, os egípcios enfrentaram os otomanos em sua primeira grande batalha pelo controle da Síria, perto da cidade de Homs. “Foi uma visão emocionante”, escreveu Mishaqa. “Quando as tropas regulares egípcias chegaram ao campo de batalha, foram recebidas pelas tropas turcas em maior número. Uma hora antes do pôr do sol, a batalha se desenrolava entre os dois lados, com fogo contínuo de armas e canhões.” Do alto da colina onde estava, Mishaqa não conseguia vislumbrar o caminho que a batalha seguiria. “Foi uma hora assustadora, durante a qual os portões do inferno foram abertos. Ao cair

da noite, o barulho das armas se acalmou, deixando apenas o martelar dos canhões, que se estendeu por mais uma hora e meia, até que finalmente reinou o silêncio total.” Só então ele ficou sabendo que os egípcios haviam conseguido uma vitória completa na Batalha de Homs. Os comandantes otomanos foram obrigados a fugir a toda pressa. “A comida foi deixada no fogo, junto com baús de remédios, rolos de roupas e mortalhas [para os mortos], um grande número de peles e mantos, do tipo usado como recompensa, e muito equipamento. Foi tudo deixado para trás.”¹⁷

O inquieto Ibrahim Paxá não se demorou em Homs. Um dia depois da vitória, conduziu seu exército para o norte até Aleppo a fim de consumir a conquista da Síria. Como Damasco, Aleppo se rendeu sem resistência, e Ibrahim Paxá deixou uma nova administração para governar a cidade em nome do Egito. O governador otomano havia se retirado para se juntar a um grande exército que incluía as unidades remanescentes da Batalha de Homs. Em 29 de julho, os otomanos enfrentaram o exército egípcio na aldeia de Belen, perto do porto de Alexandreta (atualmente na Turquia, mas na época parte da província de Aleppo). Embora em menor número, as forças egípcias infligiram pesadas baixas aos otomanos antes de aceitar a rendição. Ibrahim Paxá marchou então com seus homens até o porto de Adana, onde os navios egípcios puderam reabastecer o exausto exército, e enviou despachos para o Cairo detalhando suas vitórias. Em seguida, aguardou novas ordens de seu pai.

Muhammad Ali passou da guerra para as negociações, tentando assegurar suas conquistas na Síria, fosse pelo decreto do sultão ou pela intervenção europeia. Os otomanos, por sua vez, não estavam dispostos a fazer nenhuma concessão ao seu renegado governador. Em vez de

reconhecer sua posição na Síria, o grão-vizir otomano Mehmed Reshid Paxá começou a mobilizar um vasto exército de mais de 80 mil homens para expulsar os egípcios dos territórios conquistados. Depois de reconstruir seu exército e repor seus suprimentos, Ibrahim Paxá partiu rumo à Anatólia Central em outubro de 1832 para enfrentar a ameaça otomana. Nesse mesmo mês, ocupou a cidade de Konya, onde se preparou para a batalha.

O exército egípcio teria agora de lutar no ambiente mais inóspito possível. Acostumadas ao calor do deserto do verão e aos invernos temperados ao longo do Nilo, as tropas se viram em meio à neve e às gélidas temperaturas inverniais do planalto da Anatólia. No entanto, mesmo nessas condições, os relutantes recrutas provaram ser o mais disciplinado dos exércitos, e, embora em número menor, conseguiram uma vitória inegável sobre as tropas otomanas na Batalha de Konya (21 de dezembro de 1832). Eles conseguiram até mesmo capturar o grão-vizir, o que fortaleceu enormemente sua posição de barganha.

Ao ser informado da derrota de seu exército e da captura do grão-vizir, o sultão capitulou e concordou com a maior parte das demandas territoriais de Muhammad Ali. Ele não tinha opções militares após a derrota de seu exército em Konya, e agora enfrentava um exército egípcio alojado na cidade de Kütahya, na Anatólia, a apenas duzentos quilômetros da capital imperial, Istambul. A fim de garantir uma retirada completa das forças egípcias da Anatólia, Mahmud II restabeleceu Muhammad Ali como governador do Egito (ele havia sido destituído do título e declarado um renegado após a invasão da Síria) e conferiu as províncias de Hejaz, Creta, Acre, Damasco, Trípoli e Alepo a Muhammad Ali e Ibrahim Paxá, com o direito de cobrar impostos da cidade portuária de Adana. Esses ganhos foram selados no Acordo de

Paz de Kütahya, em maio de 1833, intermediado pela Rússia e pela França.

Após o acordo de Kütahya, Ibrahim Paxá retornou com suas tropas para a Síria e o Egito. Muhammad Ali não conseguiu a independência que almejava: os otomanos o haviam vinculado fortemente às leis do império. Mas ele conseguira assegurar a maior parte das províncias árabes do Império Otomano para o governo de sua família, criando um império egípcio que rivalizaria com o dos otomanos pelo restante da década de 1830.

O domínio egípcio se tornou muito impopular na Síria. A instituição de um novo imposto sobrecarregou todas as camadas da sociedade, desde o trabalhador mais pobre até o comerciante mais rico. Além disso, os egípcios perderam o apreço dos líderes locais ao destituí-los de seus poderes tradicionais. “Quando os egípcios começaram a alterar os costumes dos clãs e a cobrar mais impostos do que os habitantes estavam acostumados a pagar”, registrou Mishaqa, “o povo começou a desprezá-los e, desejando a volta do governo turco, manifestou sinais de rebelião.” Os egípcios reagiram desarmando e obrigando os sírios a servir em seus exércitos, o que apenas agravou a situação. “Os soldados não tinham um período fixo de serviço após o qual estavam livres para voltar para suas famílias, seu serviço era um inferno interminável”, explicou Mishaqa.¹⁸ Muitos jovens abandonaram a região para evitar o recrutamento, prejudicando ainda mais a economia local. A rebelião se espalhou das montanhas alauitas na costa da Síria para as regiões drusas em Monte Líbano e no sul da Síria, estendendo-se depois a Nablus, nas terras altas da Palestina. Entre 1834 e 1839, Ibrahim Paxá viu suas tropas imobilizadas na supressão de um ciclo acelerado de revoltas.

Muhammad Ali não se intimidou com a agitação popular no interior da Síria, vendo-a como uma adição permanente ao seu império. Ele trabalhava de maneira incansável para obter apoio europeu a seu plano de se separar do Império Otomano e estabelecer um reino independente no Egito e na Síria. Em maio de 1838, informou a Sublime Porta e as potências europeias de sua determinação em estabelecer seu próprio reino, oferecendo aos otomanos uma indenização de 3 milhões de libras (15 milhões de dólares). O primeiro-ministro britânico Palmerston respondeu com uma dura advertência: “O paxá [Muhammad Ali] deve esperar que a Grã-Bretanha fique ao lado do sultão, a fim de obter reparação por um prejuízo tão flagrante a seus interesses e com o objetivo de impedir o desmembramento do império turco”.¹⁹ Mesmo os aliados franceses de Muhammad Ali o advertiram contra a adoção de medidas que o levariam a confrontar tanto o sultão quanto a Europa.

Entusiasmados pelo apoio europeu, os otomanos decidiram agir imediatamente contra Muhammad Ali. O sultão Mahmud II mobilizou então uma nova e maciça força de campanha. Desde a violenta dissolução dos janízaros em 1826, Mahmud fizera grandes investimentos em um novo exército nizami. Seus oficiais de mais alta patente o asseguraram de que sua moderna infantaria treinada pelos alemães era mais do que páreo para os egípcios, exaustos depois de cinco anos reprimindo rebeliões populares na Síria. Os otomanos marcharam sobre as fronteiras sírias nos arredores de Aleppo e atacaram as forças de Ibrahim Paxá em 24 de junho de 1839. Contrariando todas as expectativas, os egípcios os derrotaram na Batalha de Nezib, infligindo enormes baixas e fazendo mais de 10 mil prisioneiros.

O sultão Mahmud II não chegou a ser informado sobre a derrota de seu exército. Sofrendo de tuberculose, sua saúde se deteriorava havia

meses, e ele morreu em 30 de junho, antes de saber do desastre em Nezib. Foi sucedido pelo filho adolescente, o sultão Abdulmecid I (g. 1839-61), cuja juventude e inexperiência pouco contribuíram para acalmar os nervos dos comandantes do império. O almirante da frota otomana, Ahmed Fevzi Paxá, navegou toda a sua marinha pelo Mediterrâneo para colocá-la sob o comando de Muhammad Ali. Ele temia que a força caísse sob o controle da Rússia se, como esperava, os russos intervissem para apoiar o jovem sultão. Ele também acreditava que Muhammad Ali era o líder mais capacitado a preservar o Império Otomano; um rebelde viril seria um sultão melhor do que um inexperiente príncipe herdeiro. O pânico se espalhou por Istambul. O jovem sultão enfrentava a maior ameaça interna da história otomana, sem exército ou marinha para acorrer em sua defesa.

As potências europeias estavam tão preocupadas com a turbulência nos domínios otomanos quanto os próprios otomanos. A Grã-Bretanha temia que a Rússia se aproveitasse do vácuo de poder para tomar os estreitos de Bósforo e de Dardanelos, a fim de garantir o acesso de sua frota do mar Negro ao Mediterrâneo. Isso poria por terra décadas de políticas britânicas destinadas a conter a frota russa no mar Negro e negar-lhe acesso a portos de águas quentes, preservando o equilíbrio do poder marítimo com vantagem para a Grã-Bretanha. Os britânicos também esperavam frustrar as ambições francesas de estender o domínio de seu aliado, o Egito, sobre o Mediterrâneo Oriental, e lideraram uma coalizão de potências europeias (da qual a França se absteve) para intervir na crise, tanto para fortalecer a dinastia otomana quanto para forçar Muhammad Ali a se retirar da Turquia e da Síria.

As negociações se arrastaram por um ano, enquanto Muhammad Ali tentava se valer da vitória em Nezib para assegurar maiores privilégios

territoriais e o máximo de soberania possível e os britânicos e a Sublime Porta pressionavam pela retirada do Egito da Síria. Em julho de 1840, a coalizão europeia — Grã-Bretanha, Áustria, Prússia e Rússia — ofereceu a Muhammad Ali o governo vitalício sobre Damasco e o domínio hereditário sobre o Egito se os seus soldados se retirassem da Síria imediatamente. Com as frotas britânica e austríaca se reunindo no Mediterrâneo Oriental para agir, era a sua última oferta. Acreditando ter o apoio da França, Muhammad Ali a rejeitou.

A frota aliada se aproximou da cidade portuária de Beirute sob o comando do almirante britânico Napier e, em 11 de setembro, bombardeou posições egípcias. Os britânicos utilizaram agentes locais para distribuir panfletos em toda a Síria e no Líbano pedindo ao povo local que se levantasse contra os egípcios. O povo da Grande Síria já havia feito isso no passado e estava muito feliz em repetir a dose. A frota aliada, enquanto isso, se trasladou de Beirute a Acre a fim expulsar os egípcios da cidadela. Os egípcios imaginavam que poderiam resistir a qualquer ataque, mas a frota conjunta anglo-austro-otomana tomou a cidadela em três horas e vinte minutos, segundo Mikhayil Mishqa. Os egípcios haviam acabado de receber um carregamento de pólvora, que estava empilhada e exposta no centro da cidadela. Um tiro de um dos navios aliados detonou o pó “de maneira tão inesperada que os soldados em Acre fugiram imediatamente, não deixando ninguém para defendê-la”.²⁰ As forças europeia e otomana retomaram a cidadela e estabeleceram seu controle sobre toda a costa síria.

Ibrahim Paxá viu sua posição se tornar cada vez mais insustentável. Impedido seu acesso ao mar, ele não tinha meios de reabastecer suas tropas, agora constantemente assediadas pela população local. Ele retirou suas forças da Turquia e de todos os territórios sírios. Assim que

seus soldados — cerca de 70 mil, no total — se reuniram em Damasco, iniciou, por via terrestre, uma retirada ordenada da Síria para o Egito em janeiro de 1841.

A AMEAÇA EGÍPCIA HAVIA SIDO CONTIDA, mas a ameaça representada pela Segunda Guerra Egípcio-Otomana à sobrevivência da Sublime Porta exigia um compromisso formal. Em um acordo negociado em Londres, os otomanos conferiram a Muhammad Ali o governo vitalício sobre o Egito e o Sudão e estabeleceram o domínio hereditário de sua família sobre o Egito. Muhammad Ali, por sua vez, reconheceu o sultão como seu suserano e concordou em fazer um pagamento anual ao governo de Istambul como um sinal de sua submissão e lealdade ao Estado otomano.

A Grã-Bretanha também desejava assegurar que os problemas no Mediterrâneo Oriental jamais voltassem a ameaçar a paz da Europa. A melhor garantia contra o conflito entre as potências europeias por vantagens estratégicas no levante era o asseguramento da integridade territorial do Império Otomano — uma antiga preocupação de Lord Palmerston, o primeiro-ministro britânico. Em um apêndice secreto à Convenção de Londres de 1840, os governos de Grã-Bretanha, Áustria, Prússia e Rússia se comprometeram formalmente a “não buscar nenhum aumento de território, nenhuma influência exclusiva, nenhuma vantagem comercial para os seus súditos que não possa ser obtida por qualquer outro país”.²¹ Esse protocolo de autonegação proporcionou ao Império Otomano quase quatro décadas de proteção contra a ingerência europeia em seus territórios.

ENTRE 1805 E 1841, as ambições de Muhammad Ali o levaram de volta ao ponto de partida. Ele ascendeu ao posto de governador e se fez senhor do Egito. Uma vez que estava seguro no Egito e expandira as receitas de sua província, começou a criar um exército moderno. Expandiu então seu alcance territorial do Sudão e do Hejaz, no mar Vermelho, para grande parte da Grécia, por um tempo, e toda a Síria. Esses ganhos lhe foram negados pela intervenção estrangeira, e em 1841 ele estava reduzido ao Egito e ao Sudão. O Egito teria seu próprio governo e faria suas próprias leis, mas permaneceria vinculado à política externa do Império Otomano. Embora os egípcios pudessem cunhar suas próprias moedas, as de ouro e prata levariam o nome do sultão, enquanto o do governante egípcio só poderia figurar nas de cobre. O Egito teria seu próprio exército, mas com o contingente restrito a 18 mil homens — muito inferior aos 100 mil-200 mil que chegara a possuir. As realizações de Muhammad Ali foram grandes, mas suas ambições haviam sido maiores.

Os últimos anos de Muhammad Ali no cargo foram marcados por decepções e problemas de saúde. O paxá era agora um homem idoso — 71 anos — quando seu exército retornou da Síria. Havia se distanciado de seu filho Ibrahim. Ao longo da campanha síria, pai e filho se comunicavam por meio de funcionários do palácio. Ambos lutavam contra doenças — Ibrahim foi enviado à Europa para combater a tuberculose, e Muhammad Ali começava a perder suas faculdades mentais devido a tratamentos com nitrato de prata que recebera para combater disenteria. Em 1847, o sultão reconheceu que Muhammad Ali já não possuía as aptidões necessárias para governar e nomeou Ibrahim Paxá para sucedê-lo. Este morreu seis meses depois. Na época, Muhammad Ali já estava com a saúde deteriorada demais para notar. A

sucessão passou para seu neto, Abbas, que oficiou o funeral de Muhammad Ali após a morte do paxá em 2 de agosto de 1849.

A ERA DOS LÍDERES LOCAIS CHEGAVA ao fim. Quando os egípcios foram despojados de Creta, das províncias sírias e do Hejaz, o governo otomano teve o cuidado de despachar seus próprios homens para servir como governadores. As famílias Azm, em Damasco, e Jalili, em Mossul, perderam o controle sobre as cidades que haviam governado durante grande parte do século XVIII. O governo autônomo de Monte Líbano entrou em colapso quando os Shihab foram derrubados por colaborarem com o domínio egípcio. Aqui também os otomanos procuraram impor seus próprios governantes, embora com consequências explosivas que deixariam o Líbano no caminho do conflito sectário. A tentativa de conquistar autonomia local em relação ao governo otomano cobrou um preço alto para a população comum dos territórios árabes, que sofreu com as guerras, a inflação, a instabilidade política e inúmeras injustiças nas mãos de líderes locais ambiciosos. Eles agora queriam paz e estabilidade.

Os otomanos também queriam pôr fim aos desafios internos ao seu governo. Embora preocupados sobretudo com as ameaças e guerras estrangeiras com a Rússia e a Áustria, eles haviam percebido o perigo de descuidar das províncias árabes: a aliança entre Ali Bei Kabir e Zahir Umar ameaçara seu domínio na Síria e no Egito; os wahabitas devastaram o sul do Iraque e tomaram o Hejaz; e Muhammad Ali utilizara a riqueza do Egito para criar um exército que lhe deu o controle de um verdadeiro império e os meios para ameaçar a sobrevivência dos próprios otomanos. Não fosse pela intervenção das potências europeias, Muhammad Ali talvez os tivesse derrubado na

Segunda Guerra Egípcio-Otomana. Essas experiências haviam destacado a necessidade de reformas na Sublime Porta. Isso exigiria não apenas um leve reparo das instituições governamentais permanentes, mas uma completa revisão da antiga máquina de governo.

Os otomanos reconheceram que não seriam capazes de reformar seu império por conta própria. Precisariam recorrer às ideias e tecnologias que haviam fortalecido seus rivais europeus. Os estadistas em Istambul notaram como Muhammad Ali conseguira aproveitar as ideias e tecnologias europeias modernas para criar seu Estado dinâmico. O envio de missões egípcias à Europa, a importação de tecnologia industrial e militar do continente e a contratação de assessores técnicos europeus em todos os níveis das forças armadas e da burocracia haviam desempenhado um papel importante nas conquistas de Muhammad Ali.

Os otomanos estavam entrando em uma nova e complexa era em suas relações com os vizinhos europeus. A Europa serviria de modelo de ideal a ser alcançado em termos militares e tecnológicos. Mas era ao mesmo tempo uma ameaça a ser mantida à distância, tanto por ser uma potência beligerante que cobiçava as terras otomanas como por constituir uma fonte de novas e perigosas ideologias. Os reformistas otomanos precisariam enfrentar o desafio de adotar ideias e tecnologias europeias sem comprometer seus próprios valores culturais e integridade.

A única coisa que eles não podiam fazer era ignorar o progresso da Europa. O continente havia emergido como a potência mundial dominante no século XIX, e o Império Otomano seria obrigado cada vez mais a funcionar segundo suas regras.

4. Os perigos da reforma

UM JOVEM CLÉRIGO MUÇULMANO se aproximou do veleiro francês *La Truite*, atracado no porto de Alexandria, em 13 de abril de 1826. Ao pisar na passarela para subir a bordo, vestido com os trajes e o turbante de um erudito da antiga mesquita da Universidade de al-Azhar, no Cairo (fundada em 969), os pés de Rifaa Tahtawi deixavam o solo egípcio pela primeira vez na vida. Ele se dirigia à França, nomeado capelão da primeira grande missão de educação de Muhammad Ali na Europa. Não veria sua terra natal pelos cinco anos seguintes.

Uma vez a bordo, Tahtawi examinou os rostos dos outros delegados. Eles formavam um grupo diversificado: 44 homens ao todo, com idades entre quinze e 37 anos. Tahtawi (1801-73) tinha então 24. Embora se tratasse de uma delegação egípcia, apenas dezoito homens tinham de fato o árabe como língua materna. O resto do grupo falava turco e refletia a diversidade nacional do Império Otomano, da qual o Egito ainda fazia parte — havia delegados turcos, circassianos, gregos, georgianos e armênios. Esses homens tinham sido escolhidos pelo governador do Egito para estudar línguas e ciências europeias e, em seu retorno, aplicar o que tivessem aprendido na França para reformar sua terra natal.

Nascido em uma importante família de juízes e teólogos em uma pequena aldeia no Alto Egito, Tahtawi estudara teologia árabe e islâmica desde os dezesseis anos. Com grande talento para os estudos, foi nomeado para lecionar na Universidade de al-Azhar antes de

ingressar no serviço público, em 1824, como pregador em uma das novas divisões de infantaria nizami, organizadas em estilo europeu. Graças a seu desempenho no posto, e com o apoio de seus patronos, Tahtawi foi selecionado para a prestigiosa missão em Paris. Esse era o tipo de nomeação que fazia a carreira de um homem.

Tahtawi levou consigo um caderno em branco para registrar suas impressões sobre a França. Nenhum detalhe parecia trivial demais para sua atenção: o modo como os franceses construía suas casas, ganhavam a vida, seguiam sua religião; seus meios de transporte e o funcionamento de seu sistema financeiro; relações entre homens e mulheres; como se vestiam e dançavam; como decoravam suas casas e arrumavam suas mesas. Tahtawi escreveu com curiosidade e respeito, mas também desprendimento crítico. Durante séculos, os europeus tinham viajado para o Oriente Médio e escrito livros sobre os modos e costumes das pessoas exóticas que lá encontraram. Agora, pela primeira vez, um egípcio revertia a situação e escrevia sobre o estranho e exótico país chamado França.¹

As reflexões de Tahtawi sobre a França são cheias de contradições. Na condição de muçulmano e otomano egípcio, ele estava confiante na superioridade de sua fé e cultura. Via a França como um lugar de descrença, onde “nem um único muçulmano havia se fixado” e onde os próprios franceses eram “cristãos apenas no nome”. No entanto, suas observações mostram que ele não teve nenhuma dúvida quanto à superioridade da Europa em termos de ciência e tecnologia. “Alá é testemunha de que, durante minha estada [na França], fiquei triste pelo fato de ter desfrutado de todas as coisas que faltam nos reinos islâmicos”, registrou.² Para dar uma ideia a seus leitores do abismo que acreditava separar o mundo islâmico da ciência ocidental, Tahtawi

julgou necessário explicar que os astrônomos europeus haviam provado que a Terra era redonda. Ele percebeu o quanto o mundo islâmico havia ficado para trás nas ciências em relação à Europa, e acreditava que os muçulmanos tinham o dever e o direito de recuperar esse conhecimento, uma vez que os avanços ocidentais desde a Renascença haviam sido construídos sobre o progresso nas ciências do islã medieval. Ele argumentava que, ao tomar de empréstimo a moderna tecnologia europeia, os otomanos estavam apenas cobrando dividendos do que o Ocidente devia à ciência islâmica.³

Embora o livro de Tahtawi esteja repleto de reflexões fascinantes sobre o que, aos olhos egípcios, fazia funcionar a França da década de 1820, ele deu sua contribuição mais substancial à reforma política com sua análise do governo constitucional. Ele traduziu todos os 74 artigos da Constituição francesa de 1814, a *Charte constitutionnelle*, e escreveu uma análise detalhada de seus pontos-chave.⁴ Tahtawi acreditava que era na Constituição que residia o segredo do avanço francês. “Gostaríamos de incluir isto”, explicou a seus leitores da elite,

para que os senhores possam compreender como eles chegaram à conclusão de que a justiça e a equidade são o que faz avançar a civilização dos reinos, o bem-estar dos súditos, e como governantes e súditos foram guiados por essas ideias, que levaram à prosperidade do país, ao aumento do conhecimento, à acumulação de riquezas e à satisfação dos corações.

O louvor de Tahtawi ao governo constitucional era corajoso para o seu tempo. Eram novas ideias perigosas, sem raízes na tradição islâmica. Como ele confessou, a maior parte dos princípios da Constituição francesa “não existe no Alcorão nem na suna [as práticas] do profeta”. Ele até podia temer a reação de seus colegas clérigos muçulmanos, mas

assumiu o risco ainda maior de provocar a ira de seus governantes. Afinal, a Constituição se aplicava ao rei e aos seus súditos de igual maneira, e exigia uma divisão de poderes entre o monarca e uma legislatura eleita. O Egito de Muhammad Ali era um Estado completamente autocrático, e o Império Otomano uma monarquia absoluta. A simples noção de governo representativo ou de qualquer restrição aos poderes do rei seria vista como estranha e subversiva pela maior parte das elites otomanas.

O clérigo reformista ficou encantado com a forma como a Constituição francesa promovia os direitos dos cidadãos comuns em vez de reforçar o domínio das elites. Entre os artigos da Constituição que mais o impressionaram estavam os que afirmavam a igualdade de todos os cidadãos perante a lei e a elegibilidade de todos os cidadãos “a qualquer cargo, independente de sua posição”. O vislumbre de tal mobilidade ascendente, ele sustentava, encorajaria “as pessoas a estudar e a aprender”, de modo a poderem “alcançar uma posição mais alta do que a que ocupam”, impedindo, assim, o estagnamento da civilização. Aqui, mais uma vez, Tahtawi trilhava um caminho perigoso. Em uma sociedade rigidamente hierárquica como a do Egito otomano, as ideias de mobilidade social teriam atingido as elites como uma ideia perigosa.

Tahtawi foi ainda mais longe, elogiando os direitos franceses de liberdade de expressão. A Constituição, explicou ele, encorajava “todos a expressarem livremente sua opinião, conhecimento e sentimentos”. O meio que o cidadão francês usava para manifestar seus pontos de vista, continuava Tahtawi, era uma coisa chamada “jornal” ou “gazeta”. Seria a primeira vez que muitos dos leitores de Tahtawi ouviriam falar de jornais, ainda desconhecidos no mundo de língua árabe. Tanto os poderosos quanto as pessoas comuns poderiam publicar seus pontos de

vista nesses veículos, explicou. De fato, Tahtawi ressaltou a importância do acesso à imprensa por parte dos plebeus, já que “mesmo uma pessoa humilde pode pensar em algo que não vem à mente de pessoas importantes”. No entanto, foi o poder da imprensa de responsabilizar as pessoas por suas ações que atingiu o clérigo como algo verdadeiramente notável.

Quando alguém faz algo admirável ou desprezível os jornalistas podem escrever sobre o assunto, de modo que ele se torna conhecido tanto pelos notáveis quanto pelas pessoas comuns — encorajando quem fez algo bom ou obrigando quem fez algo desprezível a abandonar seus caminhos.

Em sua mais ousada violação das convenções políticas otomanas, Tahtawi fez um relato detalhado e compreensivo da Revolução de Julho de 1830 que derrubou o rei Bourbon, Carlos x. O pensamento político muçulmano sunita proclamava o dever dos súditos de se submeter aos governantes, até mesmo despóticos, no interesse da ordem pública. Tahtawi, que observara o drama político em primeira mão, claramente se aliou ao povo francês contra seu rei quando Carlos x suspendeu a Carta e “envergonhou as leis em que os direitos do povo francês foram consagrados”. Em sua tentativa de restaurar o poder absoluto da monarquia, ele ignorou os deputados na Câmara, proibiu as críticas públicas ao monarca e ao seu gabinete e introduziu a censura à imprensa. Quando o povo se insurgiu em rebelião armada contra o governante, o clérigo egípcio ficou do lado deles. A extensa análise de Tahtawi sobre a Revolução de Julho é ainda mais notável por seu endosso implícito ao direito das pessoas de derrubar um monarca para preservar seus direitos legais.⁵

Depois de cinco anos encantadores em Paris, Tahtawi retornou ao Egito em 1831, suas impressões sobre a França ainda confinadas a seu caderno. Fluente em francês, ele recebeu o importante encargo de implantar uma agência de tradução governamental, destinada sobretudo a produzir edições árabes de manuais técnicos europeus essenciais para as reformas de Muhammad Ali. Enquanto se ocupava da criação da agência, Tahtawi encontrou tempo para revisar e publicar suas anotações sobre Paris. Talvez para se proteger de represálias contra a divulgação de perigosas ideias políticas, fez grandes elogios a Muhammad Ali em seu prefácio. O resultado, publicado em árabe em 1834 e posteriormente traduzido para o turco, foi nada menos que uma obra de arte. Com sua clara exposição dos avanços europeus nos campos da ciência e da tecnologia e sua análise da filosofia política do Iluminismo, o livro de Tahtawi foi o tiro de canhão inaugural das reformas pelas quais o mundo otomano — e árabe — iriam passar ao longo do século XIX.

OS OTOMANOS E SEUS CIDADÃOS ÁRABES passaram a interagir cada vez mais com a Europa ao longo do século XIX, o que os forçou a reconhecer que os europeus os haviam superado em poder militar e econômico. Embora a maioria dos otomanos permanecesse convencida da superioridade cultural de seu mundo, os reformistas argumentavam que precisavam dominar as ideias e a tecnologia da Europa para que esta não acabasse por dominá-los.

Os otomanos e seus vassalos árabes autônomos no Egito e na Tunísia começaram por introduzir reformas em seus exércitos. Logo ficou claro

que, para custear as despesas de um exército moderno, a base de arrecadação do Estado precisava se expandir. Assim, as práticas administrativas e econômicas foram modificadas de acordo com as diretrizes observadas na Europa, na expectativa de que isso trouxesse maior prosperidade e um incremento nas receitas. A importação de tecnologia europeia passou a ser cada vez maior, estimulada por capitalistas europeus em busca de mercados estrangeiros para seus produtos manufaturados e máquinas. O sultão e seus vice-reis em Túnis e no Cairo se mostraram mais do que dispostos a desfrutar os benefícios da moderna tecnologia europeia, como o telégrafo, o navio a vapor e as ferrovias, que viam como símbolos claros de progresso e desenvolvimento. Toda essa nova tecnologia era cara, porém, e à medida que a elite instruída de Istambul, Cairo e Túnis começou a se preocupar com a extravagância de seus governantes, começou também a clamar por Constituições e Parlamentos como o elemento que faltava na agenda de reformas.

O objetivo das reformas, em cada uma de suas fases, era não só fortalecer as instituições do Império Otomano e de seus Estados vassalos árabes como protegê-los dos avanços europeus. Nisso, seus idealizadores ficariam desapontados, pois a era das reformas deixou o mundo otomano cada vez mais vulnerável à intrusão europeia. O controle europeu informal através da pressão consular, do comércio e do investimento de capital seria seguido por uma dominação formal da Europa à medida que primeiro a Tunísia, depois o governo otomano e finalmente o Egito não conseguiram cumprir seus compromissos financeiros com credores estrangeiros.

A ERA DAS REFORMAS OTOMANAS começou no auge da segunda guerra contra os egípcios, em 1839. A morte do sultão Mahmud II e a ascensão de seu filho adolescente, Abdulmecid I, não eram de modo algum um momento auspicioso para o anúncio de um programa de reformas radicais. O Império Otomano, porém, sob a ameaça iminente do exército de Muhammad Ali, precisava contar mais do que nunca com a boa vontade da Europa. Para assegurar a garantia das potências europeias sobre o seu território e soberania, a Sublime Porta acreditava ser necessário demonstrar que poderia aderir às suas normas de governo, na condição de membro responsável da comunidade de Estados modernos. Além disso, os reformistas que haviam trabalhado sob Mahmud II estavam determinados a consolidar as mudanças já empreendidas sob o reinado do falecido sultão e a comprometer seu sucessor com o processo de reforma.

Essa dupla motivação caracterizaria a era das reformas otomanas: gestos de relações públicas para conquistar o apoio europeu aliados a um compromisso genuíno de reformar o império, a fim de garantir sua sobrevivência contra ameaças internas e externas. Em 3 de novembro de 1839, o ministro otomano das Relações Exteriores, Mustafa Reshid Paxá, leu um decreto de reforma em nome de Abdulmecid I para um grupo de dignitários otomanos e estrangeiros em Istambul. A partir de então, iniciou-se um período de reformas administrativas que, entre 1839 e 1876, transformariam o Estado otomano em uma monarquia constitucional com um Parlamento eleito — um período conhecido como Tanzimat (literalmente, “reordenação”).

Três marcos principais definem o Tanzimat: o decreto da reforma de 1839; o decreto da reforma de 1856, que reafirmou e ampliou a pauta de 1839; e a Constituição de 1876. Os decretos de 1839 e 1856 revelam a

dívida dos reformistas otomanos ao pensamento político ocidental. O primeiro documento estabelecia uma modesta agenda de reforma de três pontos: garantir a “perfeita segurança da vida, honra e propriedade” de todos os súditos otomanos; estabelecer “um sistema regular de cobrança de impostos”; e reformar os termos do serviço militar mediante o recrutamento regular e períodos fixos de serviço.⁶

O decreto de 1856 reiterou as reformas estabelecidas em 1839 e ampliou seu escopo, introduzindo reformas nos tribunais e no sistema penal. Os castigos físicos seriam reprimidos e a tortura, abolida. O decreto buscava regularizar as finanças do império mediante a estipulação de orçamentos anuais abertos ao escrutínio público, e previa ainda a modernização do sistema financeiro e o estabelecimento de um sistema bancário moderno a fim de “criar fundos a serem empregados para aumentar as fontes imperiais de riqueza” por meio de obras públicas como estradas e canais. “Para concretizar esses objetivos”, concluía o decreto, “devem-se buscar meios para lucrar com a ciência, a arte e os fundos da Europa, e assim gradualmente executá-los.”⁷

No entanto, ver o Tanzimat apenas à luz dos grandes decretos seria ignorar o alcance total das reformas realizadas entre 1839 e 1876. As décadas centrais do século XIX testemunharam uma grande transformação nas principais instituições do Estado e da sociedade otomana. A fim de reformar a base de arrecadação e assegurar sua prosperidade futura, o governo começou a realizar um censo regular e introduziu um novo sistema de registro fundiário que substituiu as antigas cessões baseadas no pagamento de impostos por títulos individuais, o que estava em maior conformidade com as noções ocidentais de propriedade privada. A administração provincial foi completamente reformulada, com a criação de um sistema regular de

governo que abrangia desde as capitais provinciais como Damasco e Bagdá até as pequenas aldeias.

Essas mudanças exigiram milhares de novos burocratas com formação técnica e moderna. Para atender a essa necessidade, o Estado estabeleceu uma rede de novas escolas primárias, intermediárias e secundárias com base nos currículos europeus para treinar funcionários públicos. Da mesma forma, as leis do império precisaram ser reformuladas, em um projeto ambicioso para conciliar a lei islâmica com os códigos ocidentais e tornar o sistema jurídico otomano mais compatível com as normas europeias.

Enquanto as reformas se restringiram aos altos escalões do governo, os súditos do Império Otomano mostraram pouco interesse pelo Tanzimat. No decorrer das décadas de 1850 e 1860, porém, elas começaram a afetar a vida das pessoas comuns. Sempre com medo da tributação e do alistamento, elas resistiram a todos os esforços do Estado para inscrever seus nomes nos registros do governo. Os pais evitavam mandar os filhos para as escolas públicas, temendo que, ao registrar seus nomes, eles acabassem no exército. Os moradores da cidade evitavam os funcionários do censo, e os fazendeiros dificultavam o registro de suas terras tanto quanto possível. À medida que a burocracia cresceu em tamanho e eficiência, porém, as pessoas acabaram por sucumbir a um dos imperativos da administração moderna: a manutenção de registros precisos sobre os súditos do Estado e suas propriedades.

O sultão não foi menos afetado pelo processo de reformas do que seus súditos. Seu poder absoluto se deteriorou à medida que o centro de gravidade político se deslocou de seu palácio para os escritórios do governo otomano na Sublime Porta. O Conselho de Ministros assumiu os principais papéis legislativos e executivos no governo, e o grão-vizir

surgiu como chefe de gabinete. O sultão ficou reduzido a um papel cerimonial e simbólico de chefe de Estado. Essa evolução foi arrematada em 1876 com a promulgação da Constituição — que, embora deixando grandes poderes nas mãos do sultão, ampliou a participação política ao estabelecer um Parlamento. Ao longo de 37 anos de reformas, o absolutismo otomano foi substituído por uma monarquia constitucional.

HÁ PERIGOS INERENTES A QUALQUER programa de reforma importante, sobretudo quando ideias estrangeiras estão envolvidas. Os muçulmanos otomanos conservadores denunciaram o Tanzimat por introduzir inovações não islâmicas no Estado e na sociedade. Nenhuma questão, porém, foi mais explosiva do que as alterações introduzidas no status dos cristãos e judeus, reconhecidos agora como comunidades minoritárias não muçulmanas integradas à sociedade otomana predominantemente sunita.

Ao longo do século XIX, as potências europeias usaram cada vez mais os direitos das minorias como pretexto para intervir nos assuntos otomanos. A Rússia estendeu sua proteção à Igreja Ortodoxa Oriental, a maior comunidade cristã otomana. A França havia muito desfrutava de um relacionamento especial com a igreja maronita em Monte Líbano, e, no século XIX, desenvolveu o patrocínio formal de todas as comunidades católicas otomanas. Os britânicos não tinham laços históricos com nenhuma igreja na região, mas a Grã-Bretanha representava os interesses dos judeus, dos drusos e das pequenas comunidades de convertidos que, no mundo árabe, se reuniam em torno de missionários protestantes. Enquanto o Império Otomano ocupasse áreas de

importância estratégica, as potências europeias se valeriam de qualquer meio para se intrometer em seus assuntos. Questões de direitos das minorias ofereciam a elas um grande número de oportunidades para impor sua vontade aos otomanos — às vezes com consequências desastrosas para os dois lados.

A “disputa pelos lugares sagrados” de 1851-2 demonstrou para todas as partes envolvidas os perigos da intervenção das grandes potências. Tudo começou quando surgiram divergências entre monges católicos e ortodoxos gregos sobre seus respectivos direitos e privilégios relativos aos lugares sagrados cristãos na Palestina. França e Rússia responderam pressionando Istambul a conferir privilégios às comunidades de seus respectivos clientes. Os otomanos primeiro se dobraram às pressões francesas, dando as chaves da Igreja da Natividade em Belém aos católicos. Os russos estavam determinados a garantir um troféu maior para a Igreja ortodoxa grega, de modo a não ficarem atrás dos franceses. Depois que os otomanos fizeram concessões semelhantes aos russos, porém, o imperador francês Napoleão III despachou até os Dardanelos um navio de guerra de última geração, movido a hélice, para levar seu embaixador a Istambul e ameaçou bombardear posições otomanas no norte da África se a Sublime Porta não rescindisse as concessões aos ortodoxos clientes da Rússia. Quando os otomanos cederam aos franceses, os russos ameaçaram com guerra. O que começou como uma guerra russo-otomana no outono de 1853 degenerou na Guerra da Crimeia de 1854-5, que colocou a Grã-Bretanha e a França contra a Rússia czarista em um conflito violento que ceifou mais de 300 mil vidas e deixou um número ainda maior de feridos. As consequências da intervenção europeia em nome das comunidades minoritárias eram

muito sérias para que o governo em Istambul permitisse que essa prática continuasse.

Os otomanos haviam feito uma tentativa tímida de reclamar para si a iniciativa sobre as comunidades minoritárias não muçulmanas no decreto da reforma de 1839. “Os súditos muçulmanos e não muçulmanos de nosso alto sultanato, sem exceção, desfrutarão de nossas concessões imperiais”, declarou o sultão em seu *firman*, isto é, seu edito. Estava claro que ele e seus administradores teriam de fazer uma declaração mais contundente sobre a igualdade entre muçulmanos e não muçulmanos se quisessem persuadir as potências europeias de que suas intervenções não eram mais necessárias para garantir o bem-estar de cristãos e judeus no Império Otomano. O problema para o governo otomano era obter o consentimento de sua maioria muçulmana para uma política de igualdade entre diferentes credos. O Alcorão traça distinções claras entre os muçulmanos e as outras duas religiões monoteístas, tendo essas distinções sido consagradas na lei islâmica. Para o governo em Istambul, desconsiderá-las seria, na opinião de muitos crentes, ir contra o livro sagrado e a lei de Alá.

Logo após a Guerra da Crimeia, o governo otomano decidiu correr o risco de provocar a indignação pública em âmbito doméstico para evitar novas intervenções europeias em nome das comunidades minoritárias não muçulmanas. O decreto da reforma de 1856 foi programado para coincidir com o Tratado de Paris, que punha fim à Guerra da Crimeia. A maior parte das disposições do decreto aludia aos direitos e responsabilidades dos cristãos e judeus. Ele estabeleceu pela primeira vez a igualdade completa de todos os otomanos, a despeito de sua religião: “Toda distinção ou designação usada para tornar qualquer classe dos súditos de meu império inferior a outra classe, em virtude de

sua religião, idioma ou raça, será erradicada para sempre do protocolo administrativo”. O decreto prometia a todos os súditos otomanos o acesso a escolas e empregos no governo, bem como ao serviço militar, sem discriminação de religião ou nacionalidade.

O processo de reforma já era controverso por suas inclinações europeias. Mas nada nas reformas anteriores ao decreto de 1856 violava diretamente o Alcorão — reverenciado pelos muçulmanos como a palavra literal e eterna de Alá. Contradizer o Alcorão era o mesmo que contradizer Alá, e não sem surpresa o novo decreto provocou enorme indignação entre os muçulmanos praticantes quando foi lido nas cidades do império. Um juiz otomano em Damasco registrou em seu diário, em 1856:

Foi lido na corte o decreto conferindo completa igualdade aos cristãos, concedendo-lhes igualdade e liberdade e outras violações da lei islâmica eterna [...]. Todos os muçulmanos cobriram [a cabeça] com cinzas. Pedimos a Alá que fortaleça a religião e dê a vitória aos muçulmanos.⁸

Os súditos de Abdulmecid I entenderam de imediato o significado dessa reforma em particular.

As reformas do Tanzimat estavam levando o Império Otomano para um território perigoso. Com a promulgação de reformas que contrariavam a religião e os valores da maioria da população, o governo se arriscava a provocar rebeliões contra a sua autoridade e a violência entre seus súditos.

OS OTOMANOS NÃO FORAM OS primeiros governantes islâmicos a decretar a igualdade entre muçulmanos, cristãos e judeus. Muhammad Ali fizera o mesmo no Egito na década de 1820 — nesse caso, porém, mais pelo

seu desejo de tributar e recrutar igualmente todos os egípcios, sem distinção de religião, do que por qualquer preocupação em libertar comunidades minoritárias. Embora objeções sem dúvida tenham sido levantadas entre muçulmanos piedosos quando o princípio da igualdade foi aplicado durante a ocupação egípcia da Grande Síria na década de 1830, Muhammad Ali tivera força suficiente para enfrentar os críticos e impor sua vontade. Tendo observado as reformas de Ali, os otomanos acreditaram que poderiam seguir seu precedente sem provocar conflitos civis.

A ocupação egípcia também abriu as províncias árabes do Império Otomano à entrada comercial europeia. Beirute emergiu como um importante porto no Mediterrâneo Oriental e os comerciantes ganharam acesso a novos mercados em cidades do interior antes fechadas para comerciantes ocidentais, como Damasco. Os comerciantes europeus passaram a confiar em cristãos e judeus locais para servir como intermediários — tradutores e agentes. Graças a essas conexões com o comércio europeu e à atividade consular, um bom número de cristãos e judeus enriqueceu, e muitos se tornaram imunes à lei otomana ao aceitar a oferta de cidadania europeia.

A comunidade muçulmana na Grande Síria já estava se tornando perigosamente ressentida com os privilégios de alguns cristãos e judeus árabes na década de 1840. O delicado equilíbrio comunitário estava sendo perturbado por forças externas. Pela primeira vez em gerações, as províncias árabes testemunharam violência sectária. Em 1840, os judeus de Damasco foram acusados do assassinato ritual de um padre católico e sujeitos à violenta repressão das autoridades.⁹ Em outubro de 1850, a violência irrompeu em Aleppo, quando uma multidão muçulmana atacou a próspera minoria cristã da cidade, deixando dezenas de mortos

e centenas de feridos. Eventos desse tipo não tinham precedentes na história de Aleppo e refletiam o ressentimento de comerciantes muçulmanos cujos negócios decaíam enquanto seus vizinhos cristãos enriqueciam devido a seus contatos comerciais com a Europa.¹⁰

Um problema maior estava se formando em Monte Líbano. A ocupação egípcia na década de 1830 levava ao colapso da ordem local e havia gerado uma divisão entre os maronitas, aliados dos invasores, e os drusos, que haviam resistido a eles. Após a retirada dos egípcios, os drusos retornaram a Monte Líbano e descobriram que os maronitas tinham se tornado ricos e poderosos em sua ausência — e reivindicaram terras que haviam abandonado ao fugir do domínio egípcio. As diferenças entre as comunidades levaram, em 1841, a um surto de conflitos, que prosseguiram de maneira intermitente pelas duas décadas seguintes, alimentados pelo apoio britânico aos drusos e francês aos maronitas.

Os otomanos tentaram obter vantagem do vácuo de poder deixado pelas forças egípcias em retirada para assegurar maior controle sobre a administração de Monte Líbano. Eles substituíram o desacreditado principado xiita que governava a região desde o final do século XVII por um governo duplo, chefiado por um maronita ao norte da estrada Beirute-Damasco e por um druso ao sul. Essa divisão não tinha base nem na geografia nem na demografia de Monte Líbano, pois havia maronitas e drusos em ambos os lados da fronteira. Como resultado, o governo duplo pareceu apenas exacerbar as tensões entre as duas comunidades. Para piorar as coisas, os maronitas padeciam de divisões internas, com profundas clivagens entre as famílias dominantes, os camponeses e o clero, o que incitou revoltas camponesas que aumentaram ainda mais as tensões. Em 1860, Monte Líbano se tornou

um barril de pólvora à medida que drusos e maronitas formavam bandos armados e se preparavam para a guerra.

Em 27 de maio de 1860, uma força cristã de 3 mil homens da cidade de Zahle marchou em direção ao território central dos drusos para vingar ataques contra aldeões cristãos. Eles combateram uma força menor de cerca de seiscentos drusos na estrada Beirute-Damasco, perto da aldeia de Ayn Dara. Os drusos impuseram aos rivais uma decisiva derrota e continuaram sua ofensiva, saqueando várias aldeias cristãs. A Batalha de Ayn Dara marcou o início de uma guerra de extermínio. Os cristãos maronitas sofreram derrotas sucessivas, à medida que suas cidades e aldeias eram invadidas pelos vitoriosos drusos, no que hoje seria caracterizado como um exemplo de limpeza étnica. Testemunhas falaram sobre rios de sangue fluindo pelas ruas das aldeias nas montanhas.

Em três semanas, os drusos haviam conquistado o sul de Monte Líbano e todo o vale do Beca. A cidade de Zahle, ao norte da estrada Beirute-Damasco, foi a última fortaleza cristã a cair. Em 18 de junho, os drusos a atacaram e invadiram, matando seus defensores e colocando seus moradores em fuga. Assim, as forças cristãs do Líbano foram completamente dizimadas, deixando os drusos como senhores plenos. Pelo menos duzentas aldeias foram saqueadas e milhares de cristãos foram mortos, feridos ou ficaram desabrigados.¹¹

Os eventos em Monte Líbano ampliaram as tensões em toda a Grande Síria. As relações entre muçulmanos e cristãos já tinham ficado delicadas com a proclamação do decreto da reforma de 1856 e o estabelecimento da igualdade legal entre os cidadãos otomanos de todas as fés. Vários cronistas em Damasco notaram como os cristãos haviam mudado desde a conquista de seus direitos legais. Eles não reconheciam

mais os privilégios costumeiros dos muçulmanos e haviam começado a usar as mesmas cores e roupas antes reservadas a eles. Além disso, tornaram-se cada vez mais assertivos. Assim se queixou um notável muçulmano: “Então acontecia que, quando um cristão brigava com um muçulmano, lhe devolvia qualquer insulto que este usasse, e até o aumentava”.¹² Os muçulmanos de Damasco julgavam tal comportamento intolerável.

Essas opiniões foram ecoadas por um notável cristão, Mikhayil Mishaqa. Nativo de Monte Líbano, Mishaqa servira a família governante Shihab durante a ocupação egípcia na década de 1830 e desde então havia se mudado para Damasco, onde conseguira um posto como vice-cônsul de um poder relativamente pequeno à época, os Estados Unidos da América. Ele escreveu:

À medida que o império começou a implementar reformas e a igualdade entre os súditos, qualquer que fosse a sua filiação religiosa, os cristãos ignorantes levaram longe demais sua interpretação de igualdade, pensando que os pequenos não precisavam se submeter aos grandes, os subalternos aos superiores. De fato, eles achavam que os cristãos humildes estavam em pé de igualdade com os superiores muçulmanos.¹³

Ao fazer pouco-caso de convenções antigas, e de maneira ostensiva, os cristãos de Damasco contribuíram involuntariamente para as tensões sectárias que viriam a ser sua ruína.

A comunidade muçulmana em Damasco seguiu os eventos sangrentos de Monte Líbano com sombria satisfação. Eles acreditavam, de forma um tanto justificada, que os maronitas haviam se comportado de maneira arrogante e provocado os drusos. Ficaram satisfeitos em vê-los derrotados e não demonstraram nenhum remorso pelo

derramamento de sangue. Quando souberam da queda de Zahle, “houve tal júbilo e celebração em Damasco”, registrou Mishaqa, que “parecia até que o império havia conquistado a Rússia”. Diante da crescente hostilidade dos muçulmanos da cidade, os cristãos damascenos começaram a temer pela própria segurança.

Após a queda de Zahle, bandos drusos começaram a invadir aldeias cristãs no interior de Damasco. Os camponeses cristãos fugiram de suas aldeias desprotegidas em busca da relativa segurança dos muros da cidade. As ruas dos bairros cristãos de Damasco começaram a se encher de refugiados, que, segundo Mishaqa, “dormiam nos becos ao redor das igrejas, sem cama exceto o chão e sem teto exceto o céu”. Esses cristãos indefesos acabariam se tornando alvo de um crescente sentimento anticristão, sua vulnerabilidade e pobreza diminuindo sua própria humanidade aos olhos daqueles que eram cada vez mais hostis à sua comunidade. Eles se voltavam agora para seus correligionários cristãos e para o governador otomano em busca de proteção contra o perigo.

Ahmad Paxá, o governador otomano de Damasco, não era amigo da comunidade cristã. Mishaqa, que como funcionário consular teve muitos encontros com ele, ficou convencido de que o governador estava promovendo ativamente as tensões intercomunitárias. Segundo Mishaqa, ele acreditava que os cristãos haviam tido uma ascensão desproporcional desde as reformas de 1856 e que tentavam deliberadamente fugir dos deveres — sobretudo as obrigações fiscais — que acompanhavam seus novos direitos. Embora a comunidade muçulmana de Damasco superasse a cristã na proporção de cinco para um, Ahmad Paxá exacerbava o medo dos muçulmanos ao postar canhões para “proteger” as mesquitas de possíveis ataques. Ao agir assim, os encorajava a acreditar que existia de fato uma ameaça cristã.

No auge das tensões, Ahmad Paxá organizou uma manifestação destinada a provocar um motim. Em 10 de julho de 1860, ele fez com que um grupo de prisioneiros muçulmanos presos por crimes contra cristãos desfilasse pelas ruas do centro de Damasco — sob o pretexto de lhes dar uma lição. Previsivelmente, uma multidão muçulmana se reuniu em torno dos homens para quebrar suas correntes e libertá-los. O espetáculo de muçulmanos sendo publicamente humilhados daquela maneira apenas reforçava a opinião generalizada de que os cristãos haviam tido uma ascensão desproporcional desde o decreto de 1856. A turba se dirigiu então aos bairros cristãos da cidade determinada a lhes dar uma lição. Com os recentes acontecimentos em Monte Líbano ainda frescos na mente de todos, o extermínio parecia uma solução razoável para a multidão impiedosa.

Mishaqa se viu pego pela violência que previra tanto tempo antes. Ele descreveu como a turba derrubou seus portões e invadiu sua casa. Mishaqa e os filhos mais novos fugiram pela porta dos fundos, na esperança de se refugiar na casa de um vizinho muçulmano. A cada curva da estrada, seu caminho era bloqueado pelos violentos manifestantes. Para distraí-los, ele jogou ao ar punhados de moedas e fugiu com os filhos enquanto a multidão corria atrás do dinheiro. Três vezes ele iludiu a turba com essa artimanha, mas ao final se viu sem saída, tendo o caminho bloqueado por uma multidão frenética.

Eu não tinha para onde correr. Eles me cercaram para me despir e matar. Meu filho e minha filha gritavam: “Não matem nosso pai, matem a nós!”. Um desses infelizes atingiu minha filha na cabeça com um machado, e responderá por seu sangue. Outro atirou em mim de uma distância de seis passos e errou, mas fui ferido na têmpora direita por um golpe de machado, e meu lado

direito, rosto e braço foram esmagados por um golpe de porrete. Havia tal multidão ao meu redor que era impossível disparar sem atingir os outros.

Mishaqa era agora prisioneiro da turba. Foi separado da família e levado por ruas secundárias até a casa de um oficial. Afinal de contas, era vice-cônsul de um Estado estrangeiro. Um dos vizinhos muçulmanos de Mishaqa deu refúgio a seu amigo cristão e o reuniu a seus familiares, todos os quais — inclusive sua jovem filha agredida pela multidão — sobreviveram milagrosamente ao massacre.

Apenas os cristãos que tiveram a sorte de encontrar um refúgio seguro como esse escaparam da carnificina. Alguns foram salvos por notáveis muçulmanos, chefiados pelo herói da resistência argelina ao colonialismo francês, o emir exilado Abd al-Qadir. Esses muçulmanos arriscaram a própria vida para resgatar e dar abrigo aos cristãos em fuga. Outros cristãos conseguiram se refugiar no espaço limitado dos consulados britânico e prussiano, cujos guardas conseguiram conter a multidão. A maior parte dos que sobreviveram se abrigou precariamente na cidadela de Damasco, temendo que os soldados pudessem deixar a multidão passar a qualquer momento. Enquanto a maioria dos cristãos da cidade foi capaz de encontrar um refúgio seguro, milhares não tiveram a mesma sorte e sofreram uma terrível violência nas mãos da multidão em três dias de carnificina.

Mais tarde, Mishaqa detalhou o custo humano e material dos massacres em um relatório para o cônsul americano em Beirute. Ele alegou que nada menos que 5 mil cristãos haviam sido mortos, em uma comunidade que originalmente contava com 20 mil. Cerca de quatrocentas mulheres foram raptadas e estupradas, e muitas engravidaram, inclusive uma das próprias empregadas de Mishaqa. Os danos materiais foram enormes. Mais de 1500 casas foram destruídas,

todas as lojas pertencentes a cristãos haviam sido saqueadas e cerca de duzentas lojas nos bairros cristãos foram incendiadas. Igrejas, escolas e mosteiros foram pilhados e destruídos.¹⁴ O roubo, o vandalismo e o fogo haviam arrasado os bairros cristãos, em uma irrupção de violência coletiva sem precedentes na história moderna da cidade.

O GOVERNO OTOMANO ESTABELECEU a igualdade legal entre seus cidadãos muçulmanos e não muçulmanos em grande parte para impedir que as potências europeias interferissem em seus assuntos internos. A violência que se seguiu contra os cristãos em Monte Líbano e Damasco, no entanto, gerou a perspectiva de uma intervenção europeia em grande escala. Ao ser informado do massacre, o governo de Napoleão III despachou imediatamente uma expedição militar liderada pelo general Charles de Beaufort d'Hautpoul, um aristocrata francês que havia assessorado o exército egípcio durante sua ocupação da Síria na década de 1830. De Beaufort foi encarregado de evitar mais derramamento de sangue e de levar à Justiça os autores da violência contra os cristãos.

Os otomanos tiveram que agir depressa. Enviaram a Damasco um funcionário de alto escalão chamado Fuad Paxá, um artífice das reformas do império, para tomar todas as medidas necessárias a fim de restaurar a ordem no local antes que a expedição francesa chegasse à costa síria. Fuad cumpriu sua missão com notável eficiência, e logo instaurou um tribunal militar para punir severamente todos os responsáveis pelo colapso da ordem. O governador de Damasco foi condenado à morte por seu fracasso em impedir o massacre. Dezenas de muçulmanos, da nobreza aos trabalhadores urbanos mais pobres, foram enforcados publicamente nas ruas da cidade. Dezenas de soldados

otomanos enfrentaram o pelotão de fuzilamento por terem abandonado suas fileiras e participado dos assassinatos e pilhagens. Centenas de cidadãos foram exilados ou levados acorrentados para cumprir longas penas de trabalho forçado na prisão.

O governo também criou comissões para tratar dos pedidos cristãos de indenização pelos danos sofridos e propriedades roubadas. Os bairros muçulmanos foram esvaziados para prover moradia temporária aos cristãos sem-teto, enquanto pedreiros financiados pelo Estado reconstruíam seus bairros devastados. Em suma, os oficiais otomanos anteciparam todas as queixas que as potências europeias poderiam levantar e buscaram resolvê-las antes que estas tivessem uma chance de intervir. Quando o general De Beaufort chegou à costa libanesa, Fuad tinha a situação sob controle. Ele agradeceu profusamente aos franceses por seus serviços e lhes providenciou um acampamento na costa libanesa, longe de qualquer centro populacional, onde os soldados permaneceriam disponíveis caso fossem necessários. A necessidade nunca surgiu, e um ano depois os franceses retiraram suas forças. Os otomanos haviam vencido a crise, sua soberania intacta.

OS OTOMANOS APRENDERAM ALGUMAS lições importantes com a experiência de 1860. Nunca mais apresentariam reformas que contrariassem abertamente a doutrina islâmica. Assim, nas décadas que se seguiram, quando o movimento abolicionista e o governo britânico reuniram forças para pressionar o Império Otomano a abolir a escravidão, a Sublime Porta hesitou. Os versos do Alcorão encorajam os proprietários a tratar bem os escravos, a permitir que se casem e a lhes conceder a liberdade, mas a escravidão não é de forma alguma proibida. Como o sultão poderia proibir algo que era permitido pelo livro

sagrado? Em um esforço para acomodar a pressão britânica, a Sublime Porta concordou em trabalhar no sentido de abolir o *comércio* de escravos, sobre o qual o Alcorão nada diz. Em 1880, o governo em Istambul assinou uma convenção anglo-otomana para acabar com o tráfico de escravos negros. Foi um compromisso destinado a preservar a paz dentro do império, e não para refrear a escravidão.¹⁵

Os otomanos também reconheceram a necessidade de equilibrar as reformas com benefícios para angariar apoio público ao Tanzimat. A população em geral não havia ganhado nada com o aumento da burocracia destinada a tributá-la e a recrutá-la de maneira mais eficiente para o serviço militar ao estilo ocidental. Todas as mudanças legais destinadas a tornar o império mais compatível com o pensamento e a prática política da Europa eram estranhas ao otomano comum. Para encorajar seus súditos a aceitarem essas mudanças, o governo precisava investir mais na economia local e na promoção do bem-estar social. Projetos de larga escala que davam ao público orgulho e confiança no governo do sultão — como a iluminação a gás, balsas a vapor e bondes elétricos — poderiam gerar o apoio necessário para as reformas. A Sublime Porta precisava fazer contribuições tangíveis e visíveis à sociedade otomana e à economia para que o processo de reforma não causasse mais perturbações.

A segunda metade do século XIX testemunhou o investimento maciço do Estado em projetos de construção e obras públicas em todo o império. Dois Estados vassallos otomanos — Egito e Tunísia — gozavam de autonomia suficiente para seguir seus próprios programas de desenvolvimento. Tendo adotado as ideias do Iluminismo, o mundo otomano começou a adquirir avançada tecnologia industrial europeia em meio a uma grande onda de gastos. Bens e produtos industriais

chegavam aos mercados árabes em uma diversidade cada vez maior, à medida que o mundo otomano era atraído para a economia global do final do século XIX.

* * *

O EGITO LIDEROU O CAMINHO em iniciativas de modernização no século XIX. Muhammad Ali investiu pesadamente no âmbito industrial e tecnológico, embora seus projetos fossem realizados sempre tendo os militares em mente. Coube a seus sucessores investir na infraestrutura *civil* do Egito.

Abbas Paxá (g. 1848-54) iniciou esse processo modestamente, ao conceder a uma empresa britânica o contrato para construir uma estrada de ferro entre o Cairo e Alexandria. As concessões eram o contrato-padrão por meio do qual os governos incentivavam empresas privadas a realizar grandes investimentos em seus domínios. Seus termos estipulavam os direitos e benefícios para os investidores e para o governo por um período fixo de tempo. Quanto mais generosos, mais fácil era atrair os empresários para o país. No entanto, os governos tinham que tomar cuidado para não conceder demais aos estrangeiros se quisessem que a empresa gerasse algum lucro para seu próprio Tesouro. Com a competição dos governos da América do Sul, África e Ásia por novas tecnologias, os industriais propunham barganhas difíceis. Abbas Paxá era um homem conservador, do tipo que preferia não assumir muitos compromissos com investidores estrangeiros.

O governante seguinte do Egito, Said Paxá (g. 1854-63), tinha planos muito mais ambiciosos para o país. Ele estabeleceu uma segunda ferrovia entre o Cairo e Alexandria e outorgou uma concessão para a

construção de uma nova linha que ligaria o Cairo a Suez, completando a ligação terrestre entre o Mediterrâneo e a rota do mar Vermelho até o oceano Índico. Ele promoveu ainda parcerias com os europeus para levar barcos a vapor ao Nilo e ao mar Vermelho. No entanto, nada se compararia à concessão que Said outorgou em 1856 a seu ex-professor de francês, Ferdinand de Lesseps, para a construção de uma via navegável ligando o Mediterrâneo ao mar Vermelho: o canal de Suez. Este seria o maior projeto de desenvolvimento do Egito, e o maior sorvedouro de recursos de seu Tesouro no século XIX.

A outorga de concessões não constituía por si mesma uma despesa para o Tesouro. Se todos os empreendimentos estabelecidos pelos beneficiários das concessões egípcias tivessem tido sucesso, investidores e governo teriam lucrado. Infelizmente, muitos desses empreendimentos eram arriscados e não alcançaram êxito. Isso já teria sido ruim o bastante para o governo, que esperara construir uma economia mais forte por meio do investimento em tecnologia europeia. Suas perdas, porém, eram agravadas por demandas dos cônsules europeus, que solicitavam indenizações quando os investimentos de seus cidadãos fracassavam.

Por questão de orgulho nacional, cada cônsul tomava nota das indenizações recebidas pelos cônsules de outros Estados e procurava superá-los. Assim, quando a Companhia de Navegação do Nilo faliu, o Tesouro egípcio teve de compensar os acionistas europeus em 340 mil libras.¹⁶ Os austríacos estabeleceram uma nova referência para as reivindicações quando seu cônsul conseguiu arrancar 700 mil francos do governo do Egito para compensar um investidor austríaco sob o pretexto espúrio de que 28 caixas de casulos de seda haviam se estragado pela partida tardia do trem de Suez para o Cairo. Dizem que certa vez

Said interrompeu uma reunião com um empresário europeu para pedir a um funcionário que fechasse a janela. “Se esse cavalheiro pegar um resfriado”, ironizou, “isso me custará 10 mil libras.”¹⁷

O projeto do canal de Suez geraria a maior indenização de todas. Os britânicos se opunham aos planos franceses de criar um canal ligando o Mediterrâneo ao mar Vermelho. Em virtude de seu império na Índia, a Grã-Bretanha inevitavelmente ficaria mais dependente do canal que qualquer outra potência marítima. A ideia de estabelecer uma hidrovia tão estratégica sob o controle de uma empresa *francesa* era inaceitável para os britânicos. Eles não poderiam impedir que o governo egípcio oferecesse concessões em seu solo soberano, mas poderiam objetar aos seus termos. Especificamente, eles se opuseram ao compromisso do Egito de fornecer mão de obra gratuita para escavar o canal, argumentando que isso equivalia a trabalho escravo, e exigiram que o Egito rescindisse os artigos que conferiam à Companhia do Canal de Suez direitos de exploração em regime colonial sobre ambas as margens do canal. O governo egípcio dependia demais da boa vontade da Grã-Bretanha para recusar suas objeções e, portanto, notificou a Companhia do Canal de Suez de que desejava renegociar os termos-chave da concessão original de 1856. A empresa entregou a disputa ao governo francês para defender seus direitos como concessionária contra a pressão britânica.

O sucessor de Said, Ismail Paxá (g. 1863-79), herdou a disputa e teve que se submeter à arbitragem do imperador francês Napoleão III — dificilmente uma parte desinteressada. Em sua decisão de 1864, Napoleão III exigiu que o governo egípcio pagasse 38 milhões de francos para a Companhia do Canal de Suez a fim de compensar a perda de mão de obra gratuita e 30 milhões de francos pela terra ao longo das margens

do canal que seria devolvida ao Egito. Além disso, ele encontrou razões para cobrar do governo egípcio mais 16 milhões de francos, totalizando uma indenização de cerca de 84 milhões de francos suíços (3,36 milhões de libras, cerca de 33,5 milhões de dólares em 1864) — uma soma sem precedentes.¹⁸

Apesar das enormes perdas enfrentadas por conta de seus projetos de desenvolvimento, o governo egípcio permaneceu otimista em relação ao seu futuro econômico. A cultura de exportação mais importante do país era o algodão de fibra longa, valorizado pelos tecelões europeus. Em 1861, o suprimento de algodão americano foi interrompido pela eclosão da Guerra Civil. Entre 1861 e 1865, os preços da matéria-prima quadruplicaram. A renda anual do Egito relativa ao algodão aumentou drasticamente de cerca de 1 milhão de libras no início de 1850 a um pico de 11,5 milhões em meados da década de 1860. Com o dinheiro do algodão fluindo para os cofres públicos, Ismail Paxá acreditava que poderia honrar seus compromissos com a Companhia do Canal de Suez e ainda empreender novos projetos ambiciosos.

Ismail desejava transformar o Egito em uma grande potência e obter maior reconhecimento pessoal como seu governante. Em 1867, ele pediu permissão aos otomanos para mudar seu título governamental de paxá para *quediva*, uma qualificação persa mais altissonante que significa “vice-rei”. Como *quediva*, Ismail procurou reconstruir sua capital — o Cairo — tomando Paris como exemplo. De olho nas cerimônias que marcariam a abertura do canal de Suez em 1869, ele colocou a cidade em um curso de transformação rápida e radical. Bairros modernos com prédios de estilo europeu alinhados em ruas largas e retas foram construídos entre o Cairo Antigo e o Nilo. Uma nova ponte foi construída sobre o rio, e Ismail ergueu para si mesmo um novo palácio

na ilha principal do Nilo (que mais tarde seria convertido em hotel, quando o governo egípcio fosse à falência). As ruas eram pavimentadas e iluminadas com equipamentos a gás. Os arquitetos paisagistas transformaram as antigas lagoas que se formavam com as enchentes do Nilo, como a lagoa Ezbekiyya, em jardins públicos com cafés e passeios. Um teatro nacional e uma ópera foram construídos.¹⁹ O compositor italiano Verdi foi contratado para escrever uma ópera com um tema egípcio para inaugurar o novo espaço, mas demorou um pouco para completar *Aida*, então o salão foi aberto sob os acordes de *Rigoletto*. O frenesi de construção culminaria com a visita da imperatriz francesa Eugênia para celebrar a abertura do canal de Suez, em novembro de 1869.

Os gastos assombrosos faziam parte da tentativa de Ismail de garantir o lugar do Egito entre os Estados civilizados do mundo. Embora as cerimônias fossem, em todos os casos, impressionantes, o novo Cairo era um projeto de vaidade construído com base em empréstimos, que deixaram o governo de Ismail vivendo de maneira artificial. A ironia da situação era que o Egito embarcara em seus esquemas de desenvolvimento para garantir a independência do domínio otomano e europeu. No entanto, a cada nova concessão, seu governo se tornava mais vulnerável à invasão europeia. O país não estava sozinho. Outro Estado no norte da África também estava aumentando sua dependência da Europa através de reformas ambiciosas e projetos de desenvolvimento.

A Tunísia, como o Egito, desfrutou de autonomia suficiente do Império Otomano para buscar seus próprios projetos de desenvolvimento no século XIX. Seu governo, conhecido na época como a Regência de Túnis, era liderado pela dinastia husseinita desde o início

do século XVIII. Os tempos dos corsários na costa da Berberia eram coisa do passado. Desde 1830, a Regência banira quaisquer vestígios de pirataria e procurava desenvolver a economia do país por meio da indústria e do comércio.

Entre 1837 e 1855, Túnis foi governada por um reformista chamado Ahmad Bei. Fortemente influenciado pelo exemplo de Muhammad Ali no Egito, Ahmad Bei criou um exército nizami no país, além de uma academia militar e indústrias de apoio para produzir as armas e uniformes necessários. Entre os militares treinados para o novo exército estava um jovem mameluco chamado Khayr Din, que provaria ser um dos grandes reformadores do século XIX, acabando por se tornar primeiro-ministro tanto em Túnis quanto no próprio Império Otomano.

Como mameluco, Khayr Din foi o último de seu tipo, um homem que se elevou da condição de escravo ao topo do poder político. Em sua autobiografia, dirigida aos filhos, ele ofereceu um raro vislumbre de como era a sensação de ser um mameluco: “Embora eu esteja seguro de não ser circassiano, não tenho memória exata do meu país ou de meus pais. Creio ter sido separado de minha família depois de alguma guerra ou emigração, e perdi o rastro deles para sempre”. Apesar de repetidas tentativas, Khayr Din nunca conseguiu encontrar sua família biológica. “Minhas primeiras lembranças da infância”, escreveu ele, “estão em Istambul, de onde passei ao serviço do bei de Túnis em 1839.”²⁰

Depois de aprender árabe e receber educação islâmica, Khayr Din foi alistado no exército e treinado por oficiais franceses. Um jovem e brilhante militar, ele subiu ao topo do corpo de oficiais e alcançou o posto de general antes de entrar na vida política — tudo isso apenas catorze anos depois de chegar à Tunísia. Fluente em francês, árabe e turco, Khayr Din viajou muito pela Europa e pelo Império Otomano ao

longo de sua carreira. Sua experiência em primeira mão do progresso europeu fez dele um fervoroso defensor das reformas do Tanzimat e da necessidade de recorrer à experiência e tecnologia europeias para capacitar os Estados muçulmanos a realizar todo o seu potencial. Ele expôs seus pontos de vista em um influente tratado político publicado em árabe em 1867 e com tradução francesa autorizada dois anos depois.

Khayr Din dirigia sua agenda de reformas a um público europeu cético quanto à capacidade do mundo muçulmano de se adaptar à era moderna e a um público muçulmano que rejeitava as inovações estrangeiras como algo contrário à religião e aos valores do islã. Em seu texto, ele elabora um argumento apresentado pela primeira vez por Tahtawi (Khayr Din havia lido e admirado seu livro sobre a França), o defensor egípcio das reformas ao qual os reformistas muçulmanos retornariam ao longo do século XIX: o de que os empréstimos muçulmanos das ciências europeias modernas eram apenas o pagamento da dívida que a Europa tinha com as ciências islâmicas medievais.²¹

Embora fosse um declarado defensor das reformas políticas e econômicas, Khayr Din era um conservador em matéria fiscal. Ele queria que a Tunísia desenvolvesse sua base econômica a fim de poder suportar as despesas de aplicação da tecnologia moderna. Acreditava que o governo deveria investir em fábricas para processar suas próprias colheitas e convertê-las em bens para vender no mercado doméstico. Lamentava que os trabalhadores tunisianos vendessem seu algodão, seda e lã “para a Europa a preços baixos, para em seguida comprá-los de volta, depois de processados [em tecidos manufaturados], a um preço várias vezes maior”.²² Seria muito melhor, argumentava ele, que as fábricas da Tunísia fiassem e produzissem tecidos para o consumo

doméstico. Dessa forma, a prosperidade do país se expandiria, permitindo que o governo investisse em projetos de maior infraestrutura. Essa boa gestão financeira exigia um governo inteligente. Khayr Din observava com crescente consternação enquanto os governantes da Tunísia conduziam o país pelo caminho da insolvência por meio de projetos de vaidade e maus investimentos.

A Tunísia é um país relativamente pequeno, e seus gastos com reformas foram modestos se comparados com os projetos realizados no Egito. As maiores despesas durante o reinado de Ahmad Bei tiveram relação com o exército nizami. Como aspirava a manter uma infantaria de 26 mil homens, Ahmad Bei importou da França toda a tecnologia e mão de obra necessárias para a criação de indústrias de apoio — arsenais, fundições, fábricas de tecidos para uniformes, curtumes para selas e botas e assim por diante. No entanto, como Ismail Paxá no Egito, Ahmad Bei também se dedicou a alguns projetos de vaidade. Sua maior extravagância foi um complexo palaciano em Muhammadia, quinze quilômetros a sudoeste da capital, Túnis, que ele descreveu como o Versalhes da Tunísia. Como os gastos cada vez mais superavam as receitas, ele foi forçado a reduzir suas ambições, por fim abandonando, com perda total, muitas das novas fábricas.

Os sucessores de Ahmad Bei continuaram o processo de reforma, combinando altos gastos em projetos públicos com recursos cada vez menores. Uma linha telegráfica foi criada em 1859 para melhorar as comunicações, e um aqueduto foi construído para fornecer água fresca para a cidade. Uma concessão foi outorgada a uma empresa britânica para a construção de uma ferrovia de 35 quilômetros ligando Túnis ao porto de La Goulette e à cidade litorânea de al-Marsa. A iluminação a gás foi introduzida em Túnis e as ruas da cidade foram pavimentadas.²³

Assim como Ismail Paxá no Egito, os governantes da Tunísia queriam dotar sua capital com todos os aparatos da modernidade europeia.

O PROCESSO DE REFORMAS PROSSEGUIU a um ritmo diferente em Istambul e nas outras províncias otomanas. Como centro imperial, responsável pelas províncias espalhadas pelos Bálcãs, pela Anatólia e pelo mundo árabe, Istambul precisava garantir o desenvolvimento de todas as capitais provinciais. Assim, empreendeu grandes projetos urbanos no mundo árabe, construindo novos mercados, prédios oficiais e escolas. Além disso, introduziu iluminação a gás, bondes e outros aparatos da vida moderna em muitas das principais cidades do império.

Os otomanos também outorgaram concessões a empresas europeias para a construção de grandes projetos de infraestrutura. Modernizaram portos em Istambul e Esmirna, na Turquia, e em Beirute. Montaram companhias de navios a vapor no mar Negro e no mar de Mármara. Em 1856, uma firma britânica obteve a concessão para construir a primeira ferrovia na Turquia, uma linha de 130 quilômetros que ia do porto de Esmirna até o interior agrícola de Aydin. Uma empresa francesa obteve a concessão para uma segunda linha de Esmirna a Kasaba (93 quilômetros), construída entre 1863 e 1865. À medida que essas linhas foram ampliadas, as receitas que o governo extraía das ferrovias aumentaram significativamente, incentivando novos investimentos na rede ferroviária da Anatólia. Vários empreendimentos industriais foram estabelecidos no Tanzimat, e minas foram abertas para a extração de carvão e minérios. No entanto, os lucros dos empreendimentos de sucesso foram acompanhados pelas perdas dos que não alcançaram êxito, e os retornos dos investimentos otomanos nunca compensaram os custos da nova tecnologia.

OS GASTOS IMPRUDENTES DO GOVERNO alarmaram os reformistas no Império Otomano e no norte da África. A aquisição da tecnologia europeia alcançara o oposto do resultado pretendido; em vez de criar Estados fortes e independentes, o processo de desenvolvimento levava ao empobrecimento e enfraquecimento dos governos do Oriente Médio, aumentando sua vulnerabilidade à intervenção europeia. Ao escrever sobre a Tunísia, Khayr Din afirmou:

É claro que as despesas excessivas que sobrecarregam o reino além de sua capacidade são resultado de um governo arbitrário, e que a economia, que é o curso do bem-estar do reino, é atingida pela regulação de todas as despesas dentro dos limites do Tanzimat.²⁴

Para que os projetos de desenvolvimento dessem frutos, argumentava Khayr Din, os governos não podiam gastar além de suas possibilidades. Os benefícios das reformas do Tanzimat estavam sendo prejudicados por governos arbitrários e gastos excessivos.

Para pensadores reformistas como Khayr Din, a solução para os gastos irresponsáveis e para a governança arbitrária estava nas reformas constitucionais e no governo representativo. Os ecos da análise de Tahtawi sobre a Constituição francesa podiam ser ouvidos muito claramente na segunda metade do século XIX. Sob o domínio constitucional, um país prosperaria, o conhecimento do povo aumentaria, sua riqueza se acumularia e seus corações ficariam satisfeitos. Pelo menos era essa a teoria.

A Constituição da Tunísia de 1861 ficou aquém das esperanças dos reformistas. Seu texto se baseava nos decretos das reformas otomanas de 1839 e 1856 e colocava poucos limites ao poder executivo do bei, que mantinha o direito de nomear e demitir seus ministros. No entanto,

previa a criação de uma assembleia de representantes, o Grande Conselho, composto por sessenta membros escolhidos pelo governante. Khayr Din, nomeado presidente do Grande Conselho, logo se desiluiu com os poderes limitados da assembleia para refrear os excessos do bei. Ele reconheceu que Ahmad Bei e seu primeiro-ministro haviam criado o conselho apenas para endossar suas decisões, e assim, em 1863, apresentou sua renúncia. Ela foi motivada pela decisão do governo de contrair seu primeiro empréstimo no exterior, o que, segundo as previsões de Khayr Din, levaria o seu país adotivo “à ruína”.²⁵

O movimento constitucional egípcio também criou raízes na década de 1860. Seguindo as linhas da análise de Tahtawi, muitos reformistas acreditavam que o governo constitucional era a base da força e prosperidade europeias e o elo perdido nas reformas do próprio Egito. No entanto, como na Tunísia, nenhuma mudança era possível sem o consentimento do governante. Foi o vice-rei do Egito, Ismail Paxá, que convocou a criação da primeira Assembleia de Representantes em 1866. A assembleia era composta por 75 membros eleitos indiretamente para mandatos de três anos. Como o bei na Tunísia, o governante egípcio tratou de garantir que os notáveis latifundiários respaldassem suas controversas políticas financeiras nas sessões do conselho, cujo papel era meramente consultivo (os deputados não tinham nenhuma participação na elaboração das leis do Egito). Embora fosse uma criação do governante, a assembleia se tornou um fórum para as elites egípcias expressarem críticas às políticas do qudiva e de seu governo, e marcou o início de uma participação mais ampla nos assuntos de Estado.²⁶

O movimento constitucional mais significativo no Mediterrâneo Oriental surgiu na Turquia otomana. Alguns dos principais intelectuais turcos se reuniram em Paris e Londres no final da década de 1860, onde

se encontraram com liberais europeus e formularam um conjunto de exigências por um governo constitucional, pela soberania do povo e por um Parlamento eleito para representá-lo. A Sociedade dos Jovens Otomanos, como ficou conhecida, criticava o governo pela pobreza reinante e pela condição financeira do Estado. Seus membros lamentavam a crescente dependência do Império Otomano das potências europeias, bem como a intervenção estrangeira em seus assuntos internos, e culpavam diretamente as políticas irresponsáveis do sultão e seu governo pelos problemas da Turquia. Os jovens otomanos publicavam jornais e pressionavam governos estrangeiros para obter apoio a sua causa. Mesmo assim, reconheceram que a mudança só poderia vir com o consentimento do sultão. Namik Kemal, um dos grandes intelectuais turcos do século XIX, disse a seus colegas que “a nação otomana era leal a seus governantes; em nosso caso, nada será feito a menos que o [sultão] realmente queira”.²⁷ A sociedade se dissolveu em 1871, mas retornou a Istambul para advogar em favor de sua causa, encontrando apoio entre os funcionários reformistas do governo. Seus esforços foram recompensados em 1876 com a promulgação da Constituição otomana e a convocação do primeiro Parlamento do império.

Se os reformistas da Tunísia, do Egito e do Império Otomano tinham a intenção de evitar o colapso econômico ao instituir reformas constitucionais, ficariam terrivelmente desapontados. Os primeiros movimentos constitucionais eram respeitosos demais com a autoridade para impor restrições aos governantes. Eles pareciam esperar que o bei em Túnis, o paxá no Cairo ou o sultão em Istambul aceitassem restrições e compartilhassem poder com assembleias de representantes como um ato de franca benevolência. Essas expectativas não eram

realistas. O bei, o paxá e o sultão continuaram a governar como antes, e não havia restrições que pudessem frear seus gastos ou impedir que seus governos chegassem à situação de insolvência.

A MAIOR AMEAÇA INDIVIDUAL À independência do Oriente Médio não foram os exércitos da Europa, mas seus bancos. Os reformistas otomanos ficavam aterrorizados com os riscos envolvidos em aceitar empréstimos dos europeus. Em 1852, quando o sultão Abdulmecid I foi buscar fundos na França, um de seus conselheiros o chamou de lado e aconselhou-o fortemente contra a ideia: “Seu pai [Mahmoud II] travou duas guerras com os russos e passou por muitas campanhas. Sofreu enormes pressões, mas não pediu dinheiro emprestado no exterior. Seu sultanato transcorre em paz. O que as pessoas irão dizer se pedir dinheiro emprestado?”. O conselheiro continuou: “Se esse Estado pegar emprestado cinco piastras que seja, acabará por afundar. Pois, uma vez feito o primeiro empréstimo, não haverá mais fim. [O Estado] afundará em dívidas”. Abdulmecid I foi convencido e mudou de ideia, embora dois anos depois voltasse a procurar os credores europeus.²⁸

Em 1863, Khayr Din preferiu renunciar ao cargo de presidente do Grande Conselho da Tunísia a chancelar o primeiro empréstimo do país no exterior. Mais tarde, ele escreveu amargamente sobre as políticas que levaram à falência da Tunísia em 1869.

Depois de ter esgotado todos os recursos da Regência, [o primeiro-ministro] se lançou na ruínosa rota dos empréstimos, e em menos de sete anos [...] a Tunísia, que nunca devera nada a ninguém, viu-se sobrecarregada com uma

dívida de 240 milhões de piastras [6 milhões de libras, 39 milhões de dólares] junto a governos da Europa.²⁹

Pela estimativa de Khayr Din, as receitas anuais da Tunísia permaneceram constantes, em cerca de 20 milhões de piastras, durante a era das reformas. Isso implicava que, durante sete anos, os gastos haviam excedido as receitas em 170% ao ano. O resultado foi a rendição da soberania da Tunísia a uma comissão financeira internacional.

EM 1875 O GOVERNO CENTRAL OTOMANO seria o próximo a declarar falência. Ao longo de vinte anos, os otomanos haviam contraído dezesseis empréstimos no exterior, totalizando quase 220 milhões de libras (1,21 bilhão de dólares). A cada empréstimo, sua economia caía ainda mais sob o domínio econômico europeu. Entre os descontos que se via obrigado a fazer para atrair investidores cada vez mais céticos e as várias comissões e taxas cobradas para empréstimos flutuantes nos mercados europeus, o governo otomano receberia apenas 116 milhões de libras esterlinas (638 milhões de dólares), sendo a maior parte desse montante destinada a conter o aumento da dívida (cerca de 19 milhões de libras, ou 104,5 milhões de dólares, em quitação do principal, e outros 66 milhões de libras, ou 363 milhões de dólares, em pagamento de juros). Isso deixava apenas 41 milhões de libras (225,5 milhões de dólares) para os otomanos investirem em seus objetivos econômicos de uma dívida total de 220 milhões (1,21 bilhão de dólares). Como previra o assessor de Abdulmecid I, o Estado otomano afundou, sufocado pelas obrigações contraídas no exterior.

Nos seis anos seguintes, em meio ao tumulto de outra guerra desastrosa com a Rússia (1877-8) e às perdas territoriais ratificadas no

Tratado de Berlim de 1878, que pôs fim ao conflito, os otomanos finalmente chegaram a um acordo com seus credores europeus em 1881 com a formação da Administração da Dívida Pública Otomana (ADPO). Encabeçada por um conselho de sete homens representando os principais Estados acionistas (Grã-Bretanha, França, Alemanha, Áustria-Hungria, Itália, Holanda e Império Otomano), a presidência da ADPO se alternava entre a França e a Grã-Bretanha. A organização assumiria controle total de setores inteiros da economia otomana, dedicando ao pagamento da dívida as receitas obtidas com o monopólio do sal, impostos sobre a pesca, dízimos cobrados no comércio da seda, direitos de emissão de papel timbrado e taxas sobre bebidas alcoólicas, bem como parte dos tributos anuais de várias províncias otomanas. O lucrativo comércio de tabaco também caiu sob a ADPO, embora uma administração distinta logo tenha sido criada para supervisionar o monopólio da compra e venda desse produto. A ADPO obteve assim um tremendo poder sobre as finanças do Império Otomano, que as potências europeias usaram não apenas para controlar as ações do governo do sultão mas para abrir a economia otomana a empresas europeias dos setores de mineração, ferrovias e obras públicas.³⁰

EMBORA O EGITO DETENHA A DISTINÇÃO de ser o último dos Estados do Oriente Médio a declarar falência, em 1876, a posição do governo teria sido muito mais forte se o país tivesse declarado insolvência antes disso. Os paralelos com o caso otomano são impressionantes. Entre 1862 e 1873, o Egito contrairia oito empréstimos no exterior, totalizando 68,5 milhões de libras (376,75 milhões de dólares), que, uma vez deduzidos os descontos, deixariam ao governo apenas 47 milhões de libras (258,5

milhões de dólares), dos quais cerca de 36 milhões (198 milhões de dólares) deveriam ser gastos no pagamento do principal e dos juros sobre os empréstimos. Assim, de uma dívida de 68,5 milhões de libras (376,75 milhões de dólares), o governo egípcio dispôs de apenas cerca de 11 milhões (60,5 milhões de dólares) para investir em sua economia.

Confrontado com a crescente dificuldade de levantar fundos para cobrir suas dívidas, o quediwa Ismail começaria a vender ativos do Estado e, em âmbito interno, tomaria empréstimos num total de cerca de 28 milhões de libras (154 milhões de dólares). Em 1872, o governo aprovou uma lei concedendo a proprietários de terras que pagassem antecipadamente seis anos de impostos um desconto futuro de 50%, em caráter perpétuo, sobre os impostos fundiários. Como essa medida desesperada não foi capaz de estancar a hemorragia, o vice-rei decidiu vender as ações do governo na Companhia do Canal de Suez ao governo britânico, em 1875, por 4 milhões de libras (22 milhões de dólares) — recuperando apenas um quarto dos 16 milhões de libras (88 milhões de dólares) que se estima que o canal tenha custado aos cofres públicos. Despojado de seus principais bens, o Tesouro tentou adiar o pagamento dos juros da dívida do Estado em abril de 1876. Isso equivalia a uma declaração de falência, e os representantes da economia internacional logo se abateram sobre o Egito como uma praga.

Entre 1876 e 1880, as finanças do país passaram ao controle de especialistas europeus da Grã-Bretanha, França, Itália, Áustria e Rússia, cuja principal preocupação eram os interesses dos acionistas estrangeiros. Assim como em Istambul, uma comissão formal foi estabelecida. Seguiu-se então uma rápida sucessão de planos de recuperação irrealistas, que impuseram encargos terríveis sobre os contribuintes. A cada plano, os assessores econômicos estrangeiros

aproveitavam para se insinuar mais profundamente na administração financeira do Egito.

O controle europeu sobre o país foi enfim consolidado em 1878, quando dois comissários europeus foram “convidados” a se juntar ao gabinete do vice-rei. O economista britânico Charles Rivers Wilson foi nomeado ministro das Finanças, e o francês Ernest-Gabriel de Blignières foi designado ministro de Obras Públicas. A Europa conseguiu demonstrar seu poder sobre o Egito em 1879, quando o quediva Ismail tentou demitir Wilson e De Blignières em uma reforma ministerial. Os governos britânico e francês pressionaram o sultão otomano a demitir o vice-rei do Egito. Durante a noite, o recalcitrante Ismail foi derrubado e substituído por seu filho Tawfiq, mais complacente.³¹

COM AS FALÊNCIAS DE TÚNIS, Istambul e Cairo, as iniciativas de reforma do Oriente Médio fecharam o círculo. O que havia começado como uma série de movimentos destinados a fortalecer os otomanos e seus Estados vassallos contra interferências externas acabou por colocar os Estados do Oriente Médio em uma situação de franca e crescente exposição ao domínio europeu. Com o tempo, o controle informal sobre o império otomano exercido pela Europa endureceu e se converteu em domínio colonial, à medida que todo o norte da África foi dividido e repartido entre os impérios europeus em plena expansão.

diminuiu as barreiras e abriu espaço a formas mais diretas de controle europeu.

À medida que os interesses da Europa no norte da África se intensificaram, seus incentivos para o domínio imperial absoluto se expandiram na mesma proporção. Na década de 1880, as potências europeias estavam mais preocupadas em defender seus interesses nacionais no sul do Mediterrâneo do que em preservar a integridade territorial do Império Otomano. O “protocolo de autonegação” de 1840 era agora letra morta, e a partilha do norte da África teve início. A França estendeu seu domínio sobre a Tunísia em 1881, a Grã-Bretanha ocupou o Egito em 1882, a Itália tomou a Líbia em 1911 e as potências europeias consentiram em criar um protetorado franco-espanhol no Marrocos (o único Estado norte-africano a preservar sua independência do domínio otomano) em 1912. Antes da eclosão da Primeira Guerra Mundial, todo o norte da África havia passado ao domínio europeu direto.

Havia uma série de razões para o imperialismo no mundo árabe começar no norte da África. As províncias dessa região estavam longe do centro de gravidade otomano e, no decorrer dos séculos XVIII e XIX, tornaram-se cada vez mais autônomas de Istambul. Já as províncias do Oriente Médio — na Grande Síria, na Mesopotâmia e na península Arábica — estavam mais próximas do centro otomano, e no decurso das reformas do século XIX (1839-76) tiveram uma integração maior com o governo de Istambul. Territórios como a Tunísia e o Egito haviam se tornado Estados vassallos do Império Otomano, enquanto Damasco e Aleppo eram províncias integradas. Os próprios acontecimentos que viriam a aumentar a autonomia do norte da África — o surgimento de

famílias distintas no comando de governos cada vez mais independentes — tornariam esses Estados mais vulneráveis à ocupação europeia.

Além disso, os Estados do norte da África eram relativamente próximos do sul da Europa — em particular da Espanha, da França e da Itália. Essa proximidade favorecia uma relação mais estreita com os europeus: para a provisão de ajuda militar, bens industriais e capital financeiro. O norte da África era a fronteira distante do Império Otomano, mas a Europa ficava perto. À medida que ela se expandiu além de suas próprias fronteiras em uma nova onda de imperialismo no final do século XIX, era natural que se voltasse primeiro para os lugares mais próximos.

Existe outra razão para os Estados europeus terem decidido colonizar o norte da África: o histórico. A longa presença francesa na Argélia estabelecia um importante precedente para as ambições da França na Tunísia e no Marrocos e dava bons motivos à Itália para buscar a satisfação de seus interesses imperiais na Líbia. Mas, se não fosse pelos acidentes da história que levaram à invasão francesa de Argel, em 1827, a divisão de grande parte do norte da África talvez nunca tivesse acontecido.

Como a Tunísia, a Regência de Argel fazia parte do Império Otomano, ao menos em teoria, e era governada por um vice-rei que gozava de grande autonomia em assuntos domésticos e internacionais. As elites dominantes eram militares turcos recrutados de Istambul e organizados em um Conselho de Administração que elegia o seu líder, ou *dei*, o qual desfrutava de relações diretas com os governos da Europa. O sultão em Istambul confirmava formalmente o *dei* eleito e reivindicava um tributo

de Argel. O único oficial otomano na cidade era o juiz da corte islâmica. De resto, a autoridade do sultão sobre Argel era estritamente cerimonial.

Os deis de Argel usavam de sua autonomia para buscar suas próprias relações comerciais e políticas com a Europa, independente do controle de Istambul. No entanto, sem o peso do Império Otomano, tinham pouca influência sobre os parceiros comerciais europeus. Assim, quando forneciam grãos a crédito aos franceses — para prover suas campanhas militares na Itália e no Egito entre 1793 e 1798 —, seus repetidos apelos à França para honrar seus compromissos caíam em ouvidos moucos. Décadas se passaram sem que os franceses pagassem suas dívidas, e isso se tornou uma crescente fonte de atrito entre os dois Estados.

Em 1827, as relações entre o dei argelino, Hussein Paxá (g. 1818-30), e o cônsul francês, Pierre Deval, chegaram ao ponto de ruptura depois que o governo francês não respondeu às cartas do dei exigindo o pagamento da dívida de cereais. Em uma conversa particular com Deval, Hussein Paxá perdeu a paciência e golpeou o cônsul francês com seu mata-moscas.

Nos informes a seus respectivos superiores, Deval e Hussein Paxá relataram o encontro de maneira muito diferente.¹ Para o ministro das Relações Exteriores da França, Deval afirmou ter encontrado o dei bastante agitado quando se reuniu com ele em seu palácio.

“Por que o seu ministro não respondeu à minha carta?”, quis saber Hussein Paxá. Deval afirmou ter-lhe respondido num tom calmo: “Eu tive a honra de lhe trazer a resposta assim que a recebi”. Neste ponto, relatou Deval, o dei explodiu:

“Por que ele não me respondeu diretamente? Por acaso sou um simplório, um negrinho, um vagabundo descalço? O senhor é um homem perverso, um

infiel, um idólatra!” Então, levantando-se do assento, ele atingiu meu corpo com três golpes violentos do cabo do mata-moscas e ordenou que me retirasse.

O mata-moscas árabe é feito com crina de cavalo presa a um cabo. Não fica claro como alguém possa desferir “golpes violentos” com tal instrumento. No entanto, o cônsul francês estava convencido de que a honra de seu país estava em jogo. Ele concluiu seu relatório para o ministro: “Se Vossa Excelência não deseja dar a este caso a severa atenção pública que merece, deveria pelo menos me conceder permissão para abandonar o posto”.

Em seu próprio relatório ao grão-vizir otomano, o dei reconheceu ter batido em Deval com o mata-moscas, embora só depois de ser provocado. Ele explicou que havia escrito três vezes aos franceses solicitando o pagamento da dívida, sem sequer receber a gentileza de uma resposta. E disse ter levantado a questão com o cônsul francês “em termos corteses e com uma atitude claramente amistosa”.

“Por que não obtive resposta às cartas que escrevi e enviei ao seu governo [francês]?” O cônsul, com obstinação e arrogância, respondeu em termos ofensivos que “o rei e o Estado francês têm o direito de não responder às cartas que o senhor lhes dirigiu”. Ele ousou blasfemar contra a religião muçulmana e mostrou desprezo pela honra de Sua Majestade [o sultão], protetor do mundo. Incapaz de suportar esse insulto, que ultrapassava qualquer limite tolerável, e com a coragem natural dos muçulmanos, acertei-o duas ou três vezes com golpes leves do mata-moscas que tinha em minha humilde mão.

Qualquer que fosse a verdade desses dois relatos irreconciliáveis, ficou claro que, em 1827, os franceses não tinham a intenção de pagar dívidas contraídas três décadas antes, e que os argelinos não estavam

dispostos a perdoá-las. Após o incidente com o mata-moscas, os franceses exigiram reparações pelos danos causados à honra da França, enquanto os argelinos continuaram a insistir no pagamento das dívidas havia muito vencidas. A disputa colocou os dois lados em rota de colisão; os argelinos se recusavam a recuar, e os franceses não podiam se dar a esse luxo.

Os franceses responderam aos “insultos” do dei com ultimatos. Primeiro, exigiram que os argelinos fizessem uma saudação de canhão à bandeira francesa, o que foi negado. Impuseram então um bloqueio no porto de Argel, que causou mais prejuízos aos mercadores de Marselha do que aos corsários argelinos, cujos velozes navios deslizavam com facilidade através dos vazios deixados pela dispersa linha de embarcações francesas encarregadas do bloqueio. Depois de um impasse de dois anos, os franceses buscaram uma solução para salvar as aparências e enviaram um diplomata para negociar com o dei. Os argelinos dispararam algumas salvas de canhão em sua nau capitânia, impedindo o desembarque do negociador. O imbróglio argelino estava se tornando um grande constrangimento para o acossado governo do rei francês Carlos X.

Carlos X (g. 1824-30) enfrentava forte oposição dentro e fora de casa. Seus esforços para restaurar um certo absolutismo à monarquia francesa, voltando o relógio aos tempos pré-revolucionários, degeneraram numa crise quando, em 1830, ele decidiu suspender a Carta Constitucional (descrita longamente por Riffa Tahtawi em seu estudo sobre a França). Seu primeiro-ministro, o príncipe Jules de Polignac, sugeriu que uma aventura estrangeira poderia mobilizar a opinião pública a seu favor. Ele reconheceu que a França precisaria superar a oposição das demais potências europeias — a Grã-Bretanha

em particular — em uma medida que inevitavelmente alteraria o equilíbrio de poder no Mediterrâneo, e despachou embaixadores para Londres e outros tribunais da Europa para definir os objetivos da invasão da Argélia, que consistiam na eliminação completa da pirataria, na abolição total da escravidão cristã e na cessação de qualquer tributo pago pelos Estados europeus à Regência a fim de garantir a navegação segura de seus navios. Polignac esperava obter apoio internacional para a invasão francesa de Argel sob o pretexto de defender esses interesses universais.

Em junho de 1830, uma expedição francesa de 37 mil soldados desembarcou a oeste de Argel. Ela derrotou rapidamente as forças do rei e entrou na cidade em 4 de julho. Este triunfo, porém, não foi suficiente para salvar Carlos x, que foi derrubado no final do mês, na Revolução de Julho. O erudito egípcio Riffa Tahtawi, que na época morava em Paris, notou como os franceses demonstraram muito mais satisfação com a derrubada de um rei impopular do que com a conquista de Argel, que, segundo ele, “baseava-se em motivos enganosos”.² No entanto, eles conservaram a posse de Argel muito após a queda da monarquia Bourbon, um dos poucos legados duradouros do indistinto reinado de Carlos x. A capitulação de Hussein Paxá em 5 de julho de 1830 encerrou três séculos de história otomana e marcou o início de 132 anos de domínio francês sobre a Argélia.

EMBORA OS FRANCESES TENHAM derrotado a guarnição turca em Argel, a vitória não lhes dava controle sobre todo o país. E enquanto limitassem suas ambições às principais cidades costeiras, era improvável que encontrassem muita resistência organizada na Argélia. As potências

européias havia muito detinham portos estratégicos na costa norte-africana. A ocupação francesa de Argel em julho de 1830 e de Orã em janeiro de 1831 não era muito diferente da posição da Espanha em suas fortalezas em Ceuta e Melilla (que permanecem até hoje possessões espanholas). Mas a França não estava satisfeita em manter as principais cidades. Ela esperava colonizar a fértil planície costeira com colonos franceses em uma política conhecida como “ocupação controlada”. Era uma política que inevitavelmente alienaria os povos naturais da Argélia.

A população argelina era composta por grupos ferozmente independentes de árabes e berberes, sendo esta última uma comunidade étnica não árabe convertida ao islamismo após as conquistas islâmicas do século VII. Dotados de língua e costumes próprios, os berberes estão espalhados pelo norte da África, sobretudo na Argélia e no Marrocos. Tanto árabes quanto berberes haviam preservado sua independência frente aos deis de Argel e resistido a todas as tentativas da guarnição turca de tributá-los ou impor o domínio otomano fora das grandes cidades de Argel, Constantina e Orã. Assim, eles não lamentaram a queda da Regência. No interior da Argélia, porém, eles não se mostrariam mais receptivos aos franceses do que tinham sido ao domínio turco.

Quando os franceses começaram a colonizar as planícies costeiras, as tribos locais organizaram um movimento de resistência, começando no oeste do país, perto de Orã. Árabes e berberes se voltaram para os líderes carismáticos de suas ordens sufis (irmandades muçulmanas místicas), que muitas vezes aliavam legitimidade religiosa com uma genealogia nobre, que ligava seus membros à família do profeta Maomé. As ordens sufis estavam organizadas em redes de lojas que abrangiam toda a Argélia e comandavam a lealdade dos líderes da comunidade.

Proporcionavam portanto uma estrutura natural a partir da qual montar um movimento de oposição.

Entre as comunidades sufis mais poderosas do oeste da Argélia estava a ordem Qadiri. O chefe da ordem era um velho sábio chamado Muhi al-Din. Várias das principais tribos da região pediram a Muhi Din que aceitasse o título de sultão e liderasse os árabes da Argélia ocidental em uma guerra santa contra os franceses. Quando ele recusou, por motivos de idade e doença, as tribos indicaram seu filho Abd al-Qadir, que já havia demonstrado coragem em ataques aos franceses.

Em novembro de 1832, aos 24 anos, Abd Qadir (1808-83) foi proclamado emir, ou líder das tribos aliadas contra o domínio francês. Foi o início de uma das carreiras mais notáveis da história moderna do Oriente Médio. Nos quinze anos que se seguiram, Abd Qadir uniu o povo da Argélia em um movimento de resistência contra a ocupação francesa do país. Não é exagero dizer que já era uma lenda ainda em vida — no Ocidente e no mundo árabe.

Para os franceses, Abd Qadir era o melhor exemplo do “árabe nobre”, um personagem que evocava a figura de Saladino e cujas convicções religiosas, aliadas à integridade pessoal, colocavam seus motivos — defender seu país contra a ocupação militar estrangeira — além de qualquer reprovação. Em batalha, ele era corajoso e audacioso, adepto de um estilo guerrilheiro de combate que trouxe a suas pequenas forças vitórias contra exércitos franceses mais desenvolvidos do que os que haviam derrotado os mamelucos do Egito. Suas façanhas foram immortalizadas em óleos extraordinários pintados pelo artista romântico Horace Vernet (1789-1863), o documentarista oficial da conquista francesa da Argélia. Victor Hugo elogiou Abd Qadir em um de seus

versos: *le beau soldat, le beau prêtre* — literalmente, “o belo soldado, o belo padre”.

Para seus seguidores árabes, Abd Qadir gozava de dupla legitimidade religiosa, como descendente do profeta Maomé (um xarife) e filho de um dos mais respeitados chefes de uma das mais importantes ordens sufis. Seus seguidores lhe juravam lealdade e eram recompensados com vitórias contra forças superiores. As façanhas de Abd Qadir emocionaram seus contemporâneos em todo o mundo árabe e islâmico, onde ele era visto como o “Comandante dos Fiéis”, defensor das terras muçulmanas contra invasores estrangeiros.

Abd Qadir empreendeu uma guerra extraordinariamente inteligente. Em certa ocasião, ao capturar alguns de seus papéis, os franceses ficaram surpresos ao descobrir que ele havia obtido informações muito confiáveis sobre os debates na Câmara dos Deputados da França acerca do conflito na Argélia. Ele sabia que a guerra era impopular entre os franceses e estava ciente das pressões para que o governo se entendesse com os insurgentes argelinos.³ Dispondo dessa informação, Abd Qadir travou uma guerra concebida para levar os franceses a buscar a paz.

Por duas vezes Abd Qadir forçou os generais franceses a concluírem tratados de paz nos termos estipulados por ele, reconhecendo sua soberania e limites claros ao território que permaneceria sob o controle da França. O primeiro foi acordado em fevereiro de 1834 com o general Louis Desmichels, e o segundo — o Tratado de Tafna de reconhecimento mútuo — foi selado em maio de 1837 com o general Robert Bugeaud. Este último concedia soberania a Abd Qadir sobre dois terços da massa terrestre da Argélia.⁴ Ambos os tratados provaram ter vida curta diante das ambições expansionistas de ambos os lados.

Tanto Abd Qadir quanto os franceses procuraram estender sua autoridade sobre a cidade oriental de Constantina. Os franceses argumentaram que Constantina ficava bastante afastada dos territórios reconhecidos no tratado de 1837 como parte do Estado de Abd Qadir. Os argelinos replicaram que o tratado estabelecia limites claros ao território francês, e que os europeus haviam violado seus termos na conquista de Constantina. Mais uma vez, as posições francesa e argelina eram irreconciliáveis. Abd Qadir acusou os franceses de quebrar o acordo e reiniciou a guerra. Em 3 de novembro de 1839, ele escreveu ao governador-geral francês:

Estávamos em paz e os limites entre o seu país e o nosso estavam claramente determinados [...]. [Agora] o senhor publicou [a afirmação de] que todas as terras entre Argel e Constantina não mais devem receber ordens minhas. A ruptura vem do senhor. No entanto, para que o senhor não me acuse de traição, aviso desde logo que irei retomar a guerra. Preparem-se, avisem seus viajantes, todos que moram em lugares isolados; em uma palavra, tomem todas as precauções que julgarem necessárias.⁵

As forças de Abd Qadir atacaram as vulneráveis colônias agrícolas francesas na planície de Mitija, localizada a leste de Argel. Provocando pânico generalizado, elas mataram e feriram centenas de colonos, incendiando suas casas. O governo em Paris foi confrontado com duas claras alternativas: retirar-se ou comprometer-se com uma ocupação completa da Argélia. Optou pela última e despachou o general Bugeaud à frente de uma força de campanha maciça a fim de conseguir a “submissão” total da resistência argelina ao domínio francês.

Bugeaud enfrentou uma tarefa assustadora em sua tentativa de alcançar a vitória na Argélia. Os argelinos estavam bem organizados e muitíssimo motivados. Abd Qadir organizara seu governo em oito

províncias, cada uma dirigida por um governador cuja administração chegava até o nível tribal. Esses governadores recebiam salários regulares e eram responsáveis por manter a lei e a ordem e cobrar impostos para o Estado. Juizes foram nomeados para cumprir a lei islâmica. O governo era discreto, atuando sempre dentro das restrições do direito islâmico, o que encorajava os fazendeiros e membros das tribos a pagarem seus impostos.

Assim, o governo argelino conseguiu levantar fundos suficientes para apoiar um exército voluntário que se mostrou altamente eficaz em campo. Segundo a estimativa de Abd Qadir, suas forças contavam com 8 mil soldados de infantaria regular, 2 mil de cavalaria e 240 artilheiros com vinte canhões, distribuídos igualmente pelas oito províncias. Essas forças móveis eram capazes de assediar os franceses e, sempre que se sentiam ameaçadas em número, retirar-se do combate, em táticas clássicas da guerra de guerrilha.

Abd Qadir também criara uma série de cidades-fortalezas ao longo da crista do planalto argelino a fim de fornecer a seus exércitos refúgios seguros contra os contra-ataques franceses. Em 1848, falando a seus captores em Toulon, ele explicou sua estratégia:

Eu estava convencido, uma vez que a guerra tinha recomeçado, de que seria obrigado a lhes deixar o controle de todas as principais cidades do interior, mas que vocês [franceses] não seriam capazes de alcançar o Saara, uma vez que os meios de transporte que sobrecarregavam seus exércitos impediriam esse avanço.⁶

A estratégia do líder argelino era atrair os franceses para o interior, onde os invasores estariam dispersos e isolados, sendo mais fáceis de derrotar. Ao falar com um prisioneiro francês na cidade fortificada de

Tagdemt, Abd Qadir advertiu: “Vocês morrerão de doença nas nossas montanhas, e aqueles a quem a doença não levar morrerão pelas balas de meus cavaleiros”.⁷ Com seu governo e suas defesas mais bem organizados do que nunca, Abd Qadir estava confiante de que voltaria a prevalecer sobre os franceses.

No entanto, ele não previu a extraordinária violência com que os franceses se lançariam sobre o povo argelino. O general Bugeaud pôs em prática uma política de terra arrasada no interior do país, com o objetivo de minar o apoio popular à resistência de Abd Qadir — incendiando aldeias, dispersando o gado, destruindo colheitas e devastando pomares. Homens, mulheres e crianças foram mortos, e os oficiais foram instruídos a não fazer prisioneiros. Qualquer homem que tentasse se render era simplesmente abatido. Tribos e aldeias começaram a se voltar contra Abd Qadir a fim de evitar o sofrimento. As medidas também comprometeram a economia rural, cortando a fonte de receitas de Abd Qadir.

Os argelinos ficaram abalados com o ataque francês, e o apoio público ao movimento de resistência começou a desmoronar. Quando as famílias dos soldados chegaram a temer o ataque de outros argelinos, Abd Qadir levou todos os seus dependentes — esposas, filhos e parentes idosos — para um enorme acampamento chamado *zimala*. Segundo a descrição do próprio Abd Qadir, o *zimala* era uma cidade móvel de não menos que 60 mil pessoas. Para se ter uma ideia de seu tamanho, ele afirmou que, “quando um árabe perdia o rastro de sua família, às vezes levava dois dias para encontrá-la” no meio da multidão. O *zimala* servia como uma unidade de apoio móvel para o exército de Abd Qadir, contando com armeiros, fabricantes de selas, alfaiates e todos os trabalhadores necessários para sua organização.